



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

KELEN GRACIELLE MAGRI FERREIRA

**AS DEMANDAS CULTURAIS E DE TRABALHO DA
MULHER E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA
PROFISSIONAL FEMININA DE SÃO PAULO DE
1910 A 1945**

CAMPINAS

2022

KELEN GRACIELLE MAGRI FERREIRA

**AS DEMANDAS CULTURAIS E DE TRABALHO DA
MULHER E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA
PROFISSIONAL FEMININA DE SÃO PAULO DE
1910 A 1945**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA KELEN GRACIELLE MAGRI FERREIRA E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ANA MARIA REIS DE GOES MONTEIRO.

ASSINATURA DA ORIENTADORA

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

F413d Ferreira, Kelen Gracielle Magri, 1980-
As demandas culturais e de trabalho da mulher e seus reflexos na Escola Profissional Feminina de São Paulo entre 1910 e 1945 / Kelen Gracielle Magri Ferreira. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Ana Maria Reis de Goes Monteiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Arquitetura escolar. 2. Ensino técnico. 3. Educação feminina. 4. Educação sanitária. 5. Economia doméstica. 6. Patrimônio cultural. I. Monteiro, Ana Maria Reis de Goes, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Cultural and work demands of woman and their reflections at Escola Profissional Feminina de São Paulo from 1910 to 1945

Palavras-chave em inglês:

School architecture
Technical education
Female education
Sanitary education
Housekeeping economy
Cultural heritage

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Ana Maria Reis de Goes Monteiro [Orientador]

Mônica Junqueira de Camargo

Ana Gabriela Godinho Lima

Data de defesa: 10-08-2022

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1329-9534>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9647062280871723>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

**AS DEMANDAS CULTURAIS E DE TRABALHO DA
MULHER E SEUS REFLEXOS NA ESCOLA
PROFISSIONAL FEMININA DE SÃO PAULO DE
1910 A 1945**

KELEN GRACIELLE MAGRI FERREIRA

**Dissertação de Mestrado a ser analisada pela Banca Examinadora,
constituída por:**

Profa. Dra. Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Presidente e Orientadora, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Prof. Ana Gabriela Godinho Lima

UNIVERSIDADE MACKENZIE

Prof. Mônica Junqueira de Camargo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Agradecimentos

Mesmo após um tempo de formada a paixão pelo tema da história da arquitetura me perseguia silenciosa, mas sempre me tomando pelas inseguranças de percorrer em um terreno onde eu pouco havia caminhado antes. Minha irmã mais nova, já com produção considerável na pesquisa de psicologia da educação, chegou até mim e disse: “Vá em frente, faça um projeto de pesquisa que te ajudarei com as correções.” E foi dessa forma, que comecei a acreditar que o que eu pesquisava e o que eu escrevia poderiam contribuir de alguma maneira para a sociedade e ter a força de mudar as coisas.

A proposta escolhida não poderia deixar de ser outra, já que eu tenho o prazer de lecionar há mais de dez anos em uma Escola Técnica que além da belíssima arquitetura, representa a história e a força feminina paulistana no desbravamento da ciência desde o início do século XX. Ao estudar a história de meninas e professoras que fizeram parte desse local, fiquei ainda mais inspirada pelas conquistas trazidas para a sociedade todos esses anos. Pude enxergar a importância de meu trabalho como um tijolo que ajudará a reforçar essa luta impregnada nas paredes da Escola Técnica Carlos de Campos e da qual eu considero fazer parte ainda mais agora.

São atitudes como as das integrantes dessa escola e a de minha irmã ao me encorajar que fazem com que nós, mulheres possamos resistir, nos enxergar como capazes para atuar onde quer que tenhamos vontade. É estudando e dando força umas às outras que vamos tornar o mundo mais humano e igualitário.

Portanto, meus agradecimentos serão direcionados em primeiro lugar a minha irmã, Karen Danielle Magri Ferreira, pelo incentivo e pela descoberta de novas jornadas dentro de minha profissão. Também a minha falecida mãe Janete Maria Magri e meu marido Rafael Ferreira dos Santos, pela parceria e compreensão.

Um agradecimento muito especial a minha querida orientadora, Profa. Dra. Ana Maria Reis de Góes Monteiro pela sensibilidade, amizade, direcionamento e acompanhamento de minha pesquisa. Ainda agradeço a ajuda de meus colegas de turma e ao acolhimento de meu trabalho pela Unicamp.

"Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeito, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la".
Davis (1975 apud SCOTT, 1995, p. 72)

Resumo

A centenária Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, localizada do bairro do Brás, em São Paulo, teve o início de suas atividades em 1911 acolhendo meninas interessadas em aprender uma profissão e em tornarem-se boas mães e donas de casa. Ela nasceu com o nome de Escola Profissional Feminina, a primeira da capital, com cursos cuja abordagem transitava entre a puericultura, o corte e fabricação de roupas brancas, ornamentos para chapéus, auxiliares de alimentação e tantos outros que se desenrolam principalmente após a inauguração do edifício monumento em 1930. Este trabalho tem como objetivo relacionar as reformas de sua edificação às necessidades espaciais e estéticas para a formação da mulher desde sua fundação em 1911 até a criação do Museu de Artes e Ofícios Femininos no final da década de 40. Estudavam na escola filhas de operárias e imigrantes e moças de classes mais abastadas, que buscavam não apenas uma profissão, mas também aperfeiçoamento nas tarefas do lar. Há indícios de que elementos femininos são atribuídos à arquitetura do edifício monumento, bem como ao mobiliário Art Nouveau, que é encomendado para a rígida escola incumbida de formar mulheres operárias, educadas e polidas e que ajudariam no desenvolvimento da nação. Serão estudados os espaços que foram transformados e flexibilizados no decorrer do tempo e dentro de um contexto histórico para atender a considerável demanda de meninas que procuravam matricular-se na escola. Ao longo do recorte temporal, a área da escola abrigou eventos como exposições de trabalhos das alunas, dispensário de puericultura e luta contra a desnutrição, auxílio na alimentação de voluntários na Revolução de 1932, até criação de curso para alimentação para soldados que atuaram na 2ª. Guerra Mundial, usos que refletem a dinâmica de uma colmeia formada pelo trabalho dessas mulheres paulistanas.

Palavras-chave: 1. Arquitetura escolar; 2. Ensino técnico; 3. Educação feminina; 4. Educação sanitária; 5. Economia Doméstica; 6. Patrimônio cultural

Abstract

The centenary Technical High School Carlos de Campos, located in the Brás neighborhood, in São Paulo, started its activities in 1911 by welcoming girls interested in learning a profession and becoming good housewives. It was inaugurated as Escola Profissional Feminina, the first of the capital, with courses which approach involved Childcare, Cutting and Manufacturing of white clothes and Hat ornamentation, feeding Assistants and other courses that began mainly after the opening of the monumental building in 1930. This paper aims to connect the renovations of this building to the aesthetics and special needs to educate women since its foundation in 1911 up to the creation of the Feminine Museum of Arts and Crafts by the end of 1940s. In this school study was provided not only to daughters of workers and immigrants but also girls from high Society. They were in search of a profession as well as the improvement in household chores. There is some indication that feminine elements are connected to the architecture of the monumental building, along with the Art Nouveau furniture, that was ordered to this rigid school focused on preparing educated and polished female workers that would help to transform our nation. This paper will analyse the transformation of spaces during the time the school attended a high number of girls in search for applying to its courses. During this time period it was possible to observe this school housed events like expositions of student's works, Childcare Nursery and the fight against malnutrition, helpers feeding volunteers of the 1932 Revolution, even the creation of a course of nutrition to soldiers of the Second World War. These are some uses that reflect a dynamic hive built through the hard work of women from São Paulo.

Keywords: 1. School architecture; 2. Technical education; 3. Female education; 4. Sanitary Education; 5. Housekeeping Economy; 6. Cultural Heritage

Lista de ilustrações

Figura 1 - Prédio onde funcionou a escola nos primeiros anos (1911 – 1917)	38
Figura 2 - “A baratinha” – o primeiro automóvel 100% brasileiro	39
Figura 3 - Alunos do 2º e 3º anos do Curso de Ajustagem e Torneado	40
Figura 4 - Escola Profissional Masculina em 1926	41
Figura 5 - Vista do bairro do Brás, 1920	41
Figura 6 - Escola Profissional Masculina – Projeto do Arq. Carlos Rosencrantz	42
Figura 7 - Projeto de Romeu S. Midlin com construção de Severo & Villares	43
Figura 8 - Projeto de Romeu S. Midlin com construção de Severo & Villares	44
Figura 9 - Situação atual prédios construídos como anexo	45
Figura 10 - Planta do pavimento térreo do Instituto Profissional Bento Quirino	47
Figura 11 - Planta do pavimento superior do Instituto Profissional Bento Quirino	48
Figura 12 - Escola Profissional Bento Quirino em 1919	49
Figura 13 - Entrada principal do Instituto Profissional Bento Quirino, 09/10/1935	50
Figura 14 - Análise de implantação de ampliações no Instituto Bento Quirino	52
Figura 15 - <i>Jardin d’Enfants No. 4. École Ménagère No.1</i>	56
Figura 16 - <i>Jardin d’Enfants No. 4. École Ménagère No.1</i>	57
Figura 17 - Plantas <i>École Professionnelle et Ménagère Frans Fisher</i>	58
Figura 18 - <i>École Professionnelle et Ménagère Frans Fisher</i>	59
Figura 19 - <i>École Municipale Professionnelle de Jeunes Filles, na Rue Poitou</i>	60
Figura 20 - <i>École Professionnelle de Jeunes Filles, Rue Bouret</i>	61
Figura 21 - Postais da <i>École Professionnelle, Rue Ganneron</i>	62
Figura 22 - Postais da <i>École Professionnelle Emile-Dubois</i>	62
Figura 23 - Número de matrículas EPF X EPM	70
Figura 24 - Frequência EPF X EPM	70
Figura 25 - Alunas da Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro - RJ	81
Figura 26 - Edificação da EP Rivadávia Correia e alegoria “A ciência”	83
Figura 27 - Exposição de trabalhos e aula técnica na EPF Rivadávia Correa	84
Figura 28 - Prédio anexo, construído em 1929 e o Edifício Monumento	85
Figura 29 - Grafite que ilustra a fachada do anexo	85
Figura 30 - Escola Profissional Rivadávia Correa X EPF	86
Figura 31 - Escola Profissional Feminina com a Paróquia Bom Jesus do Brás	88
Figura 32 - Carta da Capital de São Paulo de 1842	88

Figura 33 - Edifício de 1930 da Escola Profissional Feminina.....	90
Figura 34 - Diretor e professores da Escola Profissional feminina.	97
Figura 35 - Professora Neide Gaudenci de Sá na escadaria do prédio de 1911 ..	98
Figura 36 - Livro de recortes elaborado pela Diretora Laia Pereira Bueno 1951	100
Figura 37 - Trechos do decreto que estabelece a abertura da escola em 1911 .	101
Figura 38 - Revistas francesas para a produção de vestuários femininos	103
Figura 39 - Curso de chapéus da Escola Profissional Carlos de Campos	104
Figura 40 - Anúncio do colégio Azevedo Soares.....	110
Figura 41 - Relação da Escola Profissional Feminina com a ferrovia	111
Figura 42 - Escola Profissional Feminina em 1915	112
Figura 43 - Planta e corte da Escola Profissional Feminina.....	113
Figura 44 - Vista geral do edifício em publicação da inauguração	113
Figura 45 - Alunas do 1o. ano de Confecções	114
Figura 46- Oficina de Lingerie (2º. ano)	117
Figura 47- Oficina de Confecções (2º. Ano)	117
Figura 48 - Oficina de Rendas e Bordados	118
Figura 49- Oficina de flores e chapéus (2º. Ano) s.....	119
Figura 50 - 3º. Ano do curso de Flores, Chapéus e trabalhos artísticos	120
Figura 51 - 3º. Ano do curso de Rendas e Bordados	121
Figura 52 - 3º. Ano do curso de Confecções.....	122
Figura 53 - Curso de Desenho Profissional.....	122
Figura 54 - Carta do Diretor ao Secretário sobre a deficiência de espaço	125
Figura 55 - Perspectiva pelo engenheiro Romano Eitelberg	126
Figura 56 - Instituto Profissional Feminino em 1940	129
Figura 57 - Planta do Pavimento Térreo edifício monumento	130
Figura 58 - Planta do Primeiro Andar – edifício monumento.....	131
Figura 59 - Planta do Segundo Andar (1925) – edifício monumento.....	132
Figura 60 - Fachada – edifício monumento.....	134
Figura 61 – Detalhe Fachada – edifício monumento.....	135
Figura 62 - Detalhe frontão com alegoria de roca de fiar	136
Figura 63 - Logomarca da Escola no evento de seus 75 anos.....	137
Figura 64 - Logomarcas com fachada da Escola	138
Figura 65 - Fachada do edifício monumento em obras	140
Figura 66- Perspectiva pelo Escritório Técnico da Diretoria de Obras Públicas	140

Figura 67- Reportagens da inauguração do prédio novo	141
Figura 68- Levantamento de 1937	143
Figura 69- Foto com a coexistência de edificações.....	144
Figura 70 - Gráfico de número de matrículas EPF X EPM X data edifícios	145
Figura 71 - Concurso de robustez infantil no Dispensário de Puericultura.....	146
Figura 72 - Cozinha de dietética do dispensário de Puericultura	147
Figura 73 - Cozinha do antigo prédio da escola	148
Figura 74 - Rádio na escola, à direita uma sala da escola com um receptor	149
Figura 75 - Exposição da seção de confecções e flores e artes aplicadas	150
Figura 76 - Museu Feminino na Escola Industrial Carlos de Campos.....	151
Figura 77- Documentos de investigação sobre propriedade/edifícios do terreno	151
Figura 78- Planta de 1943 com aumento de área	152
Figura 79 - Projeto de 1943 com detalhe da fachada para a Rua Oriente	153
Figura 80 - Documento com dados sobre o prédio da Escola.....	154
Figura 81- Plantas de elétrica e hidráulica datadas de 1960.....	155
Figura 82 - Projeto de 1971 do arquiteto Walter Saraiva Kneese	156
Figura 83 - Reportagem sobre a interdição do prédio com o edifício chalé	157
Figura 84 - Obra do edifício complementar de 1976 vista da Rua Oriente.....	157
Figura 85 - Linha do tempo da ETEC Carlos de Campos	166
Figura 86 - Fachada atual da Etec Carlos de Campos.....	174
Figura 87 - Interior da Sala 11, com janelas da fachada principal da Escola	175
Figura 88 - Perspectivas da Escola Técnica Carlos de Campos.....	175
Figura 89 - Planta do térreo com situação atual da Escola	177
Figura 90 - Conjunto de fichas descritivas de objetos do andar térreo.....	178
Figura 91 - Planta do primeiro andar com situação atual da Escola	180
Figura 92 - Conjunto de fichas descritivas de objetos do primeiro andar	180
Figura 93 - Planta do segundo andar (ed. 1976) com situação atual da Escola .	184
Figura 94 - Planta do segundo andar com situação atual da Escola.....	184

Lista de Tabelas

Tabela 1- Participação do setor têxtil na indústria.....	92
Tabela 2 - Principais produtos da indústria de transformação em São Paulo	93

Sumário

Introdução	13
1 Materiais e métodos	18
2 A Educação Profissional na Primeira República	28
2.2 Escola Profissional Masculina (GV) – SP	37
2.3 Instituto Profissional Bento Quirino - Campinas.....	45
3 A Educação Profissional Feminina e suas escolas	52
3.1 Artes domésticas, <i>Écoles Ménagères</i> e <i>Écoles Professionnelles</i>	53
3.2 Mulher e sociedade no Brasil antecedentes e Primeira República.....	63
3.3 Educação sanitária e as reformas no Ensino Profissional na Era Vargas.....	71
3.4 As primeiras Escolas Profissionais Femininas no Brasil	78
4 Escola Profissional Feminina: demandas sociais e transformações no espaço construído	87
4.1 Transformações sociais no Brás com a industrialização.....	87
4.2 Quem eram as alunas e professoras da Escola Profissional Feminina da Capital e o que aprendiam?	95
4.3 Da ocupação do antigo Colégio Azevedo Soares às deficiências do edifício chalé	109
4.4 Edifício Monumento e as transformações no espaço para a dinâmica da Escola Profissional Feminina	124
4.4.1 Plantas na proposta para o novo edifício da Escola Profissional Feminina	127
4.4.2 Fachada e cortes na proposta para o novo edifício da Escola Profissional Feminina.....	133
4.4.3 História das propostas, a flexibilização de usos e reformas	138
4.4.4 Reconhecimento do bem e tombamento do edifício.....	159
5 Considerações finais	162
Referências Bibliográficas	167
APÊNDICE - Situação atual e levantamento de elementos significativos no interior do edifício	174

Introdução

Essa pesquisa teve início a partir de questionamentos da autora acerca da história da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos e o vínculo que naturalmente se estabeleceu entre seus alunos e mestres e o espaço construído da Escola, sob o ponto de vista das múltiplas funções adquiridas ao longo do tempo, desde sua criação. Inaugurada em 28 de setembro de 1911, a partir do Decreto 2118-B assinado pelo presidente Albuquerque Lins, com o nome de Escola Profissional Feminina juntamente com a Escola Profissional Masculina, futura Escola Técnica Getúlio Vargas, a escola tinha o objetivo de ensinar uma profissão a meninas a partir dos 12 anos de idade, filhas de operárias e imigrantes.

Na gestão do presidente da República brasileira Nilo Peçanha, com o Decreto Federal No.7.566, de 23 de setembro de 1909, foi estabelecida a criação de dezenove escolas de aprendizes e artífices destinadas ao ensino profissional e gratuito. Era o início do investimento governamental nesse modelo de escola, demonstrando interesse em formar cidadãos aptos ao trabalho advindo da acelerada industrialização pela qual algumas regiões do país passavam.

A Escola Profissional Feminina da capital de São Paulo foi instalada primeiramente em um casarão onde funcionou o Colégio Azevedo Soares, na rua Monsenhor Andrade, antigo número 38, no bairro do Brás, uma região que à época recebia um intenso contingente de imigrantes. O endereço foi mantido até os dias de hoje, em uma rua interceptada pela linha do trem, em um contexto urbano de dicotomia entre o intenso movimento causado pelo comércio de roupas durante o dia e as ruas pouco iluminadas, sujas e inabitadas durante a noite.

Passou por uma série de transformações tanto em cursos quanto no espaço físico ao longo de sua existência, atendendo a demandas específicas para o que se entendia como profissão feminina em cada período. Essa história acompanhou uma transição importante do papel da mulher na sociedade, em um tempo cuja responsabilidade começou a se diluir entre ser esposa e mãe e a nova função de operária. E o que ensinar para essa mulher? É uma das polêmicas que girava em torno do currículo da Escola desde sua inauguração, quando oferecia os cursos de desenho, datilografia, roupas brancas (íntimas), bordados e rendas, flores e ornamentação de chapéus e arte culinária (Decreto 2118-B/ 1911). Seriam mais

adequados cursos voltados para o universo doméstico, com uma espécie de profissionalização acerca do que ela já aprendia e desempenhava em seu lar ou cursos que possibilitavam o trabalho fora de casa?

Essas e outras questões sobre as mudanças de mentalidades acerca do papel da mulher na família e sociedade serão estudados neste trabalho buscando o entendimento das peculiaridades que formaram o programa de necessidades do edifício monumento, construído em 1928. Uma Escola constituída por ambientes flexibilizados tanto para o atendimento de aulas profissionalizantes, quanto para atividades, eventos, chegando até o atendimento a demandas de alimentação e saúde da comunidade local. Através de um espaço adequado a mudanças que ocorriam na educação na Era Vargas, a Escola Profissional Feminina foi pioneira em diversos aspectos na integração de educação e sociedade. Para embasar o objetivo principal pretende-se analisar as áreas disponíveis no momento de sua inauguração e as mudanças desbravadas pelo edifício monumento com possibilidade de novos cursos com espaços que serviam para múltiplas funções no período entre 1910 e 1945.

Os capítulos iniciais pretendem contextualizar o momento de industrialização e crescimento do bairro e o surgimento de escolas profissionais, seguidos pelo início da atuação feminina no mercado de trabalho e sua necessidade de profissionalização. Na sequência o entendimento sobre o significado dessa escola na sociedade ocorrerá através na investigação de alguns episódios que marcaram sua trajetória e que foram possíveis graças ao protagonismo de mestras, alunas e gestores, e à configuração do edifício monumento, que atribuiu um novo sentido à educação feminina, em especial aos eventos que ocorreram nesse singular espaço destinado à educação profissionalizante de mulheres. Trata-se de um edifício evidente, mas construído com fachada voltada para uma rua estreita e sem saída, a Rua Monselhor Andrade, e apesar da monumentalidade que se praticava na arquitetura de edifícios escolares da época, sua localização reservada se assemelha ao que se esperava daquela mulher, que mesmo adquirindo um ofício, deveria manter sua preservação social, voltada essencialmente para a família e ao ambiente doméstico.

O projeto do grande edifício foi parcialmente concluído e as instalações do antigo Colégio Azevedo Soares foram mantidas no centro do terreno, convivendo com o prédio de fachada evidente e eclética. A procura por matrículas se intensificou e a área necessária para atender todas as alunas precisava ser complementada pela área do casarão, portanto suas instalações ainda que precárias, continuaram em uso por mais 46 anos. No ano de 1931, dentro daquela recente edificação foi inaugurado o primeiro Dispensário de Puericultura em uma escola, sob a direção de Horácio Augusto da Silveira, oferecendo serviços médicos e nutricionais para mães e crianças a partir da prática de alunas de Economia Doméstica e Puericultura (CARVALHO, 2019, p.2). Era um momento de racionalização da maternidade e de propagação de ações visando a consciência sanitária da população. Segundo Carvalho:

Nesse edifício, com entrada lateral do lado esquerdo, as mães do entorno da escola adentravam diretamente no Dispensário, para levarem os filhos ao médico ou para entregarem os galheteiros para coletar o leite (POMPÊO DO AMARAL, 1939) para as suas crianças, que eram preparados pelas alunas. (CARVALHO, 2017, p. 10)

A preocupação com a desnutrição infantil, pensando em alimentações adequadas para a população e refeições racionalizadas, foram questões que começaram a ter destaque na escola. Com a criação do Dispensário de Puericultura, aconteciam eventos como o Concurso de Robustez para premiar mães cujas crianças apresentavam destaque em certos aspectos de desenvolvimento físico.

A Escola Profissional Feminina também ofereceu sua contribuição no importante contexto da Revolução de 1932. “A cozinha da Escola Profissional Feminina está trabalhando intensamente” foi o título de uma reportagem do Diário da Noite de 14/07/1932, parte de um álbum de recortes de jornal organizado por uma de suas diretoras, a Sra. Laia Pereira Bueno. As instalações da escola foram utilizadas para a produção de refeições que alimentavam os voluntários da referida Revolução. A preocupação sempre presente com a contribuição social e patriotismo levou inclusive à criação de curso de Alimentação para a Guerra no contexto da 2ª. Guerra mundial, em 1943 conforme reportagem do Estado de São Paulo, presente neste mesmo álbum de recortes.

O Brasil passava por uma série de mudanças na educação, alterando o perfil do ensino com diretrizes escola novistas, embasando a Reforma Lourenço Filho, de 1931, e trazendo uma concepção renovada sobre o que seria o ensino profissionalizante feminino. Segundo Oliveira (1994, p.64), essa transformação incorporava uma visão racionalizada sobre maternidade e conseqüentemente, sobre a alimentação para a formação de cidadãos fortes e aptos para o trabalho. Assim, o então Instituto Profissional Feminino foi mais uma vez uma escola pioneira ao receber o primeiro curso no campo da alimentação e nutrição no Brasil, Auxiliares em Alimentação em 1939, (CARVALHO, 2013, p. 4), com o objetivo de “formar verdadeiras donas de casa e técnicas no ensino da alimentação racionalizada”, conforme reportagem do Diário da Noite de 01/04/1939 (BUENO, 1951).

O cenário da escola ainda contava com eventuais tardes de chá, que aconteciam em salão específico para eventos que recebiam personalidades e congressistas, nos quais as alunas de economia doméstica ofereciam finos doces, acompanhados de programa musical da Rádio Educadora Paulista Tão característico da Era Vargas, o uso do rádio encontra pela primeira vez uma função didática em São Paulo na Escola Profissional Feminina, em 1937 (CARVALHO e CARVALHO, 2005, p.3, 4). As instalações foram adequadas para receber uma rede radiotelegráfica e radiotelefônica dentro da escola que transmitia cursos à distância, inaugurando métodos de divulgação da educação profissional, aulas de inglês e procedimentos administrativos através do rádio.

Outra função atribuída ao espaço da escola e que permaneceu até os dias de hoje foi a apropriação das largas circulações do edifício monumento para o uso expositivo de trabalhos de alunos. No ano de 1944, a professora Vitorina de Freitas organizou “O único Museu Feminino do Brasil”, segundo reportagem do livro de recortes organizado pela Sra. Laia. Era o “Museu de Artes e Ofícios Femininos” cujas peças foram meticulosamente separadas e organizadas para traduzir visualmente a pesquisa que levou a professora Freitas (1948) a escrever o livro “Tecnologia: Artes e Ofícios”, no qual organizou de maneira científica as disciplinas que eram lecionadas no Instituto Profissional Feminino.

Esses foram alguns dos eventos e marcos que demonstram a relevância da trajetória da Escola Profissional Feminina. Os capítulos que seguem foram delimitados buscando dar ênfase no período entre 1910 e 1945, desde inauguração da Escola Profissional Feminina da Capital até a criação do Museu de Artes e Ofícios Femininos, pela professora Freitas. Trata-se de um intervalo com constantes transformações no cenário social, político e econômico de São Paulo e que refletiram nos cursos e no espaço demandado para a educação dessas meninas que formaram a sociedade paulista.

Delimitado um período de pesquisa que abrange duas guerras mundiais e no Brasil a Primeira República e a Era Vargas, esse trabalho buscará aprofundar a compreensão do momento histórico e acontecimentos que levaram às mudanças da edificação de uma Escola Profissional Feminina em um paralelo com as mudanças que aconteciam na sociedade e a forma de pensar a relação da mulher com o trabalho. Após a explicação sobre os materiais e métodos utilizados, no capítulo 2 será apresentada uma análise histórica sobre o ensino profissional, seguida por estudos de casos de escolas profissionais masculinas inauguradas nos anos 1910. Foi levantada a Escola Profissional Masculina, futura Escola Técnica Getúlio Vargas por possuir pontos de convergência e divergência com a Feminina, não apenas por sua inauguração na mesma data, mas por servir de análise sobre a distinção entre gêneros no oferecimento de cursos, porque mesmo com evidente ligação de ambas, nas análises de documentos governamentais apresentavam visibilidades diferentes e desigualdades nas tomadas de decisões sobre o destino de suas edificações. Também será objeto de análise histórica e arquitetônica o Instituto Profissional Bento Quirino em Campinas, obra do arquiteto Ramos de Azevedo e local onde também funcionou um dispensário de puericultura.

No capítulo 3 serão estudadas as *Écoles Ménagères* e *Écoles Professionnelles* para um entendimento de como esse modelo de ensino nasceu na Europa, como era incorporado no espaço arquitetônico e como embasou as escolas argentinas e posteriormente a Escola Profissional Feminina de São Paulo. Esse capítulo abrangerá uma análise sobre o cotidiano feminino desde a primeira república até mudanças na educação no contexto da Era Vargas. Outras escolas profissionais femininas que foram inauguradas nos anos 1910 no Rio de Janeiro

servirão de estudo e comparação para as necessidades construtivas ou mesmo a dificuldade em obter um local para funcionamento.

O capítulo final será dedicado ao entendimento das singularidades da Escola Profissional Feminina da Capital, atual Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, a primeira exclusiva ao ensino profissional da mulher no Estado de São Paulo. Em primeiro lugar a industrialização e crescimento fabril no bairro do Brás darão contexto para o entendimento do perfil das professoras e alunas que frequentavam a escola. Em seguida, a história da escola contada sob o ângulo da espacialidade, com dificuldades encontradas em uma instalação insuficiente, alta procura e a construção do edifício monumento. Essa é uma edificação construída dentro dos preceitos higienistas, que apesar de não ter sido integralmente erigida, abrigou uma série de mudanças na estrutura de cursos e usos do espaço que possibilitavam a integração entre a escola para meninas e a sociedade.

1 Materiais e métodos

1.1 Dados coletados

Desde a elaboração do projeto de pesquisa foi possível encontrar um rico material sobre a Escola Profissional Feminina da Capital, e atual Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. O Centro de Memória existente na Escola conserva fotos de diversos períodos, um jogo de plantas completo, documentos, recortes de jornal, livros e objetos escolares, material organizado ao longo dos anos por docentes e funcionários e muito auxiliou na construção os pesquisa. Alguns trabalhos acadêmicos de relevância estão disponíveis online em plataformas universitárias como as da Unicamp e da USP.

É importante ressaltar que o desenvolvimento do trabalho passou por certa dificuldade por coincidir com o período em que a COVID-19 se espalhou pelo mundo. Esse evento não impediu o andamento das tarefas, mas impossibilitou a consulta de alguns títulos e documentos físicos disponíveis apenas presencialmente em bibliotecas, acervos e arquivos que estavam fechados por conta da pandemia. Felizmente, a consulta ao acervo do Centro de Memória foi liberada durante esse período, tomando as devidas precauções, graças ao apoio da então diretora da ETEC Carlos de Campos, Lucimeire Gonzaga de Oliveira. A

consulta possibilitou que grande parte dos projetos da escola, organizados em mapotecas, fossem fotografados para fundamentar uma análise voltada para o âmbito da arquitetura e histórico de projetos da Escola.

Algumas temáticas foram estabelecidas durante o processo de pesquisa para que a coleta de dados deste trabalho fosse capaz de contextualizar as demandas culturais, educacionais e de trabalho daquela mulher que viveu entre 1910 e 1945, preparando um cenário que possibilitasse responder aos questionamentos elencados sobre o uso do espaço na Escola Profissional Feminina. São eles: materiais relacionados diretamente à **Escola** e os agentes atuantes em eventos naquele local, o **ensino profissionalizante no contexto da República e era Vargas**, a **educação feminina** e o papel da mulher nesse cenário e, finalmente, **arquitetura escolar e o patrimônio histórico**.

Sobre a Escola Profissional Feminina da Capital propriamente dita, um dos grandes desafios foi encontrar o trabalho pioneiro de Oliveira (1992), que escreveu sobre a história da escola em um momento de dificuldades em que boa parte de sua documentação havia sido incinerada por um de seus diretores. Com a força de seu trabalho de mestrado Oliveira (1992) elucidou naquele momento sobre a importância de se disponibilizar um espaço na instituição reservado para a memória para salvaguarda de acervo e artefatos que contam a trajetória do ensino profissional feminino. Essa dissertação estava disponível apenas na biblioteca da PUC, fechada para consulta durante a pandemia, entretanto através uma conversa com o ex-diretor Nilton César Alves, foi possível conseguir uma versão digitalizada do trabalho e fornecê-la ao site de História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza.

Ainda sobre a Escola Profissional Feminina foi possível encontrar material histórico reunido e desenvolvido por Carvalho (2017), principalmente focado no tema da educação para a formação de dietistas e o pioneirismo da Escola no campo da alimentação. Realizou valiosa contribuição de história oral através de entrevistas com ex-alunas e professoras e pesquisa com destaque ao médico Francisco Pompêo do Amaral e Cellina de Moraes Passos, ambas figuras de relevância para o curso de Auxiliares de Alimentação (CARVALHO, 2013). Outros autores contribuíram para o entendimento da escola sob outros pontos de vista, como é o

caso de Barreto (2007) que estabeleceu um diálogo entre a profissionalização feminina e o ensino da arte. Trata-se de um trabalho reflexivo acerca de como o universo feminino se constituía nas práticas desenvolvidas pelas alunas e no cotidiano da escola.

O Centro de Memória que hoje ocupa o antigo espaço do Dispensário de Puericultura foi tratado tanto nos trabalhos de Carvalho (2019), quanto no de Carvalho e Granato (2016), com fotos e reflexões sobre a importância da catalogação no sentido de preservação da memória. O material existente no Centro de Memória abrange projetos da escola principalmente dos anos de 1926 e 1976, que foram parte primordial neste trabalho, publicações comemorativas, reportagens, informações sobre a grade curricular, além de objetos e equipamentos utilizados nas aulas práticas que ficaram obsoletos para tal uso, mas que atualmente fazem parte do Patrimônio Cultural relacionado à história da educação profissional. A análise dessas peças e documentos auxiliaram na construção do histórico construtivo da escola, além de contribuir para responder ao problema de pesquisa, preenchendo lacunas que existiam durante o processo de pesquisa.

Sobre o material iconográfico, é possível destacar o trabalho de Moraes e Alves (2002) na construção de história em imagens das Escolas Profissionais Públicas e um inventário sobre fontes documentais que testemunham a vida nesta e em outras Escolas Técnicas do estado de São Paulo. Outras fontes encontradas e disponibilizadas pelo Centro Paula Souza compreendem um Catálogo para a 3ª. Conferência Nacional de Educação de 1929 com imagens da Escola Profissional Feminina que evidenciam o cotidiano das alunas e o andamento das obras do edifício monumento e um precioso álbum de recortes com reportagens desde sua inauguração no ano de 1911 até 1951 (com complementos posteriores), organizado durante a gestão da diretora Laia Pereira Bueno.

A professora Freitas (1948) foi outra figura de grande contribuição para o entendimento do universo feminino e trabalho de mestras no período. Ela escreveu o livro “Tecnologia: Artes e Ofícios Femininos”, um manual de aula que nasceu a partir de sua dificuldade em cumprir o programa de tecnologia pela falta de referências bibliográficas que a embasassem no desempenho do ensino industrial. Além de conceituar sobre os materiais, métodos e as boas práticas nas disciplinas

oferecidas às alunas, racionalizando a prática de ensino na escola feminina, o trabalho descortinou requisitos desejados para o ambiente em que o trabalho da operária é desempenhado. Sobre as dificuldades em formatar a obra Freitas (1948) expõe:

Entusiasta da difusão das artes femininas como fator preponderante da cultura popular, entrego também ao julgamento de minhas caras patricias e amigas, este pequeno repositório de conhecimentos, dando-me por suficientemente recompensada, se aí for encontrado algo de proveitoso e agradável. (FREITAS, 1948, p.7)

Para um entendimento sobre a dinâmica da educação profissional, foram utilizadas como fonte as obras de Horácio Augusto da Silveira, que foi diretor da Escola Profissional Feminina entre os anos de 1923 e 1934, quando se tornou Superintendente do Ensino Profissional no Estado de São Paulo (LAURINDO, 1962). Ele foi idealizador de projetos na referida escola e acerca do ensino doméstico e é autor de diversas propostas para a estrutura do ensino industrial no período Vargas. Além disso, outras obras que embasaram este trabalho no que diz respeito ao ensino profissionalizante foram Fonseca (1961) com a “História do Ensino Industrial no Brasil”, Freitas (1954) com o título “História do Ensino Profissional no Brasil” e “50 anos de ensino profissional, Estado de São Paulo, 1911-1961” de Laurindo (1962). Estes livros deram suporte a uma reflexão acerca dos propósitos e percurso deste modelo de educação.

Sobre a temática da educação feminina, esta pesquisa buscou relacionar estudos que investigaram sobre o cotidiano da mulher entre os anos 1910 e 1945 bem como obras que se aprofundaram sobre os temas que mais eram oferecidos às meninas no campo da profissionalização: o universo doméstico e a visão higienista. Compreender a vida da mulher que trabalhava nas fábricas e indústrias têxteis assim como a participação em greves e ações sindicais, efervescentes em São Paulo no período do recorte possibilitou uma aproximação sobre os temas dos cursos que eram oferecidos e que embasavam a formação profissional. Era uma mulher que assumia novos papéis na sociedade e trabalhos como os de Galvão (2006), Rago (2014) e Faccaro (2018) vieram elucidar esse cenário e trouxeram um panorama sobre o dia a dia nas fábricas e uso intenso de mão de obra feminina, ao contrário do que se imaginava encontrar.

Ainda sobre a educação feminina foi realizada uma busca sobre outras escolas profissionais para compreender pontos de intersecção curricular e seus desdobramentos nos espaços institucionais. Nessa temática foram considerados os trabalhos de Cruz (2014), que analisou o Dispensário de Puericultura instalado na Escola Profissional Bento Quirino de Campinas e Bonato (2008 e 2003), que realizou estudo específico sobre a Escola Profissional Rivadávia Correa e trabalho sobre escolas profissionais para o sexo feminino, embasado principalmente pela análise de imagens fotográficas. Sobre a educação profissional das mulheres, destacam-se os trabalhos de Salvetti (1995), Oliveira (1994), Santos (2015), Rocha (2005) e Louro e Mayer (1993). Foram autores que ajudaram a traçar um panorama acerca do perfil das mulheres que buscavam um modelo de ensino no qual pudessem aperfeiçoar seus conhecimentos através da formação que lhes era designada, aquela relacionada principalmente ao trabalho doméstico.

Para uma compreensão das origens desse modelo de escola feminina, as distinções entre escola profissional e escola doméstica e o desdobramento em seus espaços, essa pesquisa buscou referências francesas e belgas. Alguns estudos de casos foram selecionados para uma análise comparativa de espaços entre as escolas femininas internacionais e a da capital. Para isso uma fonte inusitada de pesquisa auxiliou no trabalho: cartões postais antigos, encontrados de maneira online e que revelaram impressionantes fotos de interior e exterior de *Écoles Professionnelles* francesas.

Algumas referências francesas sobre a arquitetura higienista e monumental da arquitetura das escolas também partiram desta bibliografia, são volumes enciclopedistas e manuais de consulta das linhas estética, de dimensionamento e construtiva que auxiliavam os arquitetos do Departamento de Obras Públicas. Outros trabalhos acerca da arquitetura escolar paulista desde 1890 até os anos 1930 foram analisados como o de Oliveira (2007 e 2015) e publicação da FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) organizada por Correa, Mello e Neves (1991), que levantou os grupos escolares, formando o patrimônio escolar do estado de São Paulo com dados, fotos e plantas, material que possibilitou análises comparativas sobre o programa de necessidades e aspectos estéticos que norteavam os projetos de prédios para o ensino.

Para uma análise específica sobre Escola Profissional Feminina no âmbito da Arquitetura Escolar e Patrimônio Histórico, a obra “Escolas para a República: os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas” de Wolff (2010) deu expressivo suporte para esta pesquisa. Com ela buscou-se um diálogo entre linguagem e partido estabelecidos na concepção do projeto da Escola Profissional Feminina desde a instalação no antigo Colégio Azevedo Soares até o edifício monumento, além da sua relação com demais projetos das primeiras escolas da República. O cotidiano feminino e a repercussão dos anos que seguem a inauguração da Escola Profissional Feminina puderam ser observados em revistas lidas pelas meninas que frequentaram aquela escola. As revistas “A Cigarra” e “Revista Feminina”, além da revista “O Pirralho”, trazem reportagens sobre a escola, onde foi possível observar fotos dos espaços e analisar a visão da época sobre a instituição.

Os trabalhos de Artigas (1970) e Segawa (1984) em periódicos fazem avaliação sobre a arquitetura escolar sob a ótica pós movimento moderno. Foram importantes bases de reflexão para o espaço destinado ao ensino e aprendizagem. Uma visão de preservação do patrimônio construído toma força a partir daqueles anos, mas a então Escola Técnica Carlos de Campos somente será tombada no ano de 2010, nas proximidades de seu centenário.

Dentro das temáticas expostas, o material coletado para dar suporte à pesquisa pode ser dividido em algumas categorias: **o conceitual** para entendimento de fenômenos sociais e do contexto histórico; **o específico** da escola, compreendendo artigos, teses, dissertações; materiais encontrados no **Centro de Memória**, envolvendo plantas e objetos usados nas aulas; **material iconográfico**, considerando fotos e imagens de alunas e relação com a arquitetura; **documentos oficiais**, como é o caso de Anuários de Ensino do período, com prestação de contas e dados sobre o número de alunas que frequentava a Escola e parâmetro para o entendimento do nível de interesse nos cursos. A partir dessas vertentes o trabalho buscou uma contextualização da sociedade, trabalho e educação feminina para finalmente analisar seus reflexos na arquitetura da Escola Profissional Feminina.

1.2 Forma de análise dos dados coletados

A centenária escola passou por diversas fases e transformações estruturais que influenciaram na mudança de seu nome. Foram doze nomes até chegar ao atual “Escola Técnica Estadual Carlos de Campos” (CARVALHO, 2017, p.40). Por uma questão de predominância temporal no período do recorte desse estudo, decidiu-se adotar e dar prioridade a nomenclatura inicial “Escola Profissional Feminina (da capital)”, de 1911 a 1927, como referência ao objeto de estudo nas reflexões que seguem.

O trabalho busca contribuir com a história da educação profissional feminina, com enfoque especial na arquitetura desenvolvida para abrigar o ensino e aprendizagem de mulheres. Segundo dados levantados nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1913 a 1926 e que serão detalhados adiante, a Escola Profissional Feminina obteve alto número de interessadas em uma vaga nesta instituição que apresentava uma proposta de ensino vinculada à possibilidade de remuneração feminina, além de ótima frequência de suas alunas. São meninas que, em um primeiro momento, foram acomodadas em um precário casarão, do tipo chalé paulistano, fora dos preceitos higienistas e com área insuficiente para comportar todo o corpo docente e realizar as atividades práticas pressupostas pelo ensino profissional.

Para responder a questionamentos voltados aos requisitos de espaço de uma escola profissional feminina e à arquitetura que se configurou especificamente para a Escola Profissional Feminina da capital de São Paulo, procurou-se em primeiro lugar compreender a mulher desse período, dentro de um contexto social e como sujeito histórico, conforme sugere Scott (1995). Quem era essa mulher e quais interesses a levaram a procurar por esse tipo de instrução? O material, que foi dividido em temáticas, possibilitou uma análise mais ampla e que não envolve apenas um exame puramente espacial, mas também sobre o que se esperava desse espaço e o vínculo que eventualmente se estabelecia com as usuárias, levando suas mestras e alunas a realizar projetos pioneiros na sociedade paulistana.

A matéria-prima para o desenvolvimento desta pesquisa foi coletada através de um passeio por essas temáticas, processo que procurou identificar vestígios e

comportamentos sociais que auxiliaram na estruturação de um cenário histórico. Não existe a pretensão de uma reconstrução histórica, já que ela nunca estará completa, é como um grande quebra-cabeças incompleto, cuja montagem é árdua e minuciosa, oferecendo a possibilidade de visualização de parte da imagem, porém sempre faltarão peças. Peças essas que são encontradas com o esforço de cada pesquisador e vai possibilitando uma imagem mais nítida, apesar de imperfeita.

(...) é fundamental que não esqueçamos jamais que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Assim, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isso não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização. (ABREU, 1998, p. 88)

Mais do que levantar fotos, plantas ou documentos sobre a Escola Profissional Feminina, a intenção do trabalho, foi a de fazer uma análise crítica sobre como os acontecimentos e mudanças sociais refletiam na Escola e se desdobraram tanto em novos cursos como na metamorfose do espaço construído, resultando em um prédio parcialmente edificado que possibilitava o suporte a essas atividades. Há um vasto material existente, acessível e preservado sobre a escola e hoje o Centro Paula Souza conta com a atuação do GEPEMHEP – Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional, que além de divulgação sobre a história das escolas técnicas, ajuda na proteção dos Centros de Memória. Esses Centros de Memória funcionam em diversas Escolas Técnicas Estaduais, e auxiliam projetos com o objetivo de preservação do patrimônio para a memória e história da educação profissional e tecnológica.

Buscou-se constantemente relacionar dados históricos, o rico acervo de imagens a fatores externos ao cotidiano da escola como guerras, revoluções, movimentos feministas, eventos que ocasionam mudanças de mentalidades, já que costurar todos esses pontos é imprescindível para uma aproximação mais genuína do objeto. Segundo Meneses (2003) é preciso observar com cuidado o material disponível, evitando o risco de produzirmos pesquisas puramente iconográficas dada a importância da reflexão social que a história e a arquitetura demandam.

(...) estudar exclusiva ou preponderantemente fontes visuais corre sempre o risco de alimentar uma “História Iconográfica”, de fôlego curto e de interesse antes de mais nada documental. Não são, pois, documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade. (MENESES, 2003, p.28)

E Meneses (2003) continua sua reflexão:

Estou propondo que a História vigente, para melhor atender a seus propósitos e responsabilidades, amplie seu horizonte de ação e seu instrumental, deixando de amputar da vida social e das forças de transformação histórica uma faixa relevante de fenômenos (além de insuperável manancial de informações) que é insensato ignorar. (MENESES, 2003. 31)

Após a coleta dos documentos, procurou-se estabelecer um diálogo entre o nascimento das escolas profissionalizantes e o contexto social e político brasileiros. O segundo capítulo irá analisar as intensas transformações pelas quais passam o Brasil e, principalmente a cidade de São Paulo, durante o recorte de 1911 e 1944. Foram escolhidas escolas profissionalizantes masculinas projetadas no período para análise de necessidades. Trata-se de um momento que passa pela Primeira República, quando ocorre forte industrialização e imigração com destacado crescimento populacional em São Paulo, e Revoluções de 1930 e 1932 e todas as fases do governo Vargas, com reformas que refletem não apenas em transformações na educação, mas também nas maneiras de pensar da época.

Uma análise das mentalidades de homens e mulheres sobre o papel feminino naquele momento, auxiliou na melhor compreensão das diretrizes que nortearam o projeto para a Escola Profissional Feminina. A história das mentalidades é uma concepção proveniente da terceira geração da Escola de Annales, tendo como exemplo a obra “O nascimento do purgatório” de Le Goff (1995), em que ocorre um mergulho no imaginário da idade média. Era uma nova proposta historiográfica que passou a abordar fenômenos antes não considerados pela História. Ele estudou visões, culturas e emoções, maneiras de pensar de um determinado recôndito das sociedades. Ao fazer uma análise sobre o espaço na visão do purgatório, Le Goff referenciou Edward T. Hall ao indicar que a “(...) percepção do espaço depende muito da cultura e (...) o território é uma interiorização do espaço organizada pelo pensamento. Existe nele uma dimensão fundamental dos indivíduos e das sociedades.” (LE GOFF, 1995, p.18). Com base nesse conceito, procurou-se compreender primeiramente o imaginário feminino do período, que pareceu ter passado por significativas rupturas até chegar ao

imaginário feminino atual, para posteriormente relacioná-lo às modificações e flexibilização do espaço utilizado pelas alunas e mestras da Escola Profissional Feminina. Meneses (1992, p.12) apresenta a História enquanto ciência da diferença, “somente a história e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre presente e passado”. Essa diferença que buscaremos compreender nos capítulos que seguem.

Todas as reflexões realizadas dentro das diversas temáticas, contexto histórico, cotidiano e trabalho da mulher, escolas profissionalizantes e a industrialização, servirão de embasamento para o quarto e último capítulo, direcionado especificamente para a Escola Profissional Feminina e o entendimento da evolução espacial e proposta de projeto para o edifício monumento assinada pelos arquitetos Achilles Nacarato e Cesar Marchisio (WOLFF, 2010, p.299). Foram analisadas as referências escolares, manuais franceses em paralelo com os aspectos higienistas, monumentais e demais itens que foram observados na concepção arquitetônica.

Plantas, fotos, reportagens e relatórios que apresentam a primeira edificação na qual as alunas foram acomodadas possibilitaram a verificação de reformas necessárias para que as atividades profissionais fossem desempenhadas nos ambientes. As fotos foram organizadas por data e posteriormente por local, de acordo com características identificadas em plantas, como quantidade de janelas, localização de portas, sendo de extrema importância relacionar essas duas fontes iconográficas para um entendimento das limitações de espaço. As fotografias de alunas nas salas de aula, com suas maneiras de se portar e de se vestir, muitas vezes segurando algum objeto ou ferramenta de trabalho foram utilizadas para relacionar o currículo oferecido com a demanda social e espacial, dentre outros aspectos transmitidos pelas imagens.

No que diz respeito ao edifício monumento e toda a etapa final do trabalho, foi consultado o Centro de Memória da Escola, onde existem projetos, documentos e fotografias, material para o qual foi estabelecido o mesmo procedimento indicado acima para a identificação de locais e atividades. As fotos de reportagens em revistas sobre a escola e de eventos disponíveis no livro de recortes da diretora Laia Pereira Bueno ajudaram na reflexão sobre a imensa flexibilidade com que

aquelas figuras ajustavam os ambientes, possivelmente com atividades que se estendiam para além do que foi imaginado originalmente pelos arquitetos, mas que promoviam a forte conexão dos ofícios ensinados àquelas meninas com as necessidades da comunidade local, da cidade de São Paulo e do país.

Por fim, considerando a importância material existente que não se resume à edificação, mas também a mobiliário e elementos escolares, foi documentada a situação atual com fotos e localização em planta. Através da organização e seleção de um levantamento com cerca de 700 fotos um anexo foi trabalhado para registrar a Escola no momento do desenvolvimento da pesquisa e no ano que completou 110 anos.

2 A Educação Profissional na Primeira República

No Brasil do final do Império, associações formadas a partir do interesse de alguma classe, como cafeicultores, financiaram o estudo de profissões através da abertura de Liceus, ensino esse que era destinado a homens brancos e livres. Como o crescimento industrial dependia de um saber técnico, o ensino técnico-profissional passou a ser visto como elemento que impulsionaria a força econômica do país em direção ao progresso (NAGLE, 2009, p.191). Era um momento em que a concentração urbana e o desenvolvimento esperados com o advento da República demandavam esse tipo de profissional, uma mão de obra especializada para o surgimento de tecnologias, entretanto o governo pouco havia se estruturado para o fornecimento da educação básica.

(...) a ideia-força da década final da Primeira República é a do progresso, símbolo de natureza quase exclusivamente emocional, forjado como elemento compensatório da situação atrasada e humilhante em que vivia o país, quando comparada a das “modernas civilizações” (NAGLE, 2009, p.190).

O ensino até o último quartel do século XIX era conduzido pela igreja ou de cunho particular passando a ser influenciado por ideais liberais e positivistas que se encontravam fortalecidos após a Guerra do Paraguai. A obrigatoriedade do ensino laico foi estabelecida somente em lei de 1874 e com isso iniciou-se um processo de inauguração e reformulação de estabelecimentos educacionais (WOLFF, 2010, p.71).

Art. 1.º - O ensino primário é obrigatório para todos os menores de 7 a 14 anos do sexo masculino, e 7 a 11 do sexo feminino, que residirem dentro de Cidade ou Villa em que houver escola pública ou particular subsidiada, não tendo elles impossibilidade physica ou moral. (Lei 9 de 1874)

A educação especializada no Brasil teve início no Rio de Janeiro, por ocasião da vinda de D. João VI ao Brasil que fundou a Academia Imperial de Belas Artes em 1816, com professores contratados da missão artística francesa. Em 1857 foi inaugurado o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro visando propiciar a todos os indivíduos o estudo de “belas-artes” e sua aplicação necessária ao aperfeiçoamento dos ofícios e indústrias fabris. A função de cada instituição era bastante clara: “a academia de Belas-Artes é a escola da aristocracia do talento; o Liceu de Artes e Ofícios é a útil oficina das inteligências modestas.” (BARRETO, 2007, p.55)

São Paulo contava com a Academia de Direito, no largo São Francisco, desde 1827. Sua inauguração foi um marco cosmopolita para a cidade, já que passou a receber estudantes, filhos de uma classe mais abastada e a entregar políticos e intelectuais ao país. Diferente da academia e com um caráter de ensino popular, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi inaugurado em 1873, pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, composta pela classe aristocrática formada pela elite cafeeira e pela maçonaria, tinha por objetivo buscar a preparação de mão de obra para a industrialização paulistana. Como no Rio de Janeiro, os Liceus eram fundados a partir de associações e iniciativas da própria sociedade, tendo pouca ou nenhuma contribuição do Estado. Com ensino gratuito, o Liceu oferecia aos trabalhadores de São Paulo cursos de marcenaria, serralheria, gesso, desenho e era vedado aos escravos e destinado a todo indivíduo, “livre ou liberto, que não tiver contra si alguma circunstância que torne inconveniente a sua admissão ou constitua impossível o estabelecimento” (BARRETO, 2007, p.58).

Com o crescimento acelerado de São Paulo e necessidade de engenheiros para planejar e construir a cidade, foi iniciada a idealização para a construção da Escola Politécnica de São Paulo. Logo após a Proclamação da República, as instituições se estruturaram e em 1892, o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza, formado na Suíça e na Alemanha, assumiu como o primeiro diretor da Superintendência de Obras Públicas e foi eleito deputado. Através dele foi apresentado o projeto de lei que estabeleceu a criação da Escola Politécnica de

São Paulo. A instituição foi inaugurada em 1894 com a presença do presidente do Estado, professores da Faculdade de Direito e do Liceu de Artes e Ofícios (WOLFF, 2010, p. 149). Os cursos de engenharia oferecidos pela Escola Politécnica eram os de arquitetos, civis, industriais e agrônomos e especialidades de mecânicos e maquinistas (BARRETO, 2007, p.66)

Francisco de Paula Ramos de Azevedo, engenheiro-arquiteto que havia estudado na Bélgica e atuado nos primeiros anos de sua carreira na cidade de Campinas, já estava com escritório técnico estabelecido em São Paulo. Ele participou da inauguração da Escola Politécnica e constituiu uma relação dessa instituição com o Liceu de Artes e Ofícios, onde foi diretor a partir de 1895. Ramos de Azevedo aumentou o escopo do Liceu, reformulou esse ensino transformando-o em um “modelo de formação profissional de artesãos, ligados à arte de bem construir” (MONTEIRO, 2009, p.141). Na Escola Politécnica desempenhou inicialmente cargo de professor, e vice-diretor a partir de 1900 e em 1917 assumiu como diretor, ocupando essa cadeira por onze anos, até 1928 (MONTEIRO, 2009, p.15). Tomado por uma série de projetos e obras em andamento na capital, Ramos de Azevedo usava alguns artifícios para fazer a gestão de sua atuação que transitava entre o mercado imobiliário, a educação e a construção civil: um deles era fazer uso das oficinas do Liceu de Artes e Ofícios para executar projetos mediante encomendas de seu escritório para suprir obras dos edifícios que afloravam na cidade (BARRETO, 2007, p.66).

O Liceu de Artes e Ofícios e a Escola Politécnica estabeleceram um corpo docente comum, sendo diferenciados pelo tipo de formação que se dava em cada uma das instituições: “Se os engenheiros e arquitetos da **Escola Politécnica** eram qualificados no projeto de edificações, os **mestres e operários do Liceu** estavam capacitados a executá-los” (BARRETO, 2007, p.66).

As obras escolares efervesciam na capital. Após a Proclamação da República existia um enorme empenho por parte do governo em trazer o progresso para colocar o país em patamares que pudessem sufocar o atraso em relação aos países europeus. Esses países demonstravam que o caminho para suprir o país com tecnologia parecia ser o da educação de seus cidadãos. As Grandes Exposições Universais do século XIX, algumas nas quais o Brasil chegou a

participar – Londres (1862), Paris (1867 e 1889), Viena (1873), Filadélfia (1876), evidenciavam esse atraso do Brasil e seduziam governo e trabalhadores para a possibilidade de modernidade e conhecimento interdisciplinar, o que somente seriam possíveis em nações preocupadas com a formação adequada da sua população. Eram espetáculos culturais que traziam novidades sobre a evolução técnica, científica, cultural e artística dos países.

Entretanto a realidade em São Paulo e principalmente no país era muito diferente: o documento apresentado pelo Brasil para a participação da Exposição da Filadélfia datado de 1876, demonstrou que o investimento do Império na educação era ainda tímido. As poucas escolas que existiam não estavam estruturadas dentro dos conceitos de higiene para os prédios, muitas vezes a educação ficava a cargo da Igreja, de estabelecimentos ou espaços cedidos por quem tivesse mais condições financeiras e se dispusesse a subsidiar a instrução das classes menos favorecidas. Surgiam interessados em financiar a construção de escolas com interesses que estavam além do espírito de caridade ou religiosidade, mas em sintonia com as ideias positivistas, como símbolo de um país que rumava para o progresso e ordem (MONTEIRO, 2009, p.36). Para o ensino das profissões, existiam instituições que acolhiam órfãos e órfãs para preparar-lhes para uma função na sociedade e retirá-los da mendicância. Além disso, outra preocupação era a de que não havia uma formação adequada para os professores.

(...) Além de escolas públicas primárias havia outras particulares que, mal fiscalizadas, sequer chegavam a ser corretamente quantificadas. Diversas escolas funcionavam em salas de aula improvisadas em espaços precários, sob a orientação de um único e mal preparado professor, independente do grau de adiantamento dos alunos que era, em geral, baixo. (WOLFF, 2010, p. 72)

As Escolas Normais eram destinadas à formação de professoras, em geral vinculadas a uma escola para a aquisição da prática de ensino. A primeira Escola Normal de São Paulo foi criada em 1846 e funcionava em edifício anexo à catedral da Sé, atendendo exclusivamente alunos do sexo masculino. Segundo a lei de instrução primária daquele ano, ficou clara a distinção de conteúdos estabelecidos para meninos e meninas, com evidência sobre restrições na formação feminina:

Art. 1º- As matérias que compõem a instrução primária são: leitura, escrita, aritmética até proporções, noções de geometria prática, gramática e religião.

Art. 2º - Nas escolas para o sexo feminino as mesmas matérias, excetuando a geometria e reduzida a aritmética às quatro operações sobre inteiros. Em substituição da geometria, prendas domésticas. (Lei no. 34, 16/03/1846)

A Escola Normal passou por uma série de mudanças de endereço até que meses após a Proclamação da República, sob a direção de Antônio Caetano de Campos, conseguiu reforma possibilitando a criação da Escola-Modelo. A instituição tinha como objetivo contribuir para a formação de professores, onde poderiam realizar estágio e estabelecer um padrão de ensino para outras escolas. No mesmo ano da fundação da Escola Politécnica de São Paulo, 1894, foi inaugurado o edifício majestoso para Escola Normal de São Paulo, a Caetano de Campos, em homenagem a seu diretor, símbolo de ensino de qualidade com planta desenvolvida pelo engenheiro Paula Souza e construção viabilizada pelo engenheiro arquiteto Ramos de Azevedo. Era um monumento à República, localizado em terreno no largo 7 de abril, apontando uma orientação laica com novos valores para a educação. A chamada Praça da República, juntamente com esse edifício eram e permanecem marcos urbanos que representam na cidade o início de um novo modelo de ensino, voltado para o progresso e formação de cidadãos.

Além da formação de professores, o crescimento industrial em São Paulo precisava da qualificação de mão de obra fabril. O ensino para a indústria até então tinha sido “destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos, e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender, também, a outros desgraçados” (FONSECA, 1961, p.137).

O trabalho com as mãos era socialmente visto como inferior, associado a serviços de mão de obra escrava. Na educação, os asilos de órfãos e crianças abandonadas do século XIX logo integraram a função de abrigar esses jovens, ao ensino de ofícios manuais para dar-lhes um destino evitando que ganhassem as ruas. No Seminário dos Órfãos, edificado em 1819 na Bahia, ficou estabelecido que seus asilados aprenderiam artes e ofícios mecânicos, o que seria útil graças à sua proximidade de uma linha de trem (FONSECA, 1961, p.104). A partir desse momento, muitos estabelecimentos que recolhiam órfãos no Brasil ficaram incumbidos de proporcionar o ensino profissional, ensino esse que, por sua vez, passou a ser associado aos abandonados e desamparados. Essa compreensão

sobre o ensino profissional somente foi parcialmente desvinculada dessa ideia quando a indústria começou a buscar mão-de-obra qualificada no início do século XX (FONSECA, 1961, p.104).

As profissões precisavam de força, com uma quebra da visão assistencialista sobre o ensino técnico, de importância secundária e executada por pessoas vistas como inferiores no corpo social. Mesmo com o sucesso apresentado pelos Liceus, no ano de 1887 ainda era possível identificar esse tipo de pensamento, conforme trecho abaixo, de “O país”, escrito por Joaquim Nabuco:

A atual educação incute no próprio filho do operário desprezo pela profissão do pai, pela classe a que ele pertence. Uma sociedade onde os filhos têm vergonha do ofício decente, graças ao qual o pai pode educá-los, precisa de alguma reforma social. (FONSECA, 1961, p.147).

O ensino no âmbito profissional precisou aguardar mais alguns anos para que ações governamentais fossem tomadas e para que a inauguração de escolas com esse modelo de ensino finalmente fosse efetivada. A educação profissional passou a ter seu conceito discutido na esfera política e federal brasileira após uma proposição de número 195, do ano de 1906 e decreto 1.606 de 29 de dezembro do mesmo ano. Segundo Fonseca (1961), houve episódio no qual o Senador Barata Ribeiro pediu explicações sobre a diferença entre “profissional” e “técnico” na descrição do texto que dizia:

Fica o Presidente da República autorizado a entender-se com os governos dos Estados, ajustando o meio no sentido de serem instituídas escolas técnicas e profissionais e elementares, abrindo para isso o necessário crédito, até 100:000\$000.

“Por escolas profissionais eu entendo a escola de aprendizagem de profissão. Ora, profissão é toda aplicação prática de atividade individual. Toda a aplicação da atividade física à produção do trabalho é o exercício de uma profissão.

“É neste sentido que a Comissão entende as escolas profissionais?

“Se é neste sentido, há uma redundância porque o que é técnico é profissional”. (FONSECA, 1961, p. 158)

Chama atenção nesse texto a necessidade de uma aplicação “física” à produção do trabalho e um possível modo de diferenciar o profissional que se formava na escola técnica daquele que se formava em uma faculdade e que estará pronto para exercer uma profissão não através do esforço físico, mas do intelectual. Nesse momento em São Paulo e no Rio de Janeiro já existiam os Liceus, destinados aos trabalhadores braçais, fazendo contraponto às faculdades como exposto anteriormente. Era um ensino destinado a atender as classes populares,

pobres, com características de um programa mais assistencialista do que educacional, com objetivos de “regeneração pelo trabalho” (NAGLE, 2009, p.182).

No final dos anos 1910 o presidente Nilo Peçanha se deparou com o vertiginoso crescimento populacional e industrial, principalmente em São Paulo e que não seria uma população formada apenas por imigrantes, mas também por brasileiros despreparados para trabalhar nas fábricas que se multiplicavam. A preocupação girava em torno de possíveis soluções para a concentração urbana com população desempregada, conseqüentemente gerando outros problemas como o aumento da criminalidade. Com isso, diferentemente dos Liceus e demais escolas assistencialistas existentes, cujo objetivo era dar suporte a uma “infância desvalida”, a criação de escolas profissionalizantes, financiadas pelo governo, buscava atender às necessidades de especialização demandadas pela indústria e dar uma perspectiva de contribuição social com o trabalho ao cidadão. Segundo o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;

Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação:

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitães dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito. (Decreto nº 7.566, de 23/09/1909)

Com a oferta de escolas profissionais o governo vislumbrava outros objetivos, como o de formar cidadãos com ideais de disciplina e ordem, dedicados ao trabalho. No bairro paulistano do Brás, muito industrializado, havia a distinção clara entre aquele que morava no cortiço e o que morava na vila operária, destinada ao trabalhador da indústria, portanto, a própria estruturação urbana já se encarregava de diferenciar diferentes tipos de trabalhador. A nacionalização da mão de obra era outro objetivo para o estudante da escola profissional: o governo buscava criar um espírito patriótico imbuído em competitividade com trabalhadores que ajudassem a formar uma nação desenvolvida, através da difusão de saberes pela técnica e a ciência. O estrangeiro, apesar de trazer da Europa a especialização

desejada, era visto como uma ameaça à ordem e propagador de ideias libertárias (BARRETO, 2007, p.111). O trecho a seguir, retirado do Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1918, demonstra a expectativa do governo quanto ao ensino técnico recém implantado e o conceito de nacionalização do trabalho que era empregado na esperança de que esse tipo de ensino mudaria o pensamento brasileiro sobre a inferioridade dos trabalhadores pela associação ao escravo.

É indiscutível, e muito se tem proclamado, a necessidade do ensino profissional no Brasil. País novo, caminhando para a Constituição de um tipo único de raça pelo caldeamento dos elementos estrangeiros que aqui aportam, lucta, no entanto, com as tradições vindas de longe e com os preconceitos nascidos nos omissos tempos da escravatura em que a inatividade do brasileiro que de tudo em carregou o escravo, criou o desprezo dos trabalhos manuais.

Com a disseminação do ensino profissional, provocar-se-á, no povo, a simpatia para com os operários, que estão encarados como fatores do progresso e não como seres desprezíveis, sem direito ao respeito é à consideração. Surgirá, então, a convicção de que o trabalho manual não constitui desdouro nem baixeza. As escolas profissionais formarão o cidadão operário cômico de seus deveres e direitos políticos, cumpridores das suas obrigações sociais e morais. Serão uma força viva de progresso em um fator de riqueza para o país.

Precisamos ter operários nossos, evitando-se a importação de elementos, muitas vezes banidos de suas terras de origem, pelas ideias subversivas que professam, e que tudo anarquizam, pois, não lhes pesa na consciência, a desorganização social de uma Terra extraordinariamente hospitaleira...

É uma questão patriótica a difusão das escolas profissionais. Os governos devem encará-la como um veículo seguro de nacionalização. De nacionalização geral, sem distinção de classes, sem a preocupação de conquistar a atenção da elite que se preocupa muito pouco com as coisas pátrias, preferindo os regalos da indolência aos incômodos cívicos do cidadão. (Anuário Ensino do Estado de São Paulo de 1918, p.533)

No Estado de São Paulo, a proposição 195/1906, do discurso do senador Barata Ribeiro, e o decreto 7566 assinado por Nilo Peçanha foram oficializados através dos decretos 2118-A e 2118-B de 28 de setembro de 1911, que autorizaram a criação de duas Escola de Artes e Ofícios: uma na cidade de Amparo, outra na cidade de Jacareí, e duas Escola Profissionais na cidade de São Paulo: a Escola Profissional Masculina da Capital e a Escola Profissional Feminina da Capital, inauguradas no mesmo ano de 1911.

Apesar de vislumbrar outros objetivos, o ensino técnico manteve cunho assistencial até 1918, quando o decreto 13.064 passou a regulamentar a formação profissional. Segundo Nagle (2009, p. 183), mestres eram retirados das fábricas e

oficinas sem base teórica, conhecimento técnico ou pedagógico. As escolas funcionavam sem normas ou programas estruturados, eram organizadas sem uma diretriz. No ano de 1924 o “Relatório Luderitz” expressou um novo conjunto de ideias para a formação do ensino técnico: a educação do proletariado nacional enquanto defesa contra a invasão de capital industrial estrangeiro. O relatório reconhecia que as primeiras letras não seriam suficientes para a formação do indivíduo enquanto elemento social e nacional para que fosse capaz de produzir, indicando o ensino técnico como uma oportunidade para o trabalho dentro de oficinas (NAGLE, 2009, p. 185).

Em portaria de 13 de novembro de 1926 o ensino técnico-profissional foi novamente remodelado e subdividido em elementar e complementar, com estruturação do currículo visando sua uniformidade. Dentro dos quatro anos de aprendizagem, os dois primeiros anos consistiriam na aprendizagem de trabalhos manuais, como parte de um estágio pré-vocacional e nos dois últimos anos a aprendizagem dos ofícios. Os dois anos complementares objetivavam a formação de mestres que atenderiam especificamente à demanda de alunos para o ensino profissional. Em paralelo a essas ações, foi criado o Serviço de Inspeção do ensino Profissional Técnico, órgão que fiscalizaria as instituições.

Assim, a história das escolas profissionais seguiu com diversas reestruturações e se consolidou no país como força motriz para o fornecimento de mão de obra trabalhadora. Estabelecidas, portanto, na Primeira República, como uma maneira de capacitar os cidadãos dentro de uma linha prática, contribuíram para o desenvolvimento industrial e nacional. Faziam parte de um plano de progresso que tiraria o Brasil de uma situação de atraso em relação a outras nações a partir da disseminação da educação alinhada à tecnologia. Diferentemente do ensino de nível superior, restrito e disponível apenas à elite, esse modelo de educação serviria como uma maneira mais efetiva de envolver a população com menos recursos e direcioná-la rapidamente ao mercado. Essas escolas formaram um elo entre a educação e o trabalho, entre a prática e a teoria, representando uma nova maneira de aprender e ensinar. A Primeira República foi um período que conheceu o surgimento de unidades com tamanha qualidade que construíram suas

histórias acompanhadas à do Brasil, passando por mudanças significativas e resistindo até os dias de hoje.

Este ensino ainda sofreu grandes modificações a partir da presidência de Getúlio Vargas, com impacto direto na formação feminina envolvendo conceitos como eugenia e reformas sanitárias. Entretanto, antes desse estudo percorrer as especificidades das escolas femininas e seu surgimento, duas escolas profissionais masculinas inauguradas nesse contexto foram escolhidas para análise: Escola Profissional Masculina em São Paulo e Instituto Profissional Bento Quirino em Campinas. A compreensão das escolas masculinas buscará percorrer a situação como foram estabelecidas em suas instalações, os cursos fornecidos, eventos e avanços tecnológicos oferecidos por essas instituições.

2.2 Escola Profissional Masculina (GV) – SP

Com a acelerada industrialização que ocorria em São Paulo e dada a necessidade de especialização dos trabalhadores, o então Presidente do Estado (governador) Albuquerque Lins assinou em 28 de setembro de 1911 o decreto 2118-B que estipulou a criação de uma Escola Profissional Masculina e outra Escola Profissional Feminina, a serem estabelecidas separadamente. Fazia parte da moral e pedagogia da época que meninos e meninas fossem separados fisicamente em um mesmo edifício escolar, mas possivelmente por conta do contingente esperado de alunos e alunas e pelo currículo distinto que se estabelecia a cada uma das instituições, decidiu-se pela criação de duas escolas em endereços diferentes. O decreto informou que os alunos do sexo masculino receberiam o ensino de artes e ofícios e as do sexo feminino, economia doméstica e prendas manuais. A Escola Profissional Masculina seria a futura e conceituada Escola Técnica Getúlio Vargas, que recebe esse nome em homenagem ao presidente a partir de 1943.

Para que essa escola fosse estabelecida, Aprígio de Almeida Gonzaga juntamente com Miguel Carneiro Júnior fizeram uma viagem para a Argentina, que já dispunha desse modelo de ensino, para buscar referência para a estruturação de um plano de ensino para as escolas profissionais que seriam implantadas em São Paulo. Aprígio de Almeida Gonzaga tornou-se o primeiro diretor da Escola Profissional Masculina e Miguel Carneiro Júnior tornou-se o primeiro diretor da

Escola Profissional Feminina. Os cursos oferecidos em sua inauguração aos meninos que deveriam ter idade mínima de 12 anos eram os de Matemática, Desenho, Pintura, Ferraria, Mecânica, Latoria (funilaria) e Fundição. Não muito distante da Escola Profissional Feminina, a primeira sede da Masculina funcionou na Rua Muller, 4, uma edificação simples e alugada, próxima ao largo da Concórdia, com galpão anexo para as atividades de oficina (SAITO, 2010, p.1).

A foto abaixo mostra o primeiro prédio onde a Escola Profissional Masculina foi instalada, ela aparece como pano de fundo em foto que demonstra a criação do primeiro automóvel 100% brasileiro, apelidado carinhosamente de “baratinha”, desenvolvido por alunos no ano de 1917. O automóvel possuía dois lugares e aparece na imagem estacionado em frente às instalações da Rua Muller, 4, o prédio simples com dois andares e com os três arcos com interior trabalhado em ferro forjado na fachada.

Figura 1 - Prédio onde funcionou a escola nos primeiros anos (1911 – 1917) Rua Müller, 4 – Brás



Fonte: Centro de Memória Aprígio de Almeida Gonzaga ETE-GV (SAITO, 2010, p.168)

Figura 2 - "A baratinha" – o primeiro automóvel 100% brasileiro, fabricado por alunos da Escola Profissional Masculina em 1917



Fonte: (SAITO, 2010, p.168)

Com a redução das importações por conta da Primeira Guerra Mundial, o governador Francisco de Paula Rodrigues Alves visitou a Escola e vislumbrou o aquecimento no mercado interno e crescimento da demanda dos cursos ministrados pela Escola Profissional Masculina. Ele comunicou ao diretor Aprígio de Almeida Gonzaga sua decisão de construir a nova sede, mais ampla, para o aumento de sua capacidade (SAITO, 2010). O número de alunos matriculados realmente era crescente, saltou de 613 no ano de 1915 para 811 alunos em 1916 (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, 1916). Em 1914, arquiteto alemão formado em Hamburgo Carlos Rosencrantz, que trabalhava na Diretoria de Obras Públicas desde 1911, já desenvolvia o projeto para a mudança das instalações da escola, que aconteceu em 1917 com destino à Rua Piratininga, 85 e 105, no Brás.

Foi planejado um edifício monumental e mais espaçoso, que permitiria flexibilização de usos além de acolher as oficinas de ensino necessárias para o ensino profissionalizante. Carlos Rosencrantz, elaborou um projeto dentro dos conceitos higienistas no qual as escolas da época vinham sendo concebidas, com pé direito de 5,0m ou mais e janelas de 2,50m de altura, permitindo boa iluminação natural, ventilação e circulação de ar nas salas de aula. Além disso, para os cursos de mecânica, ferraria, funilaria e fundição, esperava-se o uso de equipamentos de

grande porte como forjas e tornos demandando espaços dimensionados para receber o maquinário específico para a formação dos alunos.

Figura 3 - Alunos do 2º e 3º anos do Curso de Ajustagem e Torneado em aula prática, na Oficina Mecânica da Escola, em 1926



Fonte: Moraes e Alves (2002, p.59)

Para um programa de ensino de atividades que normalmente se desenvolveriam em galpões, Rosencrantz consegue um projeto que se aproxima dessa identidade “fabril” dê seus objetivos. O esquema da implantação em “U” aqui se torna quase em dois pavilhões gêmeos, mediados por um pátio de iluminação e ventilação, e unidos por uma área fronteira de acesso. (WOLFF, 2010, p.298)

O programa incluiu oficinas de fundição, serralheria, mecânica, marcenaria e carpintaria, entalhes, funilaria, elétrica, pintura decorativa, plástica e desenho profissional com salas de dimensões de 12 a 20 metros de comprimento por 10 de largura, além de depósitos e espaços para a exposição dos trabalhos de alunos (WOLFF, 2010, p.298).

Carlos Rosencrantz foi cuidadoso com o projeto da fachada, elaborou uma concepção peculiar na qual criou três elementos que sobressaem ao plano e evidenciam frontões curvos e óculos que estabeleceram características neobarrocas. Fez uso dos frisos, medalhões e florais que eventualmente eram utilizados nas escolas para evidenciar a importância do edifício, mas neste em especial usou elementos com arabescos em ferro forjado e alegorias que simbolizam alguns cursos oferecidos pela instituição.

Figura 4 - Escola Profissional Masculina em 1926 (sede própria, inaugurada em 1917)



Fonte: Imagem extraída do relatório de Aprígio de Almeida Gonzaga de 1926

Figura 5 - Vista do bairro do Brás, 1920, a partir do Parque Dom Pedro II. A fachada da Escola Profissional Masculina era destaque entre as chaminés das fábricas e a Igreja Bom Jesus do Brás



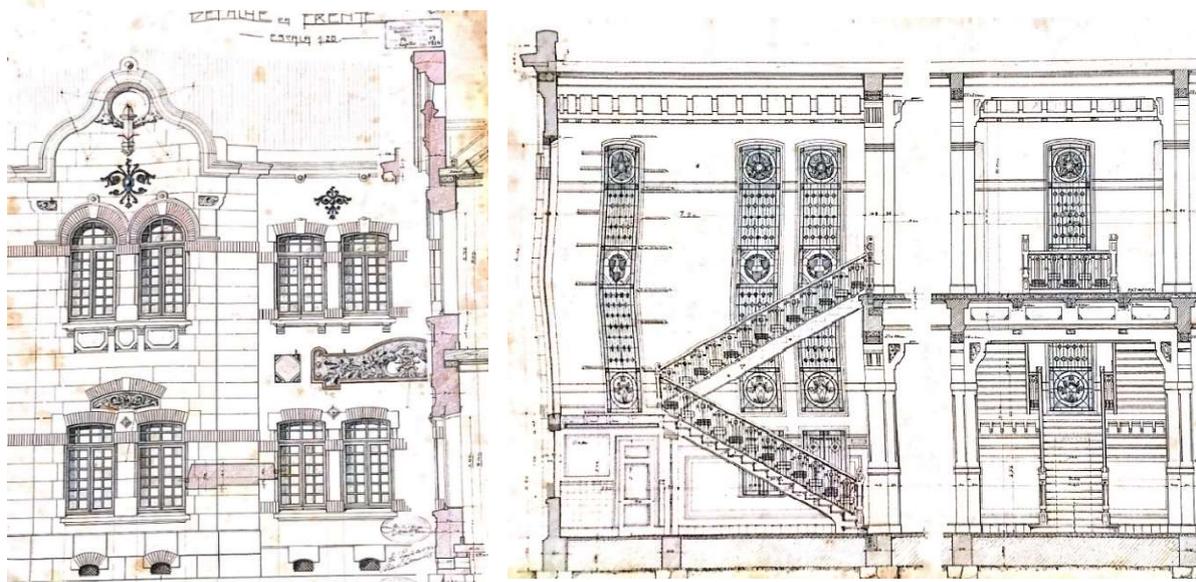
Fonte: Acervo da ETE-GV (SAITO, 2010).

O novo endereço em que a Escola Profissional Masculina foi implantada tinha uma proximidade do centro do bairro. É possível verificar na foto anterior a

evidente fachada da escola com dois de seus frontões e seguindo um eixo, ou rua, à esquerda a cúpula da Igreja Bom Jesus (dos Matosinhos) do Brás. Essa fotografia revela o contexto industrial do bairro com as chaminés e a fumaça demonstrando a força do trabalho com o qual a escola viria a contribuir formando mão de obra profissional. A via que aparece entre a escola e a igreja já apresentava o movimento de veículos dos anos 1920 e formaria a Avenida Rangel Pestana, sentido Celso Garcia.

A edificação mal havia sido entregue aos estudantes e a Escola Profissional Masculina precisou interromper suas atividades em 1918 por conta da gripe “espanhola”. Graças a um projeto com criterioso dimensionamento dos ambientes e janelas, a escola pôde transformar-se em um hospital temporário com 300 leitos, acolhendo os doentes, vítimas da gripe (SAITO, 2010, p.2), comprovando a versatilidade de funções que esses edifícios tinham potencial de oferecer à comunidade.

Figura 6 - Escola Profissional Masculina – Projeto do Arq. Carlos Rosencrantz



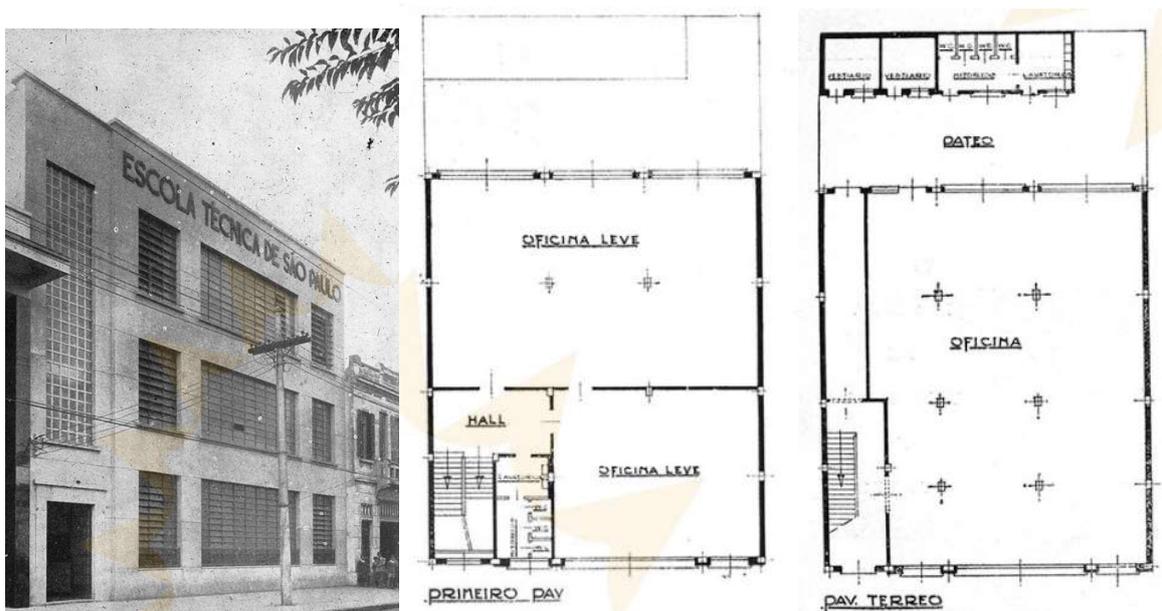
Fonte: Acervo do Centro de Memória da ETEC Carlos de Campos (agosto, 2020).

O novo edifício permitiu o início de uma produção por encomenda, que ajudaria a manter a própria escola. Uma variedade de móveis como mesas, armários, cadeiras, camas e o próprio mobiliário da escola eram produzidos por alunos dos cursos de marcenaria e entalhe. Inclusive os próprios equipamentos como torno, fresas e plainas eram produzidos pelos alunos. A Revolução de 1932 contou com o suporte tanto das alunas da Escola Profissional Feminina, com o

oferecimento de refeições e uniformes, quanto a ajuda da Escola Profissional Masculina que fabricou caldeirões e granadas para as frentes de combate.

Novos prédios foram construídos no início dos anos 1940, ao lado da edificação principal, após um período em que havia sido introduzido o conceito de modernidade tanto na arquitetura quanto na educação e a Escola Técnica Getúlio Vargas passou a compreender os seguintes números da Rua Piratininga: 51, 85 e 105. A Diretoria de Ensino e a Diretoria de Obras Públicas trabalhavam em uma equipe multidisciplinar para revisar os preceitos norteadores da arquitetura escolar (OLIVEIRA, 2007, p. 39). Mantinha-se a preocupação sanitarista, mas, com o déficit de prédios escolares, buscava-se uma construção mais barata e despida de ornamentos para que a redução no orçamento aumentasse o número de escolas. O projeto de Romeu Midlin refletiu a busca pelo novo conceito de arquitetura, com janelas amplas e horizontais, salas abertas que evidenciavam os pilares, ideais para as amplas oficinas e sem a necessidade dos fechamentos em alvenaria. A Escola Profissional Masculina ganhou uma arquitetura que se aproximava muito mais da estética fabril, com os grandes panos de vidros, caixilhos e vãos livres semelhantes ao conceito da AEG Factory, do arquiteto Peter Behler e seu desbravador neoclassicismo industrial, do que o edifício anterior, mais ornamental e artesanal, refletindo uma mudança inclusive no modo de produção industrial.

Figura 7 - Projeto de Romeu S. Midlin com construção de Severo & Villares



Fonte: Revista Acrópole – No.63 (julho de 1943)

Figura 8 - Projeto de Romeu S. Midlin com construção de Severo & Villares



Fonte: Revista Acrópole – No.63 (julho de 1943)

Diferentemente do edifício que complementou a Escola Profissional Feminina em 1976, esses anexos construídos para a Escola Profissional Masculina na década de 1940, com outra concepção de arquitetura e completamente esvaziado de ornamentos, não foram acoplados ao edifício de 1914 de Carlos Rosencrantz. Eles foram implantados em terrenos contíguos, sem recuo frontal ou intenção de monumentalidade, e principalmente sem a busca por fazer parte do mesmo corpo edilício. É certo que o projeto de 1914 fora concluído em sua integralidade, diferentemente da Escola Profissional Feminina, mas a condição de projetar em terreno ao lado do edifício monumento, deu ao arquiteto Romeu Midlin a possibilidade de utilizar uma diferente linguagem sem agredir ou interferir na individualidade de cada leitura arquitetônica, pertinente ao seu tempo. Observando a imagem abaixo, é possível perceber que a distinção dos anexos foi tamanha, que dificulta por outro lado a identificação como uma única instituição. Diferentemente, a Escola Profissional Feminina teve o seu projeto do edifício monumento completado 50 anos depois, com uma construção muito simplificada que se interliga ao edifício monumento, mantendo apenas parte da volumetria do que se esperava

no projeto original em uma conexão deficiente como será demonstrado no capítulo quatro.

Figura 9 - Situação atual prédios construídos como anexo



Fonte: Google Street View – Maio 2019/ (HAGIO e CARVALHO, 2018, p.9)

As fotos atuais dos prédios onde funcionou a Escola Profissional Masculina, evidenciam o desgaste dessas edificações vizinhas ao edifício monumento. Esses edifícios possivelmente já abrigaram diversos outros usos, inclusive o de fábricas e atualmente é possível observar adaptações realizadas em caixilhos da fachada e falta de manutenção do prédio. A edificação de número 105, projetada pelo arquiteto Rosencrantz, foi tombada pelo COMPRES, Resolução 24 em 2016 pela “(...) importância do ensino profissionalizante para a capacitação da mão de obra para o comércio e indústria desde o início da industrialização de São Paulo” e hoje é o espaço onde funciona o Fórum de Varas Especiais de Infância e Juventude do Brás.

No ano de 1964 a Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas foi desmembrada nas atuais ETE Rocha Mendes e Martin Luther King e sofreu nova mudança de endereço. A ETE Getúlio Vargas foi deslocada das edificações na Rua Piratininga para o bairro do Ipiranga, na Rua Moreira e Costa, S/N, onde funciona com muito prestígio até os dias de hoje.

2.3 - Instituto Profissional Bento Quirino - Campinas

Bento Quirino dos Santos nasceu em Campinas em 1837. Era comerciante entusiasta dos progressos trazidos pela República, com atuação na política e melhorias na infraestrutura de Campinas, tendo em seu currículo a fundação da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, Companhia Campineira de Iluminação a Gás, diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CRUZ,

2014, p.4). Como progressista, apresentou ainda considerável representatividade na evolução do ensino campineiro.

Bento Quirino fundou a Associação Culto à Ciência, instituição responsável pela construção do Colégio Culto à Ciência em 1873, um precoce exemplar de arquitetura direcionada à educação. Foi um dos primeiros prédios escolares paulistas que ainda sobrevive, projetado pelo empreiteiro Guilherme Krug. Funcionava em regime de internato, sendo que seu programa construtivo era composto de salas de aula no térreo e dormitórios no superior (WOLFF, 2010, p.98). Um esquema muito semelhante ao que veremos adiante no Colégio Azevedo Soares, cujo edifício abrigou a Escola Profissional Feminina por cerca de 65 anos.

A construção do Instituto Profissional Masculino foi concretizada após o falecimento de Bento Quirino em 1912, ao deixar em seu testamento a doação para diversas instituições de ensino, dentre elas uma escola profissional à qual destinou mil contos de réis para a construção. Foi criada a Associação Instituto Profissional Bento Quirino designada a fazer a gestão dos recursos doados e cumprimento dos desejos do doador. O objetivo delimitado ao instituto era o de ser:

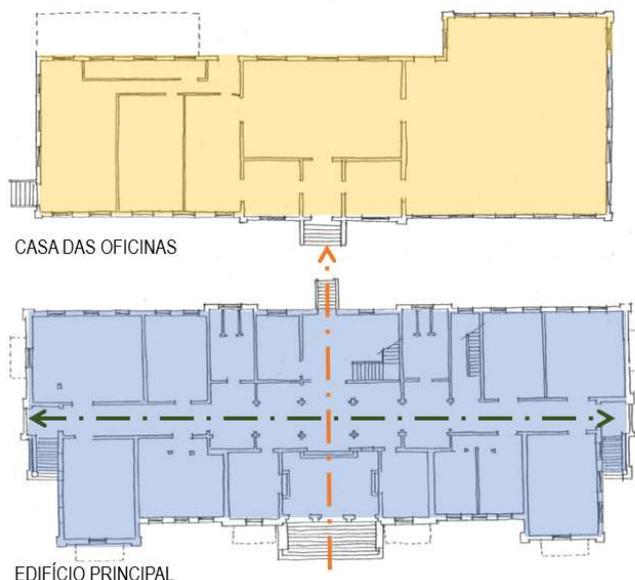
(...) um estabelecimento de instrução popular, onde, por meio de lições, conferências e aulas práticas gratuitas se pudesse oferecer o ensino dos conhecimentos próprios para elevar o nível intelectual e profissional das classes laboriosas. (PELLICCIOTTA, 2015, p.3)

O arquiteto escolhido para desenvolver o projeto e a construção foi Ramos de Azevedo, que além de amigo de Bento Quirino, tinha envolvimento com o ensino profissionalizante (MONTEIRO, 2009, p. 414). Ramos de Azevedo trabalhou na concepção do edifício entre os anos de 1917 e 1918. O engenheiro-arquiteto já era uma figura influente em São Paulo e com histórico de atuação em diversas obras na cidade de Campinas. Diferentemente da Escola Profissional Masculina, com uma planta em “U”, o projeto do Instituto Profissional Bento Quirino foi pensado como um edifício principal retangular, com a monumentalidade característica do período, e um edifício apartado, mais simplificado e paralelo ao principal, para a Casa das Oficinas onde seriam desenvolvidas aulas práticas, características do ensino profissional.

O edifício principal foi projetado com dois andares mais subsolo. No térreo, o arquiteto criou um eixo de simetria, representado abaixo pela cor laranja, onde foi estabelecido o acesso principal e circulação em direção à Casa das Oficinas. O corredor de circulação, que faz a distribuição para as salas de aula, é centralizado

na planta e representado no esquema abaixo por linha de eixo na cor verde. Esse corredor apresenta dimensões variáveis, sendo mais largo na região de cruzamento com o outro eixo, criando um vestíbulo, claramente pela maior concentração de alunos nessa área em momentos de entrada ou saída da escola.

Figura 10 - Planta do pavimento térreo do Instituto Profissional Bento Quirino



Fonte: (PELLICCIOTTA, 2015) tratado pela autora

<http://iabcampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/10/09-Cotuca.pdf> acesso em 13/09/2020

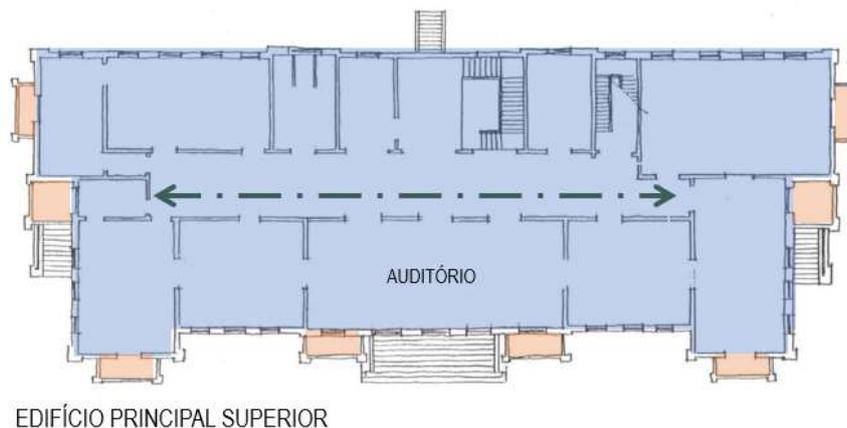
Na planta da Casa das Oficinas, por abrigar aulas mais específicas, não parece ter ocorrido a mesma preocupação com um grande volume de alunos circulando. Não existe corredor de distribuição e as salas são maiores porque receberiam equipamentos relacionados aos primeiros cursos estabelecidos para a profissionalização dos meninos que ali frequentariam. Monteiro (2009) esclarece a função de cada uma das salas da Casa de Oficinas:

(...) compunha-se por “duas grandes oficinas, para serralheria e marcenaria, um salão para exposição dos trabalhos dos alunos e duas saletas para guarda de matéria-prima. Tal qual o anterior (edifício principal), a solução espacial encontrada caracterizava-se um corpo central, destinado ao saguão de exposições e ladeado por locais de trabalho. (MONTEIRO, 2009, p.143)

Os cursos oferecidos no início das aulas em 1919 eram os de cultura geral, desenho e geometria, marcenaria e mecânica (PELLICCIOTTA, 2015). No pavimento superior o corredor, também em eixo central, dispõe de largura ainda maior, 4,20m e mais constante. O posicionamento da circulação nesse local permite que as salas de aula, auditório e demais ambientes de maior tempo de permanência dos usuários, pudessem receber iluminação e ventilação naturais. O pé-direito do

edifício é alto bem como as janelas, assim como ocorre na Escola Profissional Masculina e na Feminina. Era preocupação dos arquitetos desse período a criação de ambientes dentro dos preceitos higienistas e faziam uso de artifícios como a criação de amplas salas e janelas para proporcionar ao interior das edificações boa iluminação e circulação do ar adequadas para o conforto dos usuários da edificação.

Figura 11 - Planta do pavimento superior do Instituto Profissional Bento Quirino

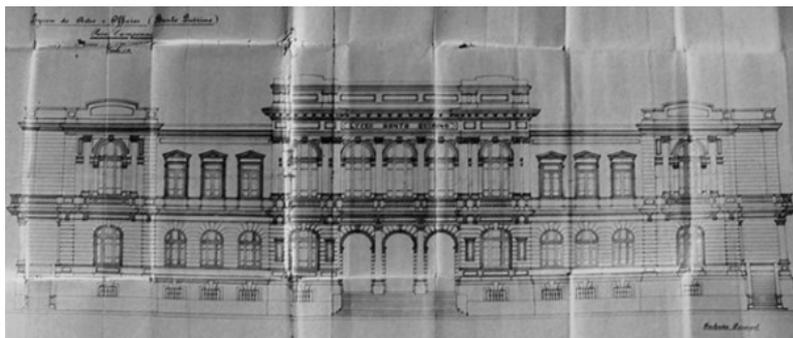


Fonte: (PELLICCIOTTA, 2015) tratado pela autora
<http://iabcampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/10/09-Cotuca.pdf> acesso em 13/09/2020

O Instituto Profissional Bento Quirino ainda conta com varandas distribuídas no pavimento superior na fachada e nas laterais do edifício, demarcadas em laranja na planta acima. As varandas eram usadas como elemento compositivo para criar uma volumetria atraente nesses edifícios. Será exposto mais adiante como o uso da varanda foi aplicado majestosamente como recurso na volumetria da fachada da Escola Profissional Feminina.

Trata-se de uma fachada de composição eclética com frisos horizontais, janelas em arcos ora acompanhadas por frisos ora por colunatas e outras janelas com ornamento superior triangular. Sobressaem nessa fachada três volumes, sendo um principal e outros dois nos extremos, ainda as varandas, com fechamento em balaústres e mísulas, referências neoclássicas e neorrenascentistas que ajudam na linha de composição eclética do todo. A edificação é encimada por platibandas com cimalthas, pontuadas por semiarcos nos locais onde a volumetria se destaca. Três arcadas coroam o pórtico e pontuam o acesso à edificação, ressaltando sua monumentalidade.

Figura 12 - Projeto da fachada do prédio principal e Escola Profissional Bento Quirino em 1919



Fonte imagem 12: Inventário Patrimonial do Bem Arquitetônico em <http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/cotuca-colegio-tecnico-de-campinas/> Com tratamento pela autora. Acesso em: 13/09/2020

Em seu percurso o instituto passou a apresentar dificuldades financeiras no ano de 1920 e em 1926, em busca de uma reestruturação dos serviços oferecidos, passou a abrir matrículas para o público feminino. No ano de 1927 foi transferido para a administração do Governo do Estado, que assumiu a direção e manutenção do prédio, oficinas e maquinário. Nesse mesmo ano passou a se chamar Escola Profissional Mista Bento Quirino, seria a primeira escola profissional mista do Estado, segundo apontado por Pellicciotta (2015). Eram então oferecidas aulas do ensino propedêutico como português, educação física, aritmética, geometria e desenho e cursos profissionais. Recebia também meninas e para elas oferecia: bordados a máquina, flores, roupas brancas, chapéus e artes aplicadas e técnico prático de economia doméstica, que envolvia noções de culinária, higiene sanitária e cuidado com as crianças. Para os meninos eram oferecidos os cursos de mecânica geral, composto por ferraria, fundição, serralheria, ajustagem, forno e fresa e marcenaria composto por torneado em madeira, entalhes e confecção de móveis e outros artefatos (CRUZ, 2008, p. 62). Eram cursos muito similares aos

currículos de São Paulo nas Escolas Profissionais Feminina e Masculina, mas agora em uma única instituição, um único edifício.

Em outubro de 1933 a Escola Mista Bento Quirino abriu o Dispensário de Puericultura, que também funcionava na Escola Profissional Feminina de São Paulo (1931-1976). Era um meio de integração dos serviços técnicos com a comunidade, no qual eram oferecidas aulas práticas de economia doméstica e serviços voltados à mãe e ao acompanhamento da criança, fornecimento de leite e alimentação apropriada. O Brasil já havia entrado na Era Vargas, período em que a mulher passou a ter papel atuante no que diz respeito à responsabilidade de formação de cidadãos fortes, os futuros trabalhadores da nação brasileira, através dos ideais sanitaristas e de eugenia. Em ambos os dispensários de puericultura eram promovidos Concursos de Robustez que levavam as mães a colocar seus filhos para disputar pelo melhor desenvolvimento físico.

O concurso tinha dois grupos etários: um para bebês de quatro meses até um ano e outro de mais de um até três anos. Estas crianças haviam passado pelo exame médico que avaliava os candidatos para o Concurso de Robustez Infantil. (CRUZ, 2008, p.121)

Figura 13- Entrada principal do Instituto Profissional Bento Quirino, 09/10/1935



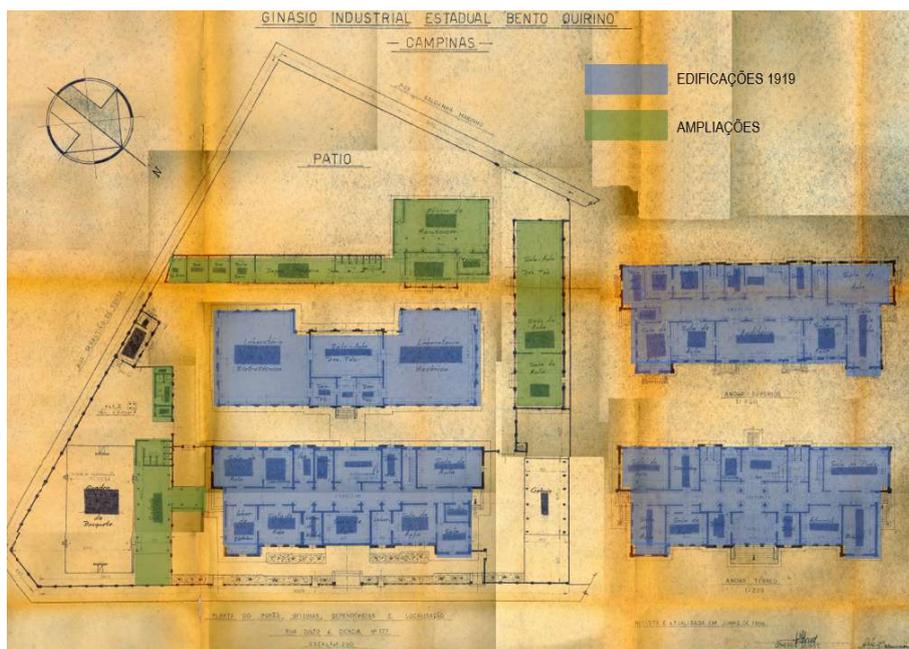
Fonte: (CRUZ, 2008, p.121)

O Dispensário de Puericultura do Instituto Profissional Bento Quirino encerrou suas atividades no final do ano 1959. (CRUZ, 2008, p.vii). Na época a escola passou por ampliações dada a crescente demanda por cursos profissionalizantes, que coincidiu com o estímulo dado pelo governo federal e o presidente Juscelino Kubistchek ao crescimento industrial do país. A partir de 1958 a instituição passou a chamar-se Ginásio Industrial Estadual Bento Quirino.

Nos anos 1960 a escola começou a apresentar problemas estruturais, quando sua administração foi transferida para a Universidade Estadual de Campinas. Foram realizadas obras de restauro entre os anos de 1967 e 1970, coordenadas pela Universidade, que criou o Colégio Técnico de Campinas, o COTUCA, abrigado nessas instalações até os dias de hoje, oferecendo cursos de informática, saúde, telecomunicações, gestão e meio ambiente (PELLICCIOTTA, 2015). A edificação foi tombada pelo CONDEPHAAT no ano de 1984 pelo Processo 22805/83, Resolução 30 de 29/10/1984, e pelo CONDEPACC. Processo 010/92, Resolução nº. 12 de 01/12/1992.

Assim como as demais escolas técnicas que estão sendo estudadas neste trabalho, o Instituto Profissional Bento Quirino passou por intervenções e ampliações ao longo dos anos. Os complementos construídos no terreno não foram interligados à edificação principal, exceto pequeno trecho onde se buscou conexão com uma das varandas. Nesse caso, e diferente do que ocorreu com a Escola Profissional Feminina, a área de terreno disponível era considerável, o que favoreceu a criação de outros galpões para compor o espaço sem prejudicar a monumentalidade e qualidade da edificação principal e mesmo o anexo apartado que fora projetado por Ramos de Azevedo.

Figura 14 - Análise de implantação de ampliações no Instituto Bento Quirino realizada pela autora



Fonte: (LEMES, 2010, p. 63)

Como é possível observar na análise da implantação da escola, as edificações projetadas por Ramos de Azevedo (em azul) puderam ser complementadas com a criação de novos espaços distribuídos nas extremidades do terreno (verde) sem que houvesse qualquer comunicação prejudicial entre as edificações. A construção de complementos em edificações de ensino profissional desse período se mostra comum em outros estudos de casos de escolas femininas que serão demonstrados mais adiante.

3 A Educação Profissional Feminina e suas escolas

Escola Normal do Brás. Reduto pedagógico da pequena burguesia. O estudo não é muito caro. Os pais querem que as filhas sejam professoras, mesmo que isso custe comer feijão, banana e broa todo dia. (GALVÃO, 2006, p.35)

O trecho acima foi retirado da obra intitulada “Parque Industrial”, um romance proletário de Patrícia Galvão, também conhecida pelo apelido de Pagu, escritora, jornalista, militante e integrante do grupo de artistas que participou do Movimento Modernista. Apesar de ficção, esse romance publicado em 1933 revela pormenores do cotidiano de opressão de mulheres que trabalhavam nas fábricas têxteis do Brás. Nessas histórias que se desenrolavam no bairro operário, caminhos se cruzavam e o acesso a uma educação para o trabalho já manifesta um nível de diferenças sociais entre aquelas meninas cujos pais ainda que com dificuldades,

poderiam proporcionar-lhes o acesso à educação. A educação “ainda que não muito cara” seria condição de destaque entre elas, já que o período dentro da escola era um tempo em que não estariam trabalhando e estariam livres do que o romance pontua como situações de exaustivas jornadas de trabalho para aquelas meninas. A escola era a esperança de um futuro melhor para a mulher.

Nesse cenário, eram limitadas as possibilidades de formação profissional feminina, ela poderia estudar em escolas normais e ser professora ou na Escola Profissional onde além aprender como cuidar da casa e dos filhos ela estudaria corte e costura, flores e chapéus, rendas e bordados, formações associadas à mulher e relacionadas à indústria têxtil e à indústria da moda, que se encontravam em pleno crescimento. A inspiração para modelos de roupas vinha especialmente da França, onde esse formato de escola já era existente quando a Escola Profissional Feminina foi inaugurada e conduzia as alunas para o trabalho em ateliês de alta costura. Nos tópicos que seguem buscou-se uma compreensão sobre o papel da mulher naquele momento, a concepção e formação das escolas profissionais femininas e domésticas na Europa e como as primeiras foram estruturadas no Brasil, todas elas sob o enfoque de aspectos das edificações que as abrigavam.

3.1 Artes domésticas, *Écoles Ménagères* e *Écoles Professionnelles*

Se hoje as mulheres podem trabalhar como advogadas, médicas, arquitetas, cientistas e tantas outras profissões é pelo esforço de algumas figuras que vislumbraram as possibilidades que a palavra “liberdade” trazia com o nascimento da República em seus países. Observa-se, entretanto, que em meados do século XIX não eram essas as profissões, intelectualizadas, que amadureciam embebidas no iluminismo que estariam disponíveis para a mulher. Na visão desse período era errado substituir as mulheres por homens em carreiras administrativas ou serviços públicos porque este deslocamento estaria destruindo o lar (MICH AUX, 1895, p. 26). Para que essa ideia se diluísse seria necessária ainda muita luta: os primeiros passos foram dados a partir da busca de uma sistematização das tarefas desempenhadas pelas mulheres dentro do próprio lar, seria a gestão doméstica com o intuito de formar boas esposas e mães.

A ciência e ocupação mais útil e honrosa para uma mãe de família é a ciência do lar ... é sua qualidade mestra e que devemos buscar antes de qualquer outra, como o único dote usado para destruir ou salvar nossas casas. (MONTAIGNE apud SHNEIDER, 1914)

A afirmação do francês Montaigne mostra o quanto as atribuições domésticas caminhavam para uma organização científica do trabalho, indicada exclusivamente ao universo feminino. A mulher era vista como uma extensão do homem e, para o desenvolvimento daquela sociedade moderna, era necessária sua preparação educacional especialmente para influenciar hábitos e caráter do homem. Sua contribuição social seria a propagação de hábitos morais, evitando maridos bêbados e crianças malcomportadas e desobedientes, promovendo o bem-estar ao homem trabalhador (MICHAUX, 1895, p. 28, 30).

De acordo com a orientação dada a esta educação, a mulher exerce uma influência feliz ou prejudicial sobre os hábitos e o caráter do homem, sobre sua situação, sobre sua vida em sociedade e sobre sua vida familiar. Foi dito com razão: é a mulher que faz o homem. Uma missão ao mesmo tempo tão delicada e tão elevada, e de tão grande responsabilidade, exige uma preparação educativa especial. (MICHAUX, 1895, p. 24, tradução nossa)

Micheaux (p. 40, 1895) ainda indicou que a ciência e as artes deveriam ser discutidas pelas socialites, ou meninas de classes mais abastadas e que as jovens em condição modesta deveriam direcionar seus esforços para desenvolver em sua casa o hábito de viver com o pouco que se têm, fazendo o salário do marido render através de uma atenção a detalhes e conhecendo o confortável e barato. Essa visão reflete o uso da mulher como veículo para que os homens encontrassem refúgio agradável em seus lares após o trabalho, se satisfizessem com suas condições e pudessem encontrar nesses ambientes repouso físico e mental para uma nova jornada.

Trabalhos científicos no âmbito do cotidiano doméstico começavam a ser empreendidos já no início do século XX com Christine Frederick, uma estadunidense que escreveu artigos sobre a eficiência doméstica em 1912. Ela estudou métodos de uso de eletrodomésticos e preparação de alimentos que economizassem tempo da mulher em seus afazeres do lar. Em seu livro "*The New Housekeeping: Efficient Studies in Home Management*" ela fez um estudo de ergonomia sobre a altura das mulheres e relação com dimensões de equipamentos, esquemas de circulação. Frederick (1919) claramente utilizou um paralelo do

ambiente doméstico com os princípios tayloristas na indústria e chega a lançar um curso por correspondência intitulado “*Household Engineering: Scientific Management in Home*”.

Frederick inspirou a francesa Paulette Bernège, uma professora e jornalista, que escreveu sobre arte e economia domésticas enquanto princípio científico no início dos anos 1920. Ela encabeçou a revista “*Mon chez moi*” e escreveu em seus artigos sobre esse pensamento diferenciado acerca dos ambientes da casa, do ponto de vista racional, observando a ergonomia e organizando o trabalho doméstico dentro da gestão taylorista. Bernège foi responsável por fundar e presidir em Paris o Instituto da Organização Doméstica e em 1925 divulgou métodos de libertação da dona de casa de tarefas do lar que consomem tempo, além de calcular em valores essas horas das atividades femininas e demonstrar o desperdício frente à riqueza do próprio país (DUMONT, 2012, p.57).

Alguns anos antes do amadurecimento dessas teorias, as *Écoles Ménagères* ou Escolas Domésticas já eram uma realidade em alguns países do mundo como Bélgica, Suíça e França. Esse modelo de ensino tinha o intuito de introduzir de maneira prática as noções de economia doméstica, higiene e artes culinárias, através de demonstrações e em ambientes que simulassem o lar como cozinha, sala de jantar, os ambientes da criança. A visão de profissão “natural” da mulher era fortemente vinculada ao seu papel de dona de casa, esposa e mãe. A concretização institucional do ensino doméstico ocorreu em meados do século XIX, junto à criação de escolas industriais e comerciais e buscavam despertar o gosto pelos trabalhos manuais nas jovens com idade mínima de 12 anos e que haviam concluído o ensino básico. Segundo Mayer (2012), as transformações com a industrialização provocaram questões sociais com o aumento do número de mulheres solteiras e viúvas, uma população que antes seria sustentada por homens e que as *Écoles Ménagères* seriam um caminho para melhorar as condições de vida do sexo feminino.

Na Bélgica esse modelo de escola foi inaugurado para suprimir uma demanda pela formação profissional na área têxtil com a Revolução Industrial, mas posteriormente o governo observou que a mãe trabalhadora seria menos dedicada a cuidar dos filhos. A Economia Doméstica foi oficializada em 1844 na Bélgica por

Dexaedre, que instalou a primeira *École Ménagère*, ou Escola Doméstica. No ano de 1871 foi fundada a Sociedade *Mercinelli y Coirellet*, a primeira escola vinculada à indústria cuja educação doméstica era destinada a suas operárias (FREITAS, 1948, p. 780). Além de suprir a demanda industrial atenderia uma preocupação do governo que era a alimentação do trabalhador de Bruxelas que não sabia se alimentar adequadamente, consumindo alimentos de baixa qualidade. Essas escolas seriam um veículo para propagar o conhecimento de uma alimentação rica e barata, além do modo como prepará-la através da mulher do operário.

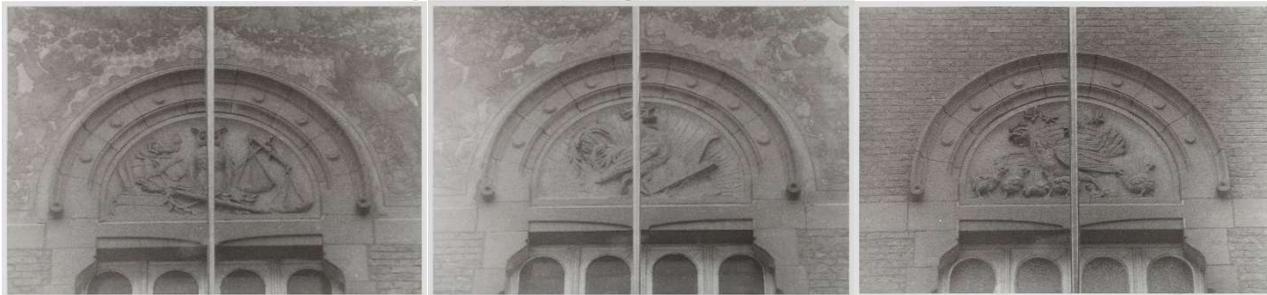
No ano de 1888, a *Association des Marçunvins* se reuniu com a direção de ensino público de Bruxelas para discutir a ideia de uma escola doméstica modelo (VREUGDE, 2017, p. 468). O primeiro local escolhido para a instalação da escola doméstica em conjunto com um jardim da infância foi o de uma antiga escola primária na *Rue Locquenghien*, em Bruxelas na Bélgica. Entretanto o espaço seria insuficiente para abrigar equipamentos demandados para o ensino profissional e tinha problemas de circulação de ar, concluindo que para esse modelo de escola eram premissas boa ventilação e dimensão adequada de ambientes. O prédio é um exemplar *Art nouveau* do arquiteto Fernand Symons e artista Adolphe Crespin, que pintou o esgrafito. Passou por ampliação em 1904 e ganhou ambientes como sala do zelador, pátio coberto, duas salas de jardim da infância, uma sala de engomar e uma sala de costura.

Figura 15 - *Jardin d'Enfants No. 4. École Ménagère No.1*



Fonte: Google Maps: acesso em 04/10/2020

Figura 16 - *Jardin d'Enfants No. 4. École Ménagère No.1*. Alegorias nos três arcos: A coruja, o galo que canta, a galinha e seus pintinhos



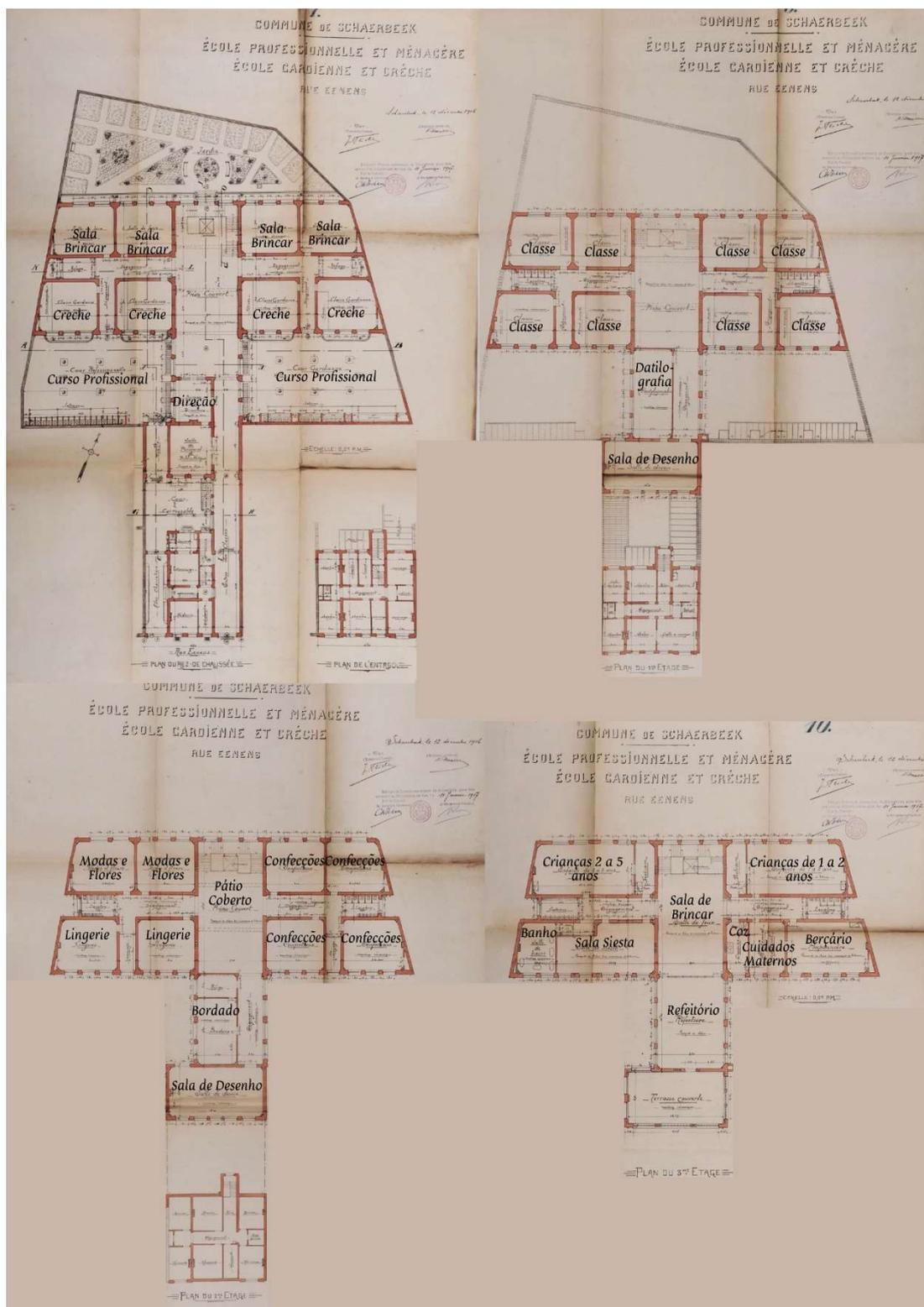
Fonte: (SYMONS; CRESPIIN, 2016)

Essa primeira escola representou tamanho sucesso, que na sequência foram abertas outras duas *Écoles Ménagères*, uma na *rue Terre-Neuve* e outra na *rue Riches Claires*, em Bruxelas. A Bélgica se configurou como uma das referências mundiais a esse tipo de ensino.

Uma outra escola doméstica belga, projetada em 1916 pelo arquiteto municipal Adolphe Paillet e construída entre 1922 e 1924, foi escolhida para análise para fins de estudo programático e da arquitetura desse modelo de escola na Europa. O material encontrado nos arquivos patrimoniais e arquitetônicos de Bruxelas sobre a *École Professionnelle et Ménagère Frans Fisher* conta com plantas, cortes e fotos que possibilitaram compreender melhor as premissas para se desenvolver um projeto para uma escola profissionalizante e doméstica.

No andar térreo existiam salas de jogos, pátios e jardim aos fundos; o primeiro andar era destinado a classes, possivelmente para abrigar aulas teóricas; o segundo andar apresentava oficinas com aulas técnicas como sala de desenho, confecções, padrões de flores e lingerie; o terceiro e último andar, fora dedicado às crianças, mostra salas que as separam por idade de berçário, 1 a 2 anos, 2 a 3 anos, salas de banho, sala de jogos e refeitório.

Figura 17 - Plantas dos pavimentos Térreo, Primeiro, Segundo e Terceiro da *École Professionnelle et Ménagère Frans Fisher*



Fonte: (PAILLET, 1916), imagem tratada e traduzida pela autora

Figura 18 - *École Professionnelle et Ménagère Frans Fisher* – Fachada e detalhes



Fonte: (PAILLET, 1916)

A fachada dessa escola é eclética composta por tijolos aparentes, possui arcos plenos no térreo, janelas retangulares no primeiro pavimento e arcos escarzanos no segundo pavimento. O terceiro andar é reduzido pela inclinação do telhado e dois óculos nas extremidades. A alegoria com bebês está presente no peitoril de três janelas e o nome da *École Professionnelle et Ménagère Frans Fisher* demarca essa fachada até os dias de hoje. Atualmente esse espaço continua funcionando como escola técnica, com o nome de *Institut Communal Technique Frans Fisher*.

Observa-se que nesse país a implantação das escolas domésticas já nascia vinculada a um Jardim da Infância, possivelmente para que as meninas da escola doméstica já vivenciassem um contato com o desenvolvimento e cuidado de crianças da primeira idade com o objetivo da maternidade.

Na França Elisa Lemonnier foi a educadora considerada a fundadora da educação profissional feminina. Ela criou, em 1862, a *Société pour l'enseignement professionnel des femmes*, graças ao seu forte desejo em contribuir para a libertação feminina da ignorância. Nesse mesmo ano, Elisa alugou e abriu a primeira escola vocacional para meninas na *Rue de la Perle*, no. 9 na cidade de Paris com cursos de costura. Por conta do sucesso de matrículas e deficiência de espaço, ela logo abriu outras escolas localizadas na *rue du Val-Couture-Sainte-Catherine*, na *rue Volta* e *rue Rochechouart*, criando mais de 10 escolas. As *Écoles*

Professionnelles tinham uma função um pouco diferente da *Écoles Ménagères*, já que a primeira ensinaria atribuições para uma profissão, em geral associada à fabricação de roupas, e a segunda ensinaria cursos voltados para a atuação no lar e à vida doméstica (TOUSSAINT, 2021).

Na busca pelo endereço de algumas dessas escolas, destacamos para os interesses deste trabalho uma localizada na *Rue du Poitou*, número 7, de 1882. Sua fachada aparece em um cartão postal, onde é possível observar o letreiro à direita da imagem com as inscrições de *École Municipale professionnelle de Jeunes Filles*. Observa-se que foi retirado o muro que existia na testada da escola e substituído por portão, possibilitando a visibilidade ao pátio interno de quem está na rua. A escola tem planta em formato “H” com um pátio logo após o acesso e esse muro poderia proteger as alunas dos olhos de quem caminhava no passeio público. Sobre a empena cega que aparece no cartão postal, é possível notar na segunda imagem que janelas para o pátio interno são abertas de forma bastante próxima, confirmando preocupações sanitaristas que levaram a uma reforma no século XVIII.

O prédio já havia abrigado um uso residencial e um hotel, antes de receber a escola para meninas parisienses de Elisa, que funcionou até os anos 60 com a especialização no comércio de alta costura. Atualmente funciona no imóvel o *Lycée Simone Weil*.

Figura 19 - *École Municipale Professionnelle de Jeunes Filles*, na *Rue Poitou*



Fonte: (RÉMY, 2015)

Outra escola profissional feminina de Elisa Lemonnier, do ano de 1884, ficava na *Rue Bouret*, número 2 e atualmente abriga o *Lycée Général et technologique Jacquard*. Novamente um cartão postal possibilitou a investigação da escola no passado, inclusive de ambientes internos. A fachada da escola, implantada em esquina, tem aspecto fabril, com janelas altas e sequenciais, sem preocupações ornamentais exceto por um brasão no chanfro que delimita a edificação na esquina.

Figura 20 - *École Professionnelle de Jeunes Filles, Rue Bouret*



Fonte: (RÉMY, 2015)

Os postais históricos com fotos internas de outras *écoles ménagères* e *professionnelles* de Elisa Lemonnier evidenciam aspectos espaciais similares aos que encontramos nos corredores da Escola Profissional Feminina de São Paulo. As imagens a seguir mostram áreas de circulação, como o vestíbulo da *École Professionnelle* na *rue Ganneron* e a *École Professionnelle Émile-Dubois*, que abrigam armários-vitrine para exposição de trabalhos, um elemento que caracteriza esses espaços em escolas profissionais femininas, agregando o uso expositivo à função de circulação desses ambientes seja nas escolas profissionais francesas, na Escola Profissional Feminina de São Paulo ou mesmo na carioca Rivadávia Correia a serem detalhadas nos próximos capítulos. Nas *écoles professionnelles* em geral são observados manequins, demonstrando cursos relacionados a corte e costura, demandados pelos ateliês franceses. Outra similaridade são as salas com grandes espaços servidos de mesas de trabalho e um armário de suporte com material para aulas, possuem pé-direito alto e preocupação com a iluminação natural e artificial com vários pontos com luminárias pendentes. O ensino da alta costura nessas salas de aula serviria de modelo para os futuros cursos de confecções da escola da capital de São Paulo.

Figura 21 - Postais da *École Professionnelle, Rue Ganneron*

Fonte: (RÉMY, 2015)

Figura 22 - Postais da *École Professionnelle Emile-Dubois*

Fonte: (RÉMY, 2015)

Verifica-se, portanto, algumas semelhanças espaciais entre as escolas profissionais femininas belgas, francesas e posteriormente ao que será aplicado nesse conceito de ensino no Brasil. Há indícios de que essas premissas serão adotadas tanto em projetos específicos para esse uso, quanto para a escolha de imóveis que pudessem abrigar as estudantes que estavam em busca de uma profissão. Seja o ensino profissional ou doméstico, ambos parecem compartilhar necessidades similares que vão nortear o programa para a instalação ou adequação de edifícios das escolas profissionais femininas brasileiras. Outra questão em comum é que para o ensino feminino em geral eram adotados edifícios pré-existentes que teriam salas para abrigar a educação doméstica ou profissional e dificilmente esses edifícios são construídos especificamente para esse uso.

3.2 Mulher e sociedade no Brasil antecedentes e Primeira República

O trabalho manual no Brasil era estreitamente associado à mão de obra escrava, seja ela indígena ou africana. Dessa forma, trabalhar com as mãos era característica de uma condição de inferioridade e por isso um ponto que diferenciava homens livres de cativos. Havia situações em que escravos, recém libertos, juntavam dinheiro para que dispusessem de seu próprio escravo, evitando assim a necessidade de mostrar-se socialmente um trabalhador manual.

Em uma sociedade patriarcal, às escravas eram destinados os trabalhos domésticos de limpeza, junto à cozinha e atendendo as necessidades das mulheres da família. Para a mulher livre, a única opção dentro da sociedade era encontrar um marido e se casar com o objetivo desempenhar seu papel como procriadora. Cabia à mulher negra ainda satisfazer as necessidades sexuais do senhor. Segundo Barreto (2007), a própria organização da família do branco já pressupunha uma não organização da família escrava ou pobre, ou seja, a castidade da mulher branca seria garantida pela prostituição de mulheres de classes inferiores. No Brasil do Império, tanto para a mulher cativa quanto para a livre, a situação característica era a de confinamento, não dispunha de boa reputação aquela que fosse vista fora dos limites de sua residência a menos que estivesse por exemplo a caminho da igreja. O ambiente doméstico era o local destinado às mulheres, sendo impedidas de participar de qualquer evento social ou político não fossem acompanhadas da figura masculina.

Para a mulher branca da casa-grande, o casamento era praticamente sua única carreira. Ao assumir esse “cargo”, ela seria a administradora do lar e adotaria papéis de responsabilidade dentro do espaço doméstico, coordenando os escravos nos trabalhos que desempenhavam de limpeza da casa, preparo de alimentos e cozinha, verificando trabalhos de costura e confecção de rendas e bordados, dos serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e animais bem como a organização de datas comemorativas. (BARRETO, 2007, p. 87)

(...) para as mulheres restavam os trabalhos escondidos, invisíveis ou vergonhosos. Usualmente, o privado foi relacionado ao íntimo, pessoal, sentimentos, afetividade, intuição, enquanto o público foi associado ao notório, inteligência, eficácia e sucesso. Essas esferas foram relacionadas ao longo do tempo de forma distinta: o público foi durante muito tempo um tabu para elas, enquanto era considerado o campo natural para eles. (MOURA, 2020, p.41)

Essas mulheres representavam um elemento de estabilidade daquela sociedade. Em um universo conservador, elas eram responsáveis por manter a ordem dentro da família e prezavam pela criação, bom comportamento e educação dos filhos. Se esses filhos fossem meninos poderiam estudar em outras cidades e outros países, dependendo do poder aquisitivo da família, teriam a oportunidade de suas mães dentro do lar como se tornarem boas administradoras domésticas e eram destinadas àquelas tarefas, substituindo, no momento oportuno, a figura do pai pela figura do marido.

A Proclamação da República em 1889 trouxe ideais de liberdade e de modernidade que já eram exercidos há mais de um século por países como Estados Unidos, desde 1776 e França, desde 1792. A substituição de mão-de-obra cativa pela imigrante e a industrialização alavancaram o crescimento dos centros urbanos, e com isso, no início do século XX as mulheres começaram a ser vistas exercendo algumas funções no meio público, rompendo os limites do espaço doméstico para tomar o espaço urbano.

A circulação de pessoas na cidade de São Paulo se intensificou no final do século XIX e a malha urbana passou a se formar de maneira segregada, sendo que áreas fabris foram logo definidas na periférica região do Brás, distante da burguesia, que se acomodou em regiões mais elevadas e centrais. Segundo Hahner (apud SALVETTI, 2011, p. 79), nesse período já era possível notar a maior presença de mulheres na cidade, principalmente as da alta classe, ao frequentarem

casas de chá, cinemas e fazerem compras sem a presença masculina. Também a mulher mais pobre começou a ser vista nas ruas de São Paulo, percorrendo caminhos entre sua moradia e o trabalho que desempenhara fora de casa.

A participação de mulheres e crianças em alguns setores fabris fazia sentido para os empresários, não apenas por conta da demanda por trabalho, mas também porque representavam uma mão-de-obra mais barata do que a masculina. O trabalho feminino era caracterizado como inferior ao masculino por questões de debilidade física, inteligência rasa e instabilidade emocional associados à mulher (BARRETO, 2007, p. 89). Empregar essas trabalhadoras passou a ser muito vantajoso aos donos de fábricas, lojas e escritórios e extremamente desvalorizado, sendo utilizado como artifício para reduzir custos de produção. Segundo Besse (1999 apud MORAES, 2020, p. 210) a mulher era uma boa opção na “execução de tarefas repetitivas que não exigissem tomada de decisões, inovação ou responsabilidade.”

Em trecho do livro de Zélia Gattai, ficou claro um exemplo do trabalho feminino e infantil comum na vida citadina:

Os temores de dona Angelina tinham uma explicação: sempre levaram uma vida de apertos; casar-se assim muito jovem, quase uma criança, apenas completava 15 anos e o noivo 18. O salário do inexperiente marido (...) não era suficiente para o sustento da casa. Embora contra a vontade, ele permitiu que sua mulher, após o casamento, continuasse na fábrica de tecidos no Brás, onde trabalhava desde a idade de 9 anos, ajudando nas despesas do lar paterno. (GATTAI, Zélia, 1979, p.11 apud SALVETTI, 2011, p. 193)

Seja burguesa ou operária, a mulher passou a ser mais vista no meio urbano, ter contato com eventos sociais e fazer parte desse cenário depois de gerações cumprindo um papel determinado e limitado pela reclusão de suas casas. No entanto, isso não significou uma ruptura na forma como as relações entre homens e mulheres se estabeleciam na sociedade. As opiniões eram conflitantes sobre o trabalho das mulheres fora do ambiente doméstico: ao mesmo tempo em que seria função “natural” feminina cuidar da casa e dos filhos, na nova classe de trabalhadores que se formava os salários eram insuficientes para o sustento da família. Contudo, permanecia ainda uma forte distinção entre os sexos que estabelecia papéis definidos para a estrutura familiar, sendo a figura masculina representante da autoridade e responsável pelo sustento da casa enquanto a

mulher cuidaria da educação dos filhos e da casa (BARRETO, 2007, p. 89). Estaria a mulher acrescentando a responsabilidade do sustento financeiro da casa ao seu cotidiano sem que isso diminuísse o peso da balança patronal.

As fábricas que se multiplicavam nos bairros do Brás e da Móoca, muitas delas têxteis, eram os cenários onde essas operárias deixaram horas de seus dias dedicadas ao trabalho. No ano de 1912 as mulheres e meninas representavam cerca de 72% da força de trabalho no setor têxtil e em 1917, ano representativo pelas greves em São Paulo e no mundo, elas representavam 34% da força de trabalho geral (FRACCARO, 2018, p.51; 43). “Casos de patrões que seduziam operárias eram comuns nesses locais (...) muitas vítimas, embora honestas, cediam ante o fantasma do desemprego e por consequência, a fome” (PENTEADO, 1962, apud RAGO, 2014). Elas desempenhavam suas tarefas em ambientes insalubres, propícios à proliferação de doenças já que em muitas dessas fábricas não eram oferecidas as condições mínimas de permanência como arejamento ou iluminação. Esses espaços eram vistos pelas operárias como verdadeiros cárceres, indicando que as condições sociais não necessariamente haviam melhorado para a população trabalhadora feminina após a abolição da escravatura. A seguir, mais um trecho do romance “Parque Industrial”, de Patrícia Galvão como Mara Lobo, reflete o sofrimento, a sujeira e a comparação da indústria com uma penitenciária e a composição de uma imagem angustiante da cidade.

O apito acaba num sopro. As máquinas se movimentam com desespero.
A rua está triste e deserta. Cascas de bananas. O resto de fumaça fugindo.
Sangue misturado com leite.
Na grande penitenciária social os teares se elevam e marcham
esgoelando (GALVÃO, 2006, p.18).

No mês de março de 1911 a fábrica de camisas *Triangle Shirtwaist* pegou fogo em Nova York e deixou 146 vítimas, sendo 129 eram mulheres imigrantes. O alerta de incêndio para o nono andar, ocupado pela fábrica, tardou a chegar e, para piorar a situação, as duas saídas de emergência disponíveis estavam bloqueadas para impedir que as funcionárias saíssem para descansar ou roubassem materiais. Essa fogueira feminina chamou atenção mundialmente para a falta de condições em que fábricas têxteis operavam e para a crueldade nas tratativas com as trabalhadoras. Essas jovens mulheres imigrantes tinham jornada de 14 horas por dia por salários que variavam de 6 a 10 dólares por semana. Esse episódio

simbolizou como o possível início da celebração do dia das mulheres, apesar de esta data ter sido estabelecida um ano antes, em 1910, com a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas na Dinamarca, com a aprovação de representantes de 17 países. Eram ações governamentais que se estabeleciam em honra de lutas femininas em busca de direito civil e pelo sufrágio universal, o início das reflexões acerca da mulher enquanto agente atuante e com direito à participação mais ativa na sociedade.

A classe trabalhadora feminina representava forte potencial de lucro para o empresariado sendo que o volume de mulheres a trabalhar nas fábricas atingiu tal ponto que o domínio desses postos chegou a causar indignação em figuras como José Righetti, representante da União dos Operários de Fábricas de Tecidos. Ele declarou que como algumas seções de tecelagem só aceitavam mulheres, isso contribuía para avolumar o número de homens desempregados, o que seria “ridículo, vergonhoso e revoltante” enquanto a mulher ficasse na fábrica, o marido estaria em casa cuidando de trabalhos domésticos e teria que levar crianças às portas das fábricas para serem amamentadas (FRACCARO, 2018, p.59). Ainda que se prestassem a condições de trabalhos precárias com situações constrangedoras, acréscimo de afazeres domésticos, eram vistas pelas forças sindicais como ameaça à dignidade e às funções que deveriam ser desempenhadas por homens.

No início do século XX era praticamente um consenso a ideia de que o emprego não deveria atrapalhar o desempenho das atividades domésticas e a diferença de formação intelectual e no exercício de tarefas eram justificadas por diferenças biológicas, que seriam responsáveis por capacidades intelectuais distintas (MOURA, 2020, p.121).

Rago (2014) traduz o que se esperava da mulher ao ter acesso ao ensino:

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela(...) a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem. (RAGO, 2014, p.89)

Caminhando contra esse tipo de pensamento, a bióloga Bertha Lutz foi uma das figuras mais representativas do movimento feminista brasileiro nesse período. No ano de 1919 Bertha liderou um abaixo-assinado que recolheu duas mil assinaturas com o objetivo de pressionar o Senado a aprovação de uma lei que

permitisse o voto feminino. O documento, no entanto, foi engavetado. Em 1922, ela organizou o I Congresso Feminista do Brasil no Rio de Janeiro, onde denunciou abusos, reivindicava licença maternidade e “trabalho igual, salário igual” (FRACCARO, 2018, p.77). Ela ainda representou o Brasil na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos e quando retorna ao Brasil, organiza a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a FBPF, cuja principal reivindicação era pelo voto feminino. O direito ao voto somente seria alcançado no ano de 1932, com o primeiro Código Eleitoral do Brasil e a criação da Justiça eleitoral com voto secreto, universal e com a inclusão de mulheres. Ainda assim, a Constituição de 1934 somente permitia a participação daquelas que exercessem algum trabalho remunerado, o voto feminino sem restrições somente foi possível em 1965.

No campo cultural o ano de 1922 ainda foi marcado pela Semana de Arte Moderna, no espaço do Teatro Municipal de São Paulo. Além de apresentar uma nova forma de fazer arte à conservadora sociedade paulista, foi possível verificar a presença feminina dentre as obras apresentadas. Em meio a artistas consagrados como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Anita Malfatti foi a representante feminina com 22 trabalhos, mostrando a possibilidade da inserção feminina neste meio. Apesar de não participar da semana, Tarsila do Amaral compõe o Grupo dos Cinco, juntamente com Anita Malfatti, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Mário de Andrade, responsáveis pela difusão ideológica e artística do movimento moderno.

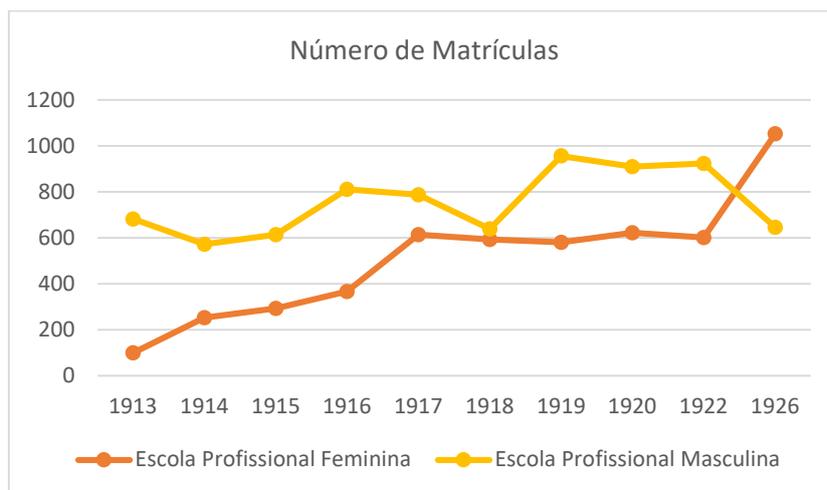
Com o mercado efervescente e demandando qualificação, era oportuna a criação de escolas profissionalizantes que estivessem voltadas para o ensino feminino, gênero que era considerado como vantajoso na contratação para alguns setores dadas as condições de salário inferior e de vulnerabilidade a que poderiam ser submetidas. Como visto anteriormente, França e Bélgica, dispunham de escolas especializadas na preparação de mulheres para o desempenho de uma profissão, seja ela vinculada ao ambiente doméstico, com *Écoles Ménagères*, seja nas áreas industrial ou comercial, com as *Écoles Professionnelles*. Criar uma escola profissionalizante para mulheres em São Paulo juntamente com outras masculinas, portanto, se justificaria graças a esse cenário de intensificação feminina no trabalho que se apresentava com potencial no ambiente urbano.

A busca por instrução como instrumento de emancipação cresceu após o período das grandes greves em São Paulo de 1917, quando mulheres começaram a ganhar força em organizações operárias. Em 1921 costureiras de uma União buscaram a formação de um curso de instrução de operárias, na esperança de que o conhecimento e luta contra o analfabetismo as libertassem da exploração. O Centro Feminino Jovens Idealistas, vinculado a ligas operárias e de bairros, conquistam a abertura de duas escolas gratuitas para costureiras na Rua Joli, no Brás em 1920 (FRACCARO, 2018, p.52).

Diante desse contexto de luta por emancipação, criação de movimentos pela garantia de direitos civis e políticos, possibilidade de atuação no mercado de trabalho e nas artes, a mulher nos anos 1920 não apenas revelou-se no cenário urbano, mas pareceu despertar para a oportunidade de ser protagonista da própria história. Um reflexo disso é a busca pela educação que a tirasse da ignorância e a trouxesse à luz de uma condição de independência masculina. É possível constatar essa mudança na mentalidade feminina e de introdução no mercado de trabalho durante esse período quando observamos o levantamento do número de matrículas que a Escola Profissional Feminina da Capital de São Paulo recebeu desde sua criação, no ano de 1911 até o ano de 1926. Ela iniciou suas atividades com 100 alunas e atingiu mais de 1000 matrículas em 1926.

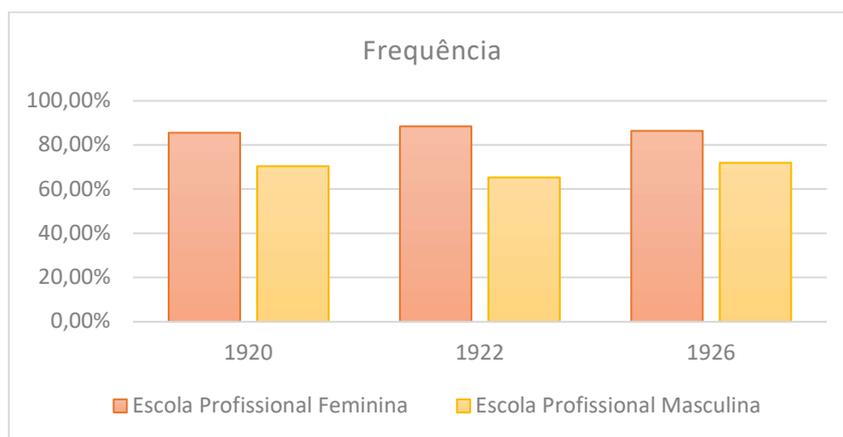
O gráfico abaixo demonstra a explosão na busca por matrículas nos anos 1920, coincidindo com acontecimentos relatados anteriormente tanto de movimentos feministas quanto da própria sociedade e ideia dos papéis na composição familiar. Comparado ao número de alunos da Escola Profissional Masculina de São Paulo, inaugurada no mesmo ano, ocorreu nesse período uma intensificação e a quantidade de matriculadas na Escola Profissional Feminina ultrapassou o número de alunos da Escola Profissional Masculina.

Figura 23 - Número de matrículas Escola Profissional Feminina X Escola Profissional Masculina



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados extraídos dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo (de 1913 a 1926)

Figura 24 - Frequência Escola Profissional Feminina X Escola Profissional Masculina



Fonte: Gráfico desenvolvido pela autora com base em dados extraídos dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo (de 1913 a 1926)

A frequência feminina na escola profissional também superou a masculina. De acordo com dados levantados no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo, quando a frequência é um dado que começa a aparecer nos registros, as meninas apresentavam assiduidade superior a 85% nos anos 1920, representando um interesse no crescimento profissional e a atuação na sociedade ou até necessidade de participação na composição da renda familiar. Isso também demonstra um maior esforço e empenho que os meninos com um reconhecimento inferior. Com base nesses dados e diante do cenário apresentado, para a Escola Profissional Feminina que se encontrava instalada em uma pequena edificação, fora dos preceitos higienistas emergentes, era urgente a criação de um prédio escolar condizente com

a alta procura e profunda dedicação feminina em busca de um mercado de trabalho com melhores condições. A história da Escola Profissional Feminina se mescla às dificuldades encontradas por aquela mulher, que demonstrava dedicação e empenho em diversas demandas esbarrando constantemente em visões de inferioridade que impediam ou limitavam sua independência.

3.3 Educação sanitária e as reformas no Ensino Profissional na Era Vargas

Ocorre no Brasil a partir dos anos 1900 um fortalecimento de ações higienistas desencadeadas principalmente por epidemias que trouxeram mobilização política para a atuação em setores médico, urbano e educacional. Em 1903 um surto de febre amarela no Rio de Janeiro fez com que o então presidente Rodrigues Alves convocasse o prefeito Francisco Pereira Passos para uma reestruturação da cidade em busca de um plano que abrisse avenidas e acabasse com a constituição insalubre de becos e cortiços, um amontoado de pessoas morando em situação de pouca iluminação e ventilação e propícios à propagação de doenças. O médico sanitário Oswaldo Cruz foi responsável pela forte atuação contra a doença através de uma equipe de soldados que invadia casas para internar aqueles que apresentassem sintomas da doença. Apesar das rígidas propostas, cujo autoritarismo chegou a desencadear a Revolta da Vacina em 1904, o combate à doença surtiu efeito, sendo erradicada no ano de 1907 (BIERNATH, 2018).

Em São Paulo, a República careceu de uma organização institucional para uma fase epidemiológica que a concentração urbana começou a promover. Através da Lei 120 de 28/10/1891 foi inaugurada a Inspetoria Geral de Higiene do Estado para combater as doenças transmissíveis e saneamento do meio seguida da criação do Serviço Sanitário e Instituto Vacinogênico de São Paulo em 1892, segundo site do Instituto Butantan. Emílio Ribas, se apresentou como maior sanitário de São Paulo nesse momento, ao lidar com uma epidemia de febre amarela, enquanto inspetor sanitário. Ele foi nomeado diretor do Serviço Sanitário quando o Estado de São Paulo passava por um surto de febre amarela, febre tifoide, varíola, malária e cólera (MASCARENHAS, 2006, p.5). Fundou o Instituto Butantã em 1901 e colocou Vital Brasil sob sua direção e em 1905 Ribas criou um serviço de amas de leite para cuidado de filhos de indigentes. Seria o primeiro órgão de cuidado e proteção à criança nesse sentido.

O Código Sanitário de 1911 (Decreto 2.141, de 14/11/1911), instituiu que ações defensivas fossem tomadas com o objetivo de estabelecer uma higiene domiciliar em escolas, habitações privadas e coletiva, farmácias, fábricas, indústrias e comércio, hospitais e outros estabelecimentos. Essa lei estabeleceu a confecção de vacinas e o exame de amas de leite e lactantes filhos de indigentes, bem como a de gêneros alimentícios. O tratamento adequado de edificações também estava presente neste decreto e teria influência no projeto da Escola Profissional Feminina.

A Fundação Rockefeller atuou no estabelecimento de instituições de saúde e fortalecimento do serviço sanitário em São Paulo. Junto à Faculdade de Medicina e Cirurgia, a Fundação auxiliou com recursos para o estabelecimento de suas instalações físicas em meados de 1910, onde foram criadas as disciplinas de Patologia e Higiene (CORREIA, 2011, p.73). Também contribuiu para a criação de Instituto de Higiene de São Paulo, a partir de um acordo financeiro estabelecido com o então governador do estado Altino Arantes (CARVALHO, 2013, p.13).

Nos anos 1920 a pauta sanitária se intensificou: em 1923 foi fundada a Sociedade Brasileira de Higiene para tratamento de questões de saúde pública e em 1925 ocorreu uma reorganização do Código Sanitário, através do Decreto 3.876, de 11/07/1925, com a atuação de Geraldo Horácio de Paula Souza, que propôs a criação da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde para a divulgação de preceitos higienistas com o objetivo de promover uma consciência sanitária na população. É possível verificar um direcionamento para que se estabelecesse uma educação voltada para hábitos de higiene individual, preconizando crianças, em especial as desnutridas.

Artigo 50. - A educação sanitária se fará sempre com toda a generalidade possível e pelos processos mais práticos, de modo a impressionar e convencer os educandos e implantar hábitos de hygiene.

§ 1.º - Será ministrada ao indivíduo isoladamente, ou em grupos, segundo convier, e professada nos centros de saúde, em visitas domiciliadas ou aos estabelecimentos escolares, hospitalares, commerciaes, fabris ou quaesquer outros lugares de reunião accessiveis, dispondo embora estes de instrucção semelhante, á qual neste caso o serviço de educação sanitária auxiliará.

§ 2.º - O serviço de educação sanitária visará de modo especial a hygiene individual, a pre-natal, a infantil e a da idade escolar, assim como o censo da morbidade em geral; aproveitará quanto possível a oportunidade que se manifesta na infância e na mocidade para imprimir ou desenvolver

habitros de hygiene e sempre que operar o serviço fóra do centro, fará propaganda intensiva das vantagens da população em frequenta-los. § 3.º - A educação sanitaria em hygiene escolar terá entre os objectos de maior attenção as crianças desnutridas e as que apresentarem defeitos phisicos. (Decreto 3.876, de 11/07/1925)

Assim como o movimento higienista, também entrou em pauta logo após a Primeira Guerra Mundial o movimento eugênico, com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, representada pelo médico Renato Kehl. De origem grega, “Eu” significa bom e “gene” linhagem ou raça, ou seja, “bem-nascido” e pode ser entendido como a busca social para o atingimento de uma constituição perfeita a partir das leis genéticas (CRUZ, 2014, p.76). A eugenia estaria associada à constituição de uma nacionalidade brasileira e a superioridade racial. É importante lembrar que, apesar de países europeus como Alemanha e Itália estarem destinando esforços e discursos políticos para esse conceito naqueles anos entre guerras, o Brasil estava entre uma das nações mais miscigenadas do mundo (SOUZA, 2006 apud CRUZ, 2014, p.78).

A propagação desses discursos eugenistas e médico-sanitaristas logo foi associada à formação feminina. O papel materno e de maior proximidade da criança transformaria a mulher em um foco estratégico para garantir a saúde infantil da população fragilizada pelas recorrentes epidemias intensificadas pela concentração urbana. A educação da mulher, amparada pela medicina sanitária, seria o canal para formar uma população sem doenças, mais forte e ainda ajudar a reduzir a mortalidade infantil, já que poderia cuidar e educar seus filhos dentro das boas práticas de hygiene e alimentação. A difusão do ensino de puericultura e o cuidado especializado com o desenvolvimento da criança entre as mulheres foi um dos caminhos encontrados para estabelecimento de uma nação brasileira fortalecida e apta ao trabalho.

A preocupação com a mãe, e principalmente, com a criança se coloca como uma constante. Pode-se dizer que o cuidado com a criança, e consequentemente com a mãe, é a espinha dorsal tanto para os higienistas quanto para os eugenistas. A eugenia parte sim, das mesmas problemáticas da hygiene, no entanto ela nasce como uma ciência nova que se estabelece, primordialmente, com olhar atento à procriação humana, a saber, a relação sexual, a gravidez, o parto, e ainda, o desenvolvimento da criança. (DIAS, 2007, p. 4 in CRUZ, 2014, p. 88)

Ambos os discursos, higienista e eugenista, que já eram pauta desde os anos 1910 se encaixaram perfeitamente nos planos de governo de Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954. Entre chefe de um governo provisório, presidente eleito e ditador no Estado Novo, Getúlio foi responsável por muitas mudanças durante sua atuação no governo. Dentre elas a criação de ministérios como educação e trabalho, criação de leis trabalhistas e código eleitoral, possibilitando o voto feminino dentro de algumas restrições. Seu governo sem constituição desencadeou a Revolução Constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo. Através de ações populistas, Getúlio configurou uma concentração de poder através do uso de propaganda e com uma falsa ameaça comunista e conseguiu permanecer no mandato após seu término. Após um golpe de Estado em 1937, o ditador Getúlio Vargas com apoio popular e do exército se manteve no poder por mais um período, estabelecendo a censura e fortalecendo a propaganda sobre seu governo. Nesse período colocou a industrialização como uma política de Estado, criando a Vale do Rio Doce e a CSN, e buscou através da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) remediar conflitos entre empresariado e proletários. Getúlio acreditava que o crescimento do país estava vinculado ao fortalecimento dos conceitos de eugenia para os trabalhadores e estabeleceu, portanto, objetivos para a “construção de uma nação composta de cidadãos fortes e capazes” (KOBAYASHI; FARIA e COSTA, 2009, p. 344 apud CRUZ, 2014, p.80). Nesse contexto, a educação para o desenvolvimento do trabalhador é outra área que passou por uma intensa reforma estrutural.

O movimento da Escola Nova ganhou impulso com conceitos de renovação pedagógica na maneira de ensinar e aprender, baseados na autonomia do educando e liberdade reflexiva a partir de sua própria consciência moral. Segundo um de seus fundadores, o francês Adolphe Ferrière, nascia na escola as responsabilidades de ordem social que dariam ao aluno capacidade para resolver problemas políticos de seu país no futuro (JARDIM; SILVA; MOTTA; CUPELLO, 2012).

Dentre as reformulações trazidas pelo movimento escola novista nas escolas, estava o fortalecimento de componentes associados à saúde dos alunos, como as aulas de ginástica (CRUZ, 2014, p.13). Uma das atividades pedagógicas desenvolvidas era a de levar as alunas da Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios a excursões para Instituto Escolástica Rosa em Santos, onde desenvolviam uma programação de exercícios físicos na praia seguidos de passeios culturais

guiados na cidade. Segundo indicou Barreto (2007, p.130), essas eram atividades físicas e esportivas com finalidades eugênicas, conceito que era uma premissa do período para empreender a “melhoria da raça” dos cidadãos.

Na visão de reestruturação do ensino, a formação profissional foi alvo de uma série de críticas pela falta de embasamento científico e conhecimentos transmitidos de forma empírica com mestres pouco preparados. Acerca a profissionalização feminina, um dos representantes brasileiros do movimento, Fernando de Azevedo apontou em inquérito escrito em 1926 como “defeito lamentável o direcionamento deste ensino à qualificação de mão de obra, descuidando-se, por completo, da preparação da mulher para o lar.” À mulher cabia o papel de reorganizar a sociedade tendo em vista um modelo racional e corporativista (BARRETO, 2007, p.122). Apesar de um movimento pedagógico revolucionário e com olhos voltados para a racionalização do ensino, de acordo com o discurso de Fernando de Azevedo, haveria um retorno à ideia apresentada por Aprígio Gonzaga no início dos anos 1920, sobre o papel da mulher enquanto “rainha o lar”, vinculada a uma reponsabilidade pelo desenvolvimento do homem e da família e novamente distante do desenvolvimento de capacidades para atuar dentro do mercado de trabalho.

(...) a dona de casa deveria passar por um processo educativo baseado nos conhecimentos de higiene e alimentação racional, visando à erradicação da mortalidade infantil através de educação. (...) A educação de mulheres com vista à preparação de donas de casa e mães de família que cuidariam, cientificamente, de seus filhos, ministrando-lhes alimentação racional e inculcando-lhes novos hábitos de higiene. (BARRETO, 2007, p.122)

A partir da repercussão das ideias racionalistas do inquérito de Fernando de Azevedo e após passar por uma considerável ampliação de área, a antiga Escola Profissional Carlos de Campos foi impactada pela Reforma Lourenço Filho, que direcionou a criação de um curso normal e vocacional. O decreto 4.929, de 13/03/1931 converteu a Escola Profissional Carlos de Campos em Escola Normal Feminina de Artes e Offícios e passou a oferecer um curso normal diferenciado dos existentes até então, já que proporcionaria uma formação especializada às mestras do ensino profissional, voltada ao ensino para mulheres. Os cursos da escola foram reorganizados em três frentes: o **curso vocacional** no primeiro ano, que direcionaria as alunas conforme suas aptidões, o **aprendizado profissional**, nos

2º. e 3º anos, conforme especialidade escolhida e o **curso normal**, cujo requisito era o de que a aluna houvesse concluído a formação profissional, visando adquirir o diploma de mestra.

Esse decreto estabeleceu também a criação do curso de puericultura, como parte obrigatória e complementar aos demais cursos profissionais. Esse era um desejo do diretor Horácio Augusto da Silveira, entusiasta do projeto de criação de um Dispensário de Puericultura, para que as alunas tivessem a oportunidade da observação e prática. Era o melhor momento para a abertura do curso, já que as novas instalações físicas de escola davam condições à implantação dos ambientes de acolhimento às mães e crianças da comunidade e acomodação de gabinete médico e ambiente para preparação de leite, programa indicado para a criação do dispensário. Conforme trabalho apresentado no 2º. Congresso Feminista, o diretor demonstrou seus planos para o dispensário:

Silveira (1931) informou que o prédio novo da escola começou a ser construído em 1927 e, no prédio antigo, “a escola regorgitava de alunas de dia e à noite [...] Uma verdadeira colmeia humana em intensa atividade! [...] e o ensino de economia doméstica, por falta de acomodações necessárias, não podia ser desenvolvido, em 1924”. Nesse trabalho sugeriu a criação de um centro de puericultura, em salas ao lado do prédio da escola, que estava finalizando a construção naquela época. (CARVALHO, 2013, p. 76,77)

No ano de 1931 foi criado, portanto, o primeiro Dispensário de Puericultura dentro de uma escola na Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios, seguidos por Campinas (1934), Mococa, São Carlos e Sorocaba (1934), Limeira e Ribeirão Preto (1935) e Santos (1936), (CARVALHO, 2013, p. 86).

Assim como a puericultura, observa-se a importância dos cuidados com uma alimentação balanceada que contribuísse para o bem-estar e conseqüentemente fomentando uma melhor produção do trabalhador. No ano de 1939, a escola recebeu o curso de Auxiliares de Alimentação, estabelecido a partir do Decreto 1.238, de 02/05/1939. O intuito era o de que esse curso atribuísse capacitação técnica para que as mulheres pudessem atuar como auxiliares de médicos bem como nos refeitórios de indústrias, garantindo uma alimentação adequada aos operários. No ano de 1940 a escola ofereceu um curso intensivo de enfermagem, que deu início ao curso de dietética, presidido pelo doutor Francisco Pompêo de Amaral (CARVALHO, 2013, p.85, 118).

A Lei Orgânica do Ensino (Decreto 4.073, de 30/01/1942), assinada pelo Ministro Gustavo Capanema, promoveu o ensino técnico e profissionalizante, que tinha histórico de dificuldades financeiras, e instaurou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAC, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI a partir de convênios que seriam estabelecidos junto a empresas (CRUZ, 2014, P.100). Era uma ação dentro do governo varguista que visava o abastecimento do mercado com profissionais formados a partir de uma educação sistematizada sob parceria público-privada, que garantiria a formação nacional de trabalhadores. Horácio Augusto da Silveira, já não desempenhava o papel de diretor do Instituto Profissional Feminino, chegou a fazer parte da comissão que elabora a Lei Orgânica do Ensino Industrial (CARVALHO, 2013, p. 80).

As marcas deixadas no ensino e especificamente no ensino profissional feminino podem ser evidenciadas por conta das constantes mudanças de nome que a Escola Profissional Feminina sofre no período da Era Vargas (1930-1945). Se considerarmos que cada mudança de nome foi associada a um decreto ou alteração legal, que envolveu ajustes conceituais no ensino, contabilizamos três alterações no período, sendo: 1931 a 1933 teve o nome de **Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios**, quando ganhou uma racionalização dos cursos e a formação de mestras; 1933 a 1945 com o nome de **Instituto Profissional Feminino**, com a implantação do Código de Educação do Estado de São Paulo (Decreto estadual 5884, de 21/04/1933), uma organização que caracterizou as escolas profissionais como estabelecimentos de ensino secundário, sem equivalência com escolas secundárias de ensino regular; e 1945 a 1952, quando o nome foi alterado juntamente com outras 13 escolas profissionais para **Escola Industrial Carlos de Campos**, após a implantação e para o enquadramento da Lei Orgânica, (Decreto-Lei Nº 15.040, de 19/09/1945), quando o ensino industrial passou a ter dois ciclos: primeiro, com ensino industrial básico, mestría, artesanal e aprendizagem e segundo, com ensino técnico e pedagógico.

É importante ressaltar que foi justamente nesse período, na era Vargas, que as mulheres conquistaram seu direito ao voto, através do Decreto 21.076 de 21/02/1932, fortalecendo o sentimento da mulher enquanto cidadã e como participante da política nacional. As novas necessidades junto ao currículo do

ensino feminino e mudanças na educação ocorridas nesse período somente foram possíveis na Escola Profissional Feminina graças à reforma do espaço físico, ainda que parcial, ocorrida entre os anos de 1926 e 1930. A ampliação da escola teve um projeto arquitetônico significativo que demonstrou a capacidade de absorver as demandas de trabalho da mulher bem como uma série de mudanças de mentalidades sociais e acontecimentos que influenciavam diretamente essa comunidade escolar, sempre disposta a atender a sociedade. No capítulo que segue as primeiras escolas profissionais brasileiras para meninas e suas instalações serão analisadas para que seja possível completar a partir dos contextos urbano, social, histórico, político, cultural com o crescimento da força de trabalho feminina uma compreensão da arquitetura da Escola Profissional Feminina da Capital.

3.4 As primeiras Escolas Profissionais Femininas no Brasil

Além da compreensão sobre as primeiras escolas profissionais brasileiras e as origens das escolas profissionais especificamente femininas na Europa, demonstrou-se necessária a procura por outras referências de escolas desse modelo, constituídas com o mesmo intuito para que fosse possível desenvolver uma análise sob o ponto de vista espacial do programa para os cursos que esse perfil de ensino demandava. Além disso, recorrendo a escolas profissionais femininas do mesmo período, foram encontradas em algumas bibliografias, indicações que se contradiziam sobre qual teria sido a primeira inaugurada no Brasil.

Esse questionamento surgiu na investigação dos primeiros modelos dessas escolas e as intenções pretendidas com a inauguração de cada uma delas na aprendizagem de ofícios femininos. Fonseca (1961) indicou que a “Primeira Escola Profissional Feminina” foi a Bento Ribeiro em 8 de julho de 1913 no Rio de Janeiro e chamou de “Segunda Escola Profissional Feminina” a Rivadávia Correia, de 9 de julho de 1913 (FONSECA, 1961, p. 223, 224). Entretanto o ano de criação dessas escolas, 1913, é posterior à data de inauguração da Escola Profissional Feminina da Capital de São Paulo, que data de 28 de setembro de 1911. Será demonstrado a seguir que mesmo que o pioneirismo a que o autor se referia nesse formato de escola fosse relativo às instituições instaladas no Rio de Janeiro, ainda existia um

Instituto Profissional Feminino nessa cidade estabelecido no ano de 1901, o futuramente batizado de Orsina da Fonseca.

Antes da Escola Profissional Feminina da Capital de São Paulo, o que existiam em termos de educação técnica feminina eram internatos ou asilos para meninas órfãs, criados com o objetivo de socorrer essa população desvalida através do ensino de um ofício que lhes ofereceria um destino melhor do que a situação das ruas. A educação profissional ainda não possuía como uma estratégia para a mulher fornecer mão de obra especializada à indústria, já que a função principal dessas instituições era dar acolhimento infantil e reintrodução social.

No que diz respeito às edificações, havia um misto de orfanato, com a existência de dormitórios, e escola de artes e ofícios, que demandava ambientes que serviam para o ensino principalmente de tarefas voltadas para a manutenção do lar. Havia situações em que se exigia residência para a Diretora no prédio dessas escolas, aumentando assim a fiscalização das alunas (BONATO, 2003, p.63). Geralmente constituíam prédios doados por figuras em nome da benemerência e adequados para receber educandas e, em alguns casos, derivavam em escolas profissionais como é o caso do Instituto Profissional Orsina da Fonseca. Fonseca (1961) fez a distinção entre Instituto e Escola:

O ensino profissional, pelo novo estatuto conhecido como regulamento Rivadávia Correia, continuava de grau primário elementar; entretanto, os estabelecimentos que o iriam ministrar não obedeceriam, todos, o mesmo tipo, chamando-se uns institutos profissionais, outros, escolas profissionais e ainda outros, escolas de aperfeiçoamento, subordinadas estas há 2 fins: o industrial e o comercial. Os institutos passariam a funcionar sob o regime de internato, enquanto as escolas seriam externatos. (FONSECA, 1961, p. 230)

Com base na diferenciação entre os conceitos de Instituto e Escola apresentados por Fonseca (1961), a seguir foram separadas algumas escolas profissionais femininas encontradas e que, durante o desenvolvimento deste trabalho, se apresentaram como as primeiras que funcionaram no país, tendo como característica principal o ensino da profissão à mulher e em regime de externato, ou seja, despidas de interesses puramente assistencialistas. Com base nos dados e conceitos levantados e levando em consideração que essas escolas profissionais foram as primeiras implantadas pelo governo, ou seja, em regime de externato, podemos dizer que a **primeira escola profissional feminina do Brasil**, criada com a específica função da educação da mulher para o trabalho seria a Escola

Profissional Feminina da Capital de São Paulo, futura Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, inaugurada no ano de 1911.

3.4.1 - Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro - RJ (1913)

No Rio de Janeiro a Lei Álvaro Batista havia determinado a criação de trinta escolas profissionais, sendo dez masculinas, dez femininas e dez noturnas, com cinco para cada sexo. A Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro teria sido a segunda escola profissional criada para mulheres no Brasil, após a Escola Profissional Feminina da capital paulista, inaugurada pelo decreto de 1911. Fora estabelecida no andar superior da Escola Primária José de Alencar à Praça Duque de Caxias, 20, no Rio de Janeiro em 8 de julho de 1913. Ganhou o nome de “Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro” somente no ano de 1915 em homenagem ao prefeito responsável por sua inauguração (FONSECA, 1961, p. 223, 224).

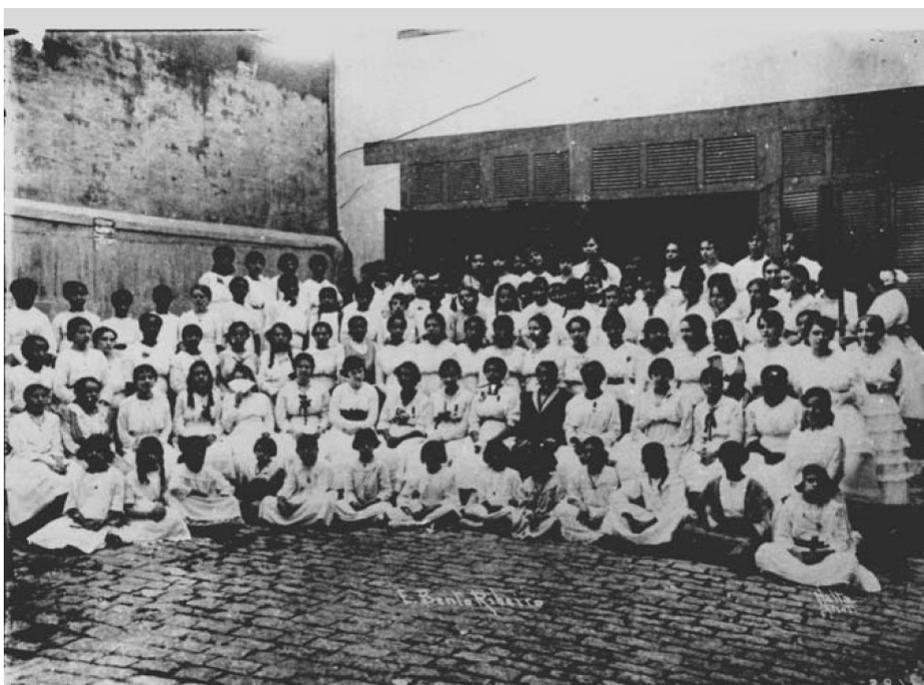
Essa escola foi criada a partir do Decreto 912 de 10 de maio de 1913, assinado pelo prefeito Bento Ribeiro, que instituiu a criação de escolas profissionais agora em regime de externato. Os cursos oferecidos para mulheres eram os de “modelagem, desenho, pintura, gravura, litogravura, fotografia, datilografia, escritura mercantil, estenografia, tipografia, costura a mão e a máquina, flores e chapéus.” (BONATO, 2003, p. 106). Os ofícios dessa primeira escola profissional do Rio de Janeiro eram de direcionamento próximo aos ofertados nos primeiros anos da Escola Profissional Feminina de São Paulo. No Rio de Janeiro diferenciavam-se alguns cursos de maior especialização no que diz respeito à escrita, orientadas a profissões dentro do comércio que eram direcionadas às mulheres, como por exemplo datilógrafa e estenógrafa.

A Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro mudou de endereço diversas vezes, funcionando na rua Marquês de Abrantes, 19, onde ficou até 1918, quando teve suas atividades interrompidas por falta de local para a instalação. Voltou às atividades no ano de 1926 na Rua morro do Vintém, nas instalações da Escola Visconde de Cairu. Um tempo depois ainda se mudou para a Rua Vinte e Quatro de Maio, 133 e posteriormente para a Rua Paraguai, 112 no Méier (FONSECA, 1961, p. 224). As constantes mudanças de endereço dessa escola profissional e mesmo seu fechamento temporário, demonstram o pouco interesse do poder público pela instituição possivelmente porque existiam outras escolas profissionais

femininas funcionando na capital Rio de Janeiro ou por conta da indiferença pela formação das mulheres, fatores que podem ter interferido no crescimento dessa escola em especial.

Observa-se que no Rio de Janeiro o mesmo decreto que estabeleceu a criação de escolas profissionais femininas (912 de 10 de maio de 1913), ainda que sob o novo regime de externato, exigiu que fossem regidas e dirigidas por mulheres (BONATO, 2003, p.106). Isso não aconteceu com a Escola Profissional Feminina de São Paulo que somente conheceu sua primeira diretora, em 1939, quando a professora Laia assume o cargo. A foto levantada por Bonato (2003, p. 116) é a única que foi encontrada da escola em sua pesquisa. Datada de outubro de 1916 mostra as alunas e diretora Madame Francisca Bonjéan, que permaneceu no cargo até 1931. Não é possível saber se a foto foi tirada na referida escola, mas ao fundo o que se percebe é um cenário de precariedade nas instalações, reflexo de possível dificuldade em manter a estrutura da escola que logo viria a fechar as portas temporariamente (1918-1926).

Figura 25- Alunas da Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro - RJ



FONTE: (BONATO, 2003, p. 116) – Acervo do MIS/RJ (autor: Augusto Malta. 11/10/1916/ Pasta 127-A/ Cód. F-008715)

3.4.2 Escola Profissional Feminina Rivadávia Correa – RJ (1913)

A partir da referida Lei Álvaro Batista, essa Escola Profissional Feminina foi inaugurada em 9 de julho de 1913 no andar superior da Escola José Bonifácio, na Rua Harmonia, 80. Em 26 de outubro de 1915, a instituição mudou de nome para Escola Profissional Rivadávia Correa, em homenagem ao prefeito (FONSECA, 1961, p. 224). Verifica-se que essas escolas que nasceram a partir de alguma deliberação governamental eram instaladas de maneira provisória, buscando o início de atividades sem um planejamento adequado do espaço em relação às atividades específicas que o ensino profissionalizante demandaria. Segundo Fonseca (1961), as instalações dessa escola eram muito precárias e, portanto, ocorreu a sua mudança de endereço para a Praça da República.

Rivadávía Correa, prefeito da cidade, entendia que “naquele casarão da Praça da República” seria dada a “disciplina conveniente ao sexo feminino” (BONATO, 2003, p. 123). Implantada em um prédio localizado em ponto privilegiado da cidade, essa escola parece ter encontrado mais sorte do que a Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro, que por falta de instalações adequadas não parecia ter tanto destaque e incentivo na cidade.

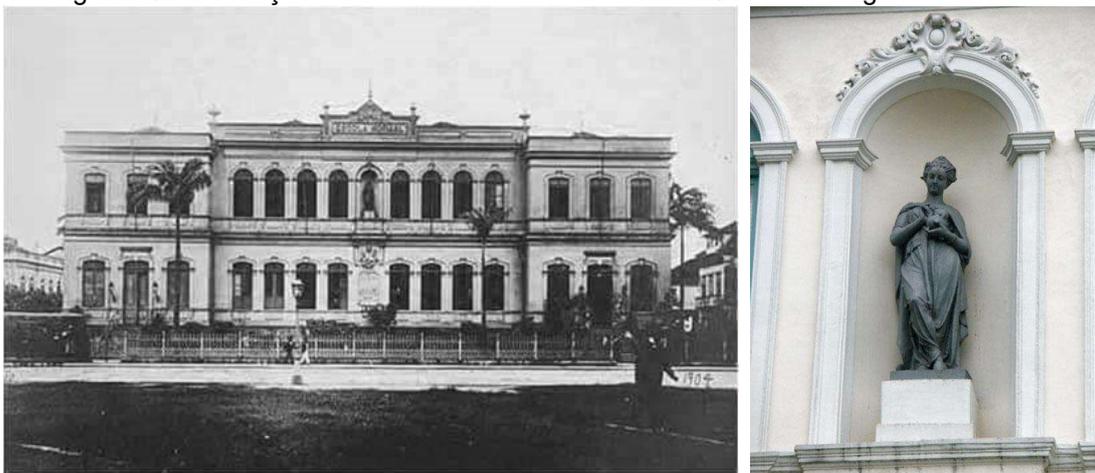
O prédio foi inaugurado em 14 de março de 1877, com o nome de "Escolas Primárias da Freguesia de Sant'Anna". A edificação faz parte de um conjunto de oito escolas inauguradas por D. Pedro II após receber donativos em honra ao desempenho na Guerra do Paraguai, são as chamadas Escolas do Imperador. Fora implantada em localização de muito prestígio na cidade, área em que existiam outros edifícios político-administrativos do Império. (BONATO, 2003, p.118)

O projeto da escola foi desenvolvido por Francisco Pereira Passos, o mesmo engenheiro e político que faria a reforma urbana carioca e tinha o objetivo de acomodar alunos do ensino primário. A fachada desenvolvida apresenta grandiosidade e características monumentais, já expressas nesses edifícios escolares cariocas no período que antecede a República. Dois volumes sobressaem as extremidades dessa fachada com janelas altas e muito próximas, privilegiando a iluminação natural. Cada um desses volumes recebeu uma entrada independente, separando os acessos de meninos e meninas, já que o programa

original não contava com o propósito de abrigar apenas alunas do ensino profissionalizante.

Ao centro da edificação foi utilizada uma alegoria denominada “A Ciência”, originada da Fundição Val d’Osne, expressiva empresa de ferro fundido ornamental na França, trata-se de uma escultura nesse material para a qual foi projetado um nicho específico na fachada. Esta obra foi tombada pelo Decreto Municipal nº 19011 de 05 de outubro de 2000.

Figura 26 - Edificação da Escola Profissional Rivadávia Correia e alegoria “A ciência”



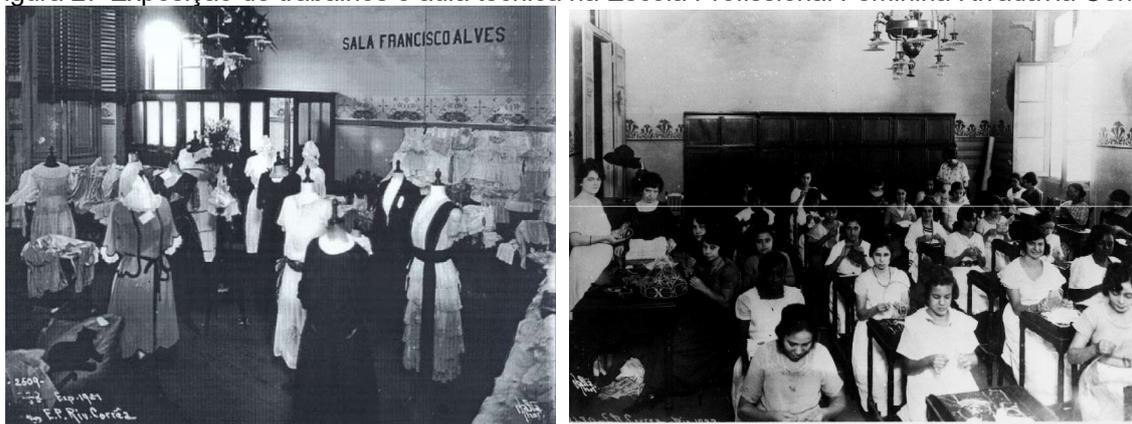
Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/epf/epf-o-predio>

Entre os anos de 1888 e 1914, o edifício passou a funcionar como Escola Normal, para a formação de professores. Assim como em São Paulo, um prédio representativo da educação e progresso instalado na Praça da República carioca. Ao receber a Escola Profissional Rivadávia Correia, o edifício passou por adaptações que contaram com o apoio financeiro de algumas empresas que financiavam esse tipo de ensino com intenções de absorver a mão de obra especializada que seria fornecida, a *The Rio de Janeiro Light and Power* era uma dessas empresas (BONATO, 2003, p. 123).

Além da arquitetura escolar expressiva que acolheu esse conceito de escola feminina, com novas opções e rumos para a profissionalização de mulheres, essa instituição teve desempenho e atuação de referência perante a sociedade carioca. Existiam oficinas de prendas domésticas, pintura, chapéus, modelagem, arranjos e flores, implantados em amplas salas com pé-direito alto com muita entrada de luz natural, que eram batizadas com o nome de alguma figura homenageada. Os trabalhos desenvolvidos nessas oficinas eram posteriormente expostos em salas

ou corredores. Sobre esses ambientes, saberes e práticas desenvolvidos nessa escola, foi possível verificar considerável semelhança com o que era estudado na Escola Profissional Feminina de São Paulo. Para ilustrar essas oficinas e exposições foram selecionadas duas imagens encontradas no trabalho de Bonato (2003) que esclarecem essas reflexões.

Figura 27-Exposição de trabalhos e aula técnica na Escola Profissional Feminina Rivadávia Correa



Acervo 1: AGCRJ/ Fundo/ coleção: Prefeitura do Distrito Federal/ RJ; Coleção Fotográfica (1903-1958) / Autor: Augusto Malta/ Data: 1921/ Cód. NV 00778/ Acervo 2: FCRB/ Autor: Augusto Malta/ Data: 17 nov. 1923/ Cód. 152 (274) Gav. E4 - Fonte: Bonato, 2003, p. 139 e 136.

No ano de 1929 por conta da Reforma Fernando de Azevedo e dentro do início da influência do movimento moderno na arquitetura escolar, a instituição recebeu um prédio anexo de cinco andares, simples, com pé-direito mais baixo, sem ornamentos em uma leitura de contraste com edifício monumento. O projeto foi implantado atrás do edifício monumento e demasiadamente próximo a ele. A diretora Benevenuta Ribeiro, de atuação representativa desde a inauguração da escola em 1913 se opôs à instalação desse prédio e chegou a ausentar-se em viagem ao Egito, em protesto à sua construção (BONATO, 2003, p.125). Mais uma vez na história de uma escola profissional foi construído um anexo a um edifício monumento, com uma preocupação extremamente funcional e com pouca percepção sobre a integração estética e espacial entre os elementos que constituem a construção de cada período.

Figura 28 - Imagens demonstram o prédio anexo, construído em 1929 e a relação com o Edifício Monumento e a paisagem urbana



Fontes: Google street View, acesso em 20/09/2020/ COSTA, Rodrigo das Neves; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen com tratamento autora

A partir de 2002 o edifício monumento passou a abrigar o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro – Anísio Teixeira (CREP-AT) e a Escola Municipal Rivadávia Correa, atuando em regime misto, passou para o prédio anexo, construído em 1929. A fachada deste prédio anexo, onde ainda funciona a escola, serviu de base para o maior grafite do mundo em 2018. O trabalho foi feito por uma mulher, Luna Buschinelli, e possui 2.500m², intitulado “Contos”, dando vida para aquela edificação que foi estabelecida em um eixo de monumentalidade na paisagem urbana do Rio de Janeiro.

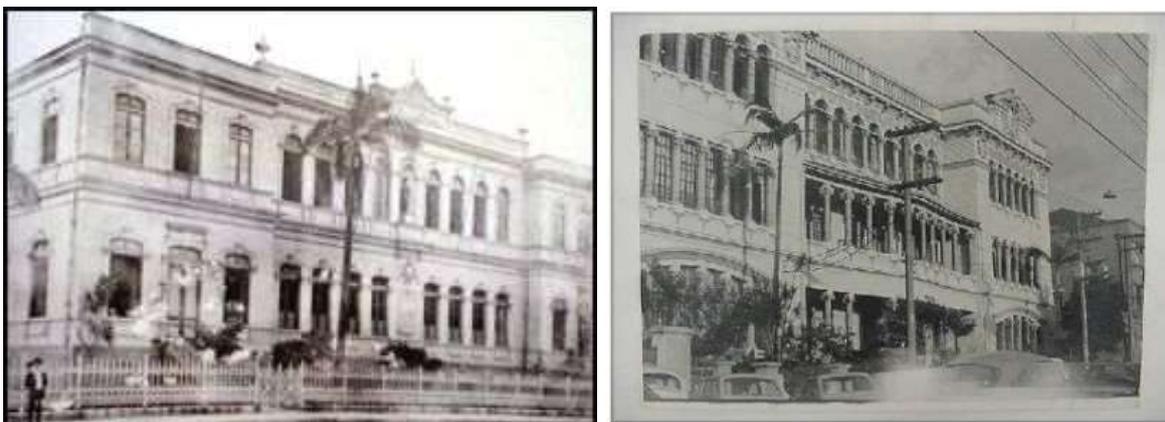
Figura 29 - Grafite que ilustra a fachada do anexo



Fonte: <http://www.soulby.com.br/2018/09/28/maior-painel-de-graffiti-do-mundo-by-luna-buschinelli/> (acesso em 20/09/2020)

O estudo dessa escola foi de extrema importância para levantarmos atividades e eventos similares que aconteceram no espaço construído Escola Profissional Feminina de São Paulo e sua relação com o espaço complementar que foi construído nos anos 1970. Nas fotos abaixo, é possível encontrar algumas semelhanças na composição das escolas. O edifício monumento da Escola Profissional Feminina de São Paulo, projeto posterior, de 1926, apesar de apresentar alguns avanços construtivos como a abertura de janelas mais próximas, quase criando um pano de vidro, distribuídos em 3 pavimentos e uma ornamentação mais carregada de elementos. Algumas proporções de volumes sobressalentes nas extremidades, platibanda e sua demarcação com cimalha e uso de alegorias são características que assemelham a concepção dos projetos. Comparando as duas imagens e suas semelhanças, principalmente no que diz respeito a proporções, o prédio da Escola Profissional Feminina Rivadávia Correa poderia ter servido de referência para Cesar Marchisio e Achilles Nacarato, arquitetos da Escola Profissional Feminina de São Paulo.

Figura 30 - Imagem 1 – Escola Profissional Rivadávia Correa, projetada por Pereira Passos.
Imagem 2 - Prédio inaugurado em 1877 X Escola Profissional Feminina de São Paulo, projetada por Cesar Marchisio e Achilles Nacarato, em 1926



Fonte: http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escimp_fregsant2.htm (acesso em 20/09/2020) <http://www.saopauloinfoco.com.br/escola-carlos-de-campos/> (acesso em 20/09/2020)

4 Escola Profissional Feminina: demandas sociais e transformações no espaço construído

4.1 Transformações sociais no Brás com a industrialização

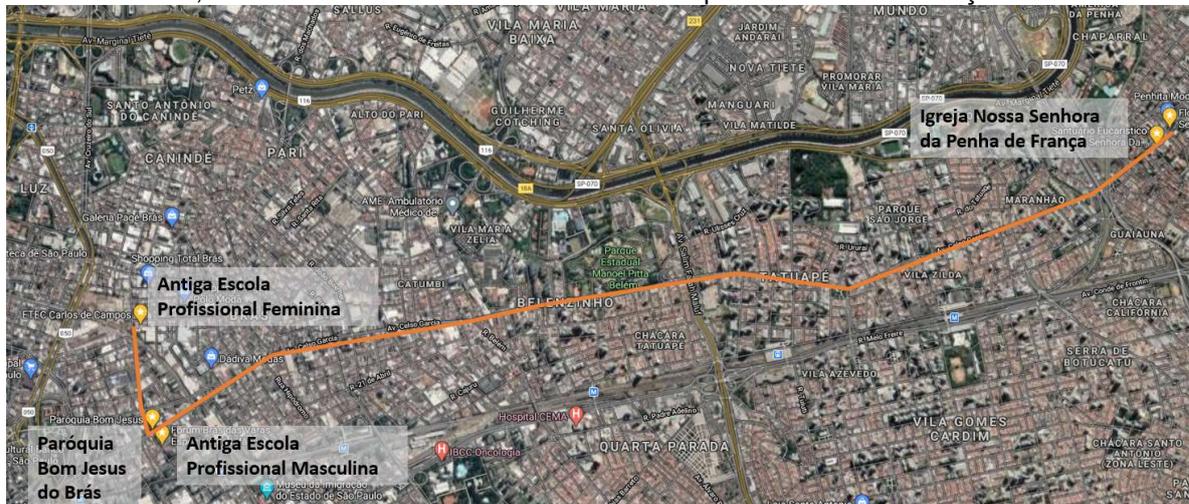
O bonde se abarrotava. De empregadinhas dos magazines. Telefonistas. Caixeirinhos. Toda a população de mais explorados, de menos explorados. Para os seus cortiços na imensa cidade proletária, o Brás. (GALVÃO, 2006, p.26)

Quem observa o bairro do Brás atualmente, característico pela intensa circulação de pessoas de diversas nacionalidades, comércio e mercadorias, dificilmente imagina que essa área demorou cerca de quarenta anos para alavancar um povoamento. A freguesia do Brás foi fundada em 1818, o nome Brás foi dado em homenagem a José Brás, construtor da Capela Bom Jesus dos Matosinhos, alguns anos antes, em 1769. Foi considerado um bairro rural e de subúrbio, no qual habitavam moradores modestos, alguns proprietários de chácaras e conseqüentemente alguns trabalhadores negros de lavoura. Um censo realizado por Daniel Pedro Muller em 1836 contabilizou 659 moradores distribuídos naquela freguesia (TORRES, 1985, p. 71). No período já eram concedidas Cartas de Data de Terra, que permitiam distribuição de terrenos sem um plano de arruamento com variações nas dimensões das ruas esburacadas que iam se formando. A freguesia de Bom Jesus dos Matosinhos do Brás ainda consistia em um sítio cuja maior importância era abrigar a estrada geral, o caminho para a longínqua Nossa Senhora da Penha em direção ao Rio de Janeiro (TORRES, 1985, p. 89).

Assim nasceu o bairro do Brás, como entreposto entre a freguesia de São Paulo e freguesia de Penha de França ao leste, também rota ao Rio de Janeiro. Desenvolveu-se a partir de uma igreja construída em caminho que servia de suporte para procissão entre as igrejas do centro do povoado e outra no sentido leste, demonstrando a influência da religiosidade na formação da estruturação urbana. Esse caminho futuramente recebeu o nome de Av. Celso Garcia, um dos eixos atuais que interligam a região central à zona leste paulistana. O mapa abaixo mostra o caminho para a Paróquia de Nossa Senhora de Penha de França, interligando as duas igrejas. Foi pontuado no atual contexto urbano (Google Maps São Paulo, 2020) a relação da igreja Bom Jesus do Brás com a Escola Profissional Feminina, através da Rua Monsenhor Andrade, que é interrompida pela linha

férrea, e a Escola Profissional Masculina, mais próxima da centralidade, na rua Piratininga.

Figura 31 - Análise da autora da relação da Escola Profissional Feminina com a Paróquia Bom Jesus do Brás, Escola Profissional Masculina e caminho para a Penha de França em foto aérea



Fonte: Google Maps, 2021

Figura 32 - Carta da Capital de São Paulo de 1842



Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/10524?lang=pt>
Acesso em 26/04/2021

Após 1850, ano em que a Lei de Terras deu início à organização da propriedade privada, a região do Brás atravessava um crescimento acelerado agravando as deficiências de infraestrutura urbana. A modernização da Vila de São Paulo de Piratininga foi alavancada pelas lavouras de café e construção das linhas férreas, a primeira que interligou São Paulo ao Porto de Santos. A partir da Estação

da Luz, inaugurada em 1867, eram distribuídas para todo o estado as mercadorias e os trabalhadores, tornando-se um ponto de extrema importância para o Estado e gerando intenso fluxo de atividades nos arredores da estação. Seguiram nos próximos anos a construção das estradas de ferro que interligavam a cidade à corte, a Central do Brasil, vinda do Leste e a Sorocabana, vinda do Oeste, o que aumentou ainda mais esse fluxo e preparou o país para a industrialização.

A substituição da mão de obra escrava pela imigrante foi outro fator que contribuiu para o crescimento industrial e populacional principalmente nessa freguesia. Em São Paulo a vinda de imigrantes, especialmente italianos, foi incentivada pelo Conde de Parnaíba, presidente da Província, alguns anos antes da abolição da escravatura, entre 1886 e 1887. Ele ajudou a viabilizar a construção da Hospedaria do Imigrante no bairro da Moóca, local que recebia o contingente de estrangeiros antes de serem direcionados às lavouras do café. Para os barões do café a substituição era muito vantajosa, já que o trabalhador livre não demandaria as mesmas obrigações que tinham com o escravo. Além disso, o acordo com o governo para viabilizar a abolição era de que os custos com a passagem do imigrante seriam absorvidos pela província (ROLNIK, 1988).

É possível confirmar o crescimento populacional e de imigrantes no período quando comparamos os recenseamentos de 1872, em que o bairro de Bom Jesus de Matosinhos do Brás possuía 2.308 moradores, dentre eles 16% de estrangeiros (382 pessoas) e o recenseamento de 1890, quando o número salta para 16.807 moradores, sendo 33% estrangeiros (5.512 pessoas). Ou seja, o fator da proximidade com a ferrovia implantada e incentivos para a vinda de imigrantes, aumentou consideravelmente o número de habitantes no bairro, que não absorvia apenas estrangeiros, mas eram também brasileiros.

A região do Brás que abrigou esses imigrantes, é localizada em uma área de várzea que sofria com enchentes do rio Tamanduateí. A cidade que se formava adquiria uma configuração que separava a população mais abastada, vivendo na parte mais alta, na região da Avenida Paulista, do proletariado, nos bairros de Brás e Moóca, localidades mais baixas, próximas aos rios e sujeitas a inundações.

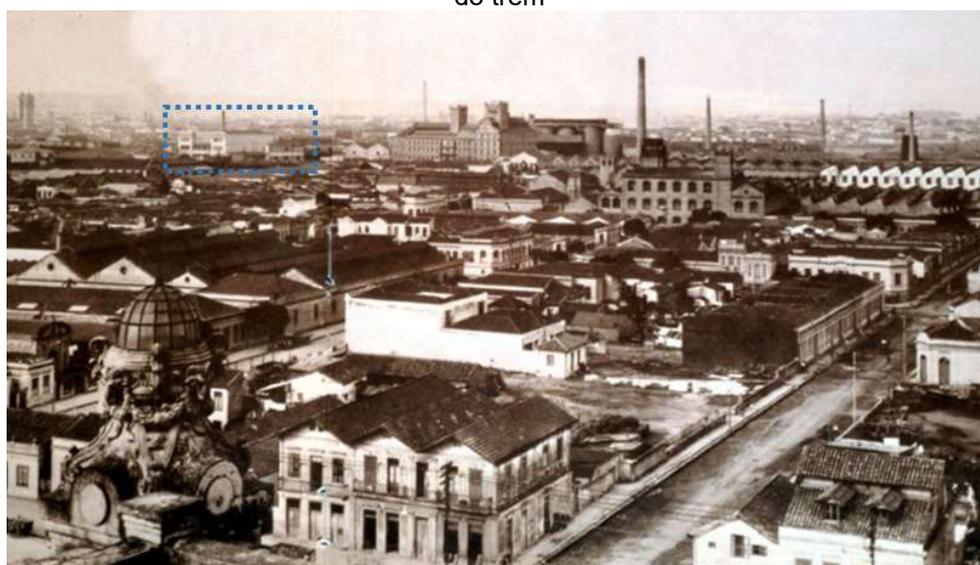
(...) nas colinas ou alamedas retilíneas e arborizadas se localizarão os palacetes dos ricos: as distâncias estão agora topograficamente marcadas. Espaço hierarquizado: qualquer um sabe seu lugar, qualquer um identifica onde pode e onde não pode circular. Nos bairros populares

são os lotes super ocupados horizontalmente, formando becos e vilas, entremeados por galpões industriais. Exiguidade de espaços privados, profusão de espaços semipúblicos densamente ocupados. Geralmente barro nas ruas, esgoto a céu aberto e bonde na via principal. O bairro dos ricos é aquele cujas mansões se fecham em muros, exibindo sua imponência nas avenidas largas e iluminadas — amplos espaços para uma seleta e íntima vida social. (ROLNIK, 1988, p.3)

Tanto a ferrovia quanto a Hospedaria do Imigrante foram instaladas nessas regiões, que acolheram o contingente de trabalhadores. São os novos habitantes, vindos de longe e de perto, esperançosos por desenvolver uma ocupação, que despertam para o mesmo interesse em São Paulo, numa esperança de dias melhores e quem configuram a cara de uma sociedade trabalhadora, característica local que persiste até hoje.

O imigrante que chegou na cidade não substituiu apenas a mão de obra cativa nos campos, houve ainda uma parcela que permaneceu na cidade e que formou o operariado das recém-construídas fábricas. Em meio aos casebres, a mais antiga fábrica do Estado, inclusive, foi implantada na mesma rua da futura Escola Profissional Feminina, a Rua Monsenhor Andrade, em 1878, uma fábrica de massas, fundada pelos italianos Ludovico dal Porto e Francisco Casini. Também nessa rua, localizada do outro lado da linha do trem, ainda existe a edificação do Moinho Matarazzo, do imigrante Francesco Matarazzo, fábrica de moagem e estocagem de trigo e algodão.

Figura 33- Edifício de 1930 da Escola Profissional Feminina - localizara entre as torres da Igreja Santo Antônio do Pari e a edificação do Moinho Matarazzo, localizada na mesma rua, após a linha do trem



Fonte: Redes sociais da Família Matarazzo (fotografia sem data)

O crescimento acelerado transpassou qualquer planejamento urbano, o bairro do Brás recebeu uma série de fábricas que surgiram em meio às habitações, situação que a municipalidade pareceu somente tomar conhecimento a partir da reclamação de moradores (TORRES, 1985, p.113, 114). Uma figura que se destacou nesse período ao pensar as condições urbanas da cidade foi o então presidente da província João Teodoro (1872–1875), considerado um primeiro urbanista de São Paulo por sua visão que transformou a cidade em poucos anos na metrópole do café. Pavimentou e iluminou as ruas da cidade, abriu ruas, dentre elas a que interliga o Brás a estação da Luz, rua que cumpre esse papel até os dias de hoje e que leva seu nome, a Rua João Teodoro.

As residências insalubres ainda surgiam em meio ao crescimento exponencial da população, principalmente no surto que ocorre entre 1890 e 1900. São habitações coletivas de baixa qualidade, os cortiços, que vão substituindo chácaras, erguidos com pouca ou nenhuma preocupação com a saúde dos moradores. Segundo Rolnik:

O cortiço é a longa fila de cômodos geminados, que dão para o pátio ou corredor comum e que tem banheiro, cozinha e tanque coletivos. Alta intensidade de vida social em espaço exíguo. Nele se misturam trabalhadores e vagabundos, famílias e solteiros, negros, brancos e mulatos nascidos no Brasil, bem como portugueses, espanhóis e italianos. (ROLNIK, 1988, p.4)

Cercadas pela desordem urbana, começaram a surgir as vilas higiênicas, com algumas isenções fiscais para os construtores, desde que adotassem parâmetros de privacidade e setorização de ambientes mais adequados. Alguns proprietários de fábricas se dispunham a construir conjuntos de moradias e equipamentos nesse formato para abrigar seus operários. Segundo reflexão de Rolnik (1985), a diferença entre o morar em um cortiço e morar em uma vila operária configurava a oposição entre os perigosos e marginais e os trabalhadores empobrecidos. Ou seja, era como se a “recompensa” atribuída aos bons trabalhadores, e o que os distinguiu dos vagabundos, fosse um “morar com mais dignidade”.

Na Primeira República as instituições foram reorganizadas e a modernidade que se instituiu a partir da industrialização emparelhou-se com as novas necessidades de um mercado consumidor. A concentração urbana e a perseguição

ao progresso incentivaram novos hábitos e costumes como a busca por uma maneira urbana de se portar ou vestir. Foi adotada uma tarifa alfandegária pelo decreto 3.617, em 19 de março de 1900, que fortaleceu ainda mais o crescimento local de produtos industriais, em especial tecidos e artigos de vestuário, impulsionando a indústria têxtil (SUZIGRAN, 1971, p.91).

Tabela 1- Participação do setor têxtil na indústria
Participação do valor adicionado de São Paulo no total do Brasil,
segundo gêneros da indústria de transformação — 1919

	%
1 Transformação de Minerais não metálicos	54,5
2 Metalúrgica, mecânica e material elétrico	48,8
3 Material de transporte	46,0
4 Madeira	17,0
5 Mobiliário	26,6
6 Couros e peles	32,2
7 Química, farmac., perf., papel, papelão e borracha	55,2
8 Têxtil	39,2
9 Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	40,9
10 Produtos alimentares, bebidas e fumo	28,2
11 Editorial e gráfica	50,8

* e ? Excluídas as indústrias rurais e usinas açucareiras (DIRETORIA-GERAL DE ESTATÍSTICA, *Censo industrial de 1920*, p. 6).

Fonte: Suzigran, 1971, p.92

A representatividade da indústria têxtil teve relação com o contexto de algumas disciplinas elencadas na Escola Profissional Feminina dada a relação da dona de casa com a costura e o trabalho que já desempenhava dentro de seu lar e que a industrialização incorporou como ofício, requisito para trabalhar na produção das fábricas. Conforme é possível verificar no quadro abaixo (SUZIGRAN, 1971, p.91), a fabricação de tecidos foi destaque dentre as indústrias de transformação nas primeiras décadas do século XX, iniciando com o processamento do algodão e posteriormente abrangendo a juta, lã, seda e fitas de seda. Em 1911, data da inauguração da Escola, apenas os derivados da seda ainda não eram produzidos no Brasil e após o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, os números demonstram a fabricação do material e aumento considerável na produção de outros tecidos em São Paulo pela impossibilidade de importação de países que estavam em conflito.

Tabela 2 - Principais produtos da indústria de transformação em São Paulo

QUADRO 1
Estado de São Paulo
Principais produtos da indústria de transformação, 1900-1928

	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1926	1927	1928
1. Tecidos									
a. de algodão (1 000m).....	33 540	26.646	75.534	121.590	186.520	206 148	238.933	203.889	191.139
b. juta (1 000m)	19.088	33.463	26.367	86.161	97.852	81.573	84.613
c. lã (1 000m)	218	617	1.573	3.506	3.083	4.212	4.330
d. seda (kg)	—	—	—	5.185	34.586	40.110	49.104	103.051	232.030
e. fitas de seda (kg)	—	—	—	18.899	22.503	48.648	48.108	53.108	72.018
2. Artigos de vestuário									
a. chapéus (1 000 un d.)	1.060	1.400	3.588	2.654	2.342	3.983	4.247	4.303	4.993
b. calçados (1 000 p.)	1.600	1.980	3.608	4.865	6.765	10.026	10.948	11.204	12.580
3. Bebidas									
a. cerveja (1 000 l.)	20.959	27.959	28.518	50.007	50.670	54.353	62.207

Fonte: *Censo Industrial do Brasil, 1920* (dados primários) Rio de Janeiro Diretoria Geral de Estatística

Fonte: Suzigran, 1971, p.91

O crescimento da indústria da moda impulsionava o mercado e fabricação de tecidos. Na França a partir de meados do século XIX, alguns costureiros passaram a cumprir um papel próximo ao do artista, conferindo à roupa o papel de obra de arte com direitos autorais a partir de um design diferenciado (PRADO, 2019, p.34). Uma assinatura original em uma roupa possibilitava a distinção entre classes sociais apenas pela maneira de se vestir, os corpos seriam como galerias de arte itinerantes, exibindo o trabalho desses costureiros de grife. Em Paris as escolas profissionais para meninas com enfoque na alta costura já eram uma realidade, com as unidades inauguradas por Elisa Lemonnier. A criação de moldes baseados nos desenhos de vestimenta franceses era embasamento e inspiração para algumas disciplinas relacionadas ao corte e costura da Escola Profissional Feminina, conforme revistas específicas encontradas na escola, como será detalhado mais adiante.

Os alfaiates da época estavam localizados no triângulo central da cidade, onde frequentava a elite de cafeicultores. A fabricação de uniformes e roupas prontas crescia entre os anos de 1820 e 1875 com roupas específicas para escravos e a fabricação em série, acentuada pelas guerras do Paraguai e Guerra Civil americana, que fizeram crescer de forma exponencial a demanda por uniformes, fardas e modelagem oficial por escala de tamanho (PRADO, 2019, p.137). No final do século XIX tradicionais casas como *Au Bon Diable* passaram da importação para a fabricação própria a partir do conceito de

(...) “roupas feitas” (tout fait ou pret-à-porter) voltadas ao público masculino, sendo que as inúmeras alfaiatarias existentes (...) cederam parcialmente lugar a estabelecimentos mais complexos, o que incluía um bom número de lojas-oficinas de confecção de roupas brancas (roupas de baixo) e camisarias. (BARBUY, 2006, p178,181 apud PRADO, 2019, p.151)

Essa situação acelerou o trabalho em fábricas têxteis e de produção de vestimentas. Artesãos e artistas viram seus trabalhos sendo substituídos pela máquina, o trabalho nas fábricas se intensificou e, por outro lado, as condições de trabalho, com longas jornadas, emprego infantil e vida precária nos bairros eram motivo para o descontentamento de trabalhadores e início de movimentos sociais urbanos como a greve geral que ocorre em 1917. Essa greve teve início no Cotonifício Crespi, uma fábrica têxtil localizada no bairro da Mooca, com cerca de 400 operários reivindicando aumento salarial por conta da extensão de trabalho noturno para atender a ampliação de produção causada pelas novas demandas da Primeira Guerra Mundial. Uma paralisação foi decidida pela Liga Operária da Mooca e o movimento toma grandes proporções com adesão de outros setores da economia (TOLEDO, 2017, p. 499). Segundo Toledo (2017), a Revolução Russa, iniciada com a queda do czar e tomada de poder pelos bolcheviques meses antes desta greve, entusiasmou o movimento operário e anarquistas. Nas greves, segundo ela, as mulheres acabaram tendo importante atuação enquanto “trabalhadoras, militantes, mães, esposas e moradoras dos bairros populares.” Graças à eclosão desses movimentos, o operariado começou a enxergar a possibilidade de uma vida mais digna, buscando direitos civis e a possibilidade de se organizarem numa perspectiva de revolução trabalhista no país.

“A escola é consequência da vida urbana – equipamento da cidade industrial” (ARTIGAS,1970, p.123). As escolas profissionalizantes foram inauguradas neste contexto, de intensificação da industrialização, aumento da demografia com a inclusão do imigrante e uma dinamização no sistema de comunicação e transporte, sob um conjunto de eventos que remodelam radicalmente o espaço físico e a mentalidade social. As escolas profissionais surgiram na região de várzea caracterizada por acolher os operários e menos favorecidos, em meio aos cortiços e fábricas em uma tentativa do Estado em educar, disciplinar e nacionalizar os trabalhadores já que o estrangeiro era visto como um influenciador de ideias libertárias.

4.2 Quem eram as alunas e professoras da Escola Profissional Feminina da Capital e o que aprendiam?

Não eram as próprias imigrantes que residiam no bairro do Brás que se tornariam as alunas da Escola Profissional Feminina, mas em geral eram as filhas dessas imigrantes, já nascidas no Brasil. A intenção do governo com a iniciativa de abrir as Escolas Profissionais era a de formar um operariado nacional competitivo, orientado para a disciplina e a ordem no meio fabril, desenvolvendo trabalhadores com o espírito de formar uma nação. O imigrante era visto como detentor de um saber especializado, porém trazia convicções e histórico de práticas de reivindicação contra o Estado pelas condições de sobrevivência oferecidas, portanto, com tradição e costumes que representavam um perigo ao caráter disciplinar que se almejava estabelecer no processo produtivo industrial (BARRETO, 2007, p.112).

As fábricas eram associadas a prisões, onde forte controle era estabelecido para vigiar e punir os trabalhadores que não cumprissem as regras e, por outro lado, o empresariado apontava dificuldade de obter dos indivíduos livres a pontualidade e regularidade na presença (RAGO, 2014, p. 19). Segundo trechos destacados por Rago (2014), proprietários de uma fábrica em Minas Gerais reclamavam sobre a árdua tarefa de manter esses operários dentro de um regime de condutas para atingir a produtividade desejada e a punição era fator que delineava tal controle:

(...) desgraçadamente poucos têm algum interesse pelas suas tarefas (...) não se submetem a nenhum controle sistemático, não permanecem em seus empregos, não se importam com contratos (...) (RAGO, 2014, p.36)

E a ameaça e punição eram meios encontrados para buscar a promoção da ordem:

O empregado que se achar conversando quer com colegas, quer com estranhos no serviço, ou fumando, ou fora do posto, embora por força maior, será severamente punido (...). Ao mictório só pode ir um empregado de cada vez, devendo pedir licença e explicar o que vai fazer. (A Terra Livre, de 12/4/1906 in RAGO, 2014, p.40)

A escola enquanto instituição promotora do saber, também exercia a função de instrumento disciplinador e, portanto, além da formação de uma mão de obra nacional e especializada, ainda havia uma intenção de renovar costumes e cultivar cidadãos que soubessem se comportar conforme regras estabelecidas. Em um cenário de renovação do perfil do cidadão paulista, que se encontrava em um

momento de fusão de culturas estrangeiras, era oportuna a criação de escolas profissionais que uniformizassem a conduta do operário, graças à proximidade desse tipo de educação com o mercado de trabalho.

A Escola Profissional Feminina foi inaugurada com a matrícula de 100 alunas, oferecendo o ensino de prendas manuais que atenderia uma indústria têxtil em intenso crescimento na capital. Não tinha um caráter assistencial, visando atender meninas órfãs com sistema de internato como era o caso daquelas que frequentavam o Seminário da Glória, mas era clara a intenção de abastecer a indústria com trabalhadoras dentro dos parâmetros desejados pela burguesia. Admitia-se meninas com mais de 12 anos com diploma de grupo escolar, um público feminino que nos anos 1910 estava indisponível para continuidade dos estudos já que frequentavam as fábricas ainda na infância para contribuir com o sustento familiar (BARRETO, 2007, p.93, 94).

Além de jovens provenientes da classe operária, a Escola parece ter absorvido também alunas de uma classe social com mais recursos justamente porque o ensino ia além da propagação de um ofício para o trabalho nas fábricas, servindo ainda para aquelas que desejavam ser donas de casa consideradas modelo para a sociedade naquele momento. A disciplina introduzida por classes dirigentes desenvolveria ainda moças com um comportamento que seria adequado para a atuação em público através de práticas que simulavam no ambiente escolar com situações da alta sociedade como tardes de chá, oferecimento de recepções e eventos, exposições de trabalhos, desfiles de moda (BARRETO, 2007, p.165). Segundo levantado por Oliveira (1992), seriam elas algumas filhas de profissionais liberais e pequenos comerciantes, mas também as governantas das casas mais abastadas.

O corpo docente nos anos iniciais da Escola Profissional Feminina era composto por mestras e auxiliares que foram contratadas temporariamente pela Secretaria do Interior. Eram professoras primárias e, segundo levantado por Barreto (2007), “senhoras finíssimas da alta sociedade e elite paulistana,” como Maria Rafaela de Paula Souza, filha de Antônio Francisco de Paula Souza, que ministrou o curso de Rendas e Bordados (BARRETO, 2007, p.114).

Figura 34 - Diretor Prof. Miguel Carneiro Junior; Auxiliar do Diretor Profa. Joanna A. Oliveira Coutinho; Corpo Docente das Oficinas (professores e auxiliares): Curso Rendas e Bordados - Maria Rafaela de Paula Souza e Maria Augusta Moreira; Curso Roupas Brancas - Maria Rosa Aguiar de Barros e Maria Antonieta Furquim; Curso Confecções - Rosa de Castro Ferraz e Henriqueta Caldas; Curso Flores e Chapéus - Judith Silveira e Julieta Netto Costa; Curso de Desenho - Antonio Perigrino de Castro e Maria Augusta Amaral.



Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, Diretoria Geral da Instrução, 1911, apud CARVALHO (2017)

Através do trabalho de Carvalho (2013), foi possível conhecer nomes de algumas ex-alunas e professoras da Escola Profissional Feminina. Uma delas é Neide Guadenci de Sá, uma ex-aluna e professora que frequentou a Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação, oferecida pela escola a partir de 1931 (decreto 4.929, de 11 de março). Sob o nome de Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios, formava professoras para a educação profissional. A partir de seu depoimento a um site de São Paulo – Minha Cidade, na ocasião do centenário da Escola, é possível contextualizar o perfil da aluna e a relação que se estabeleceu com a escola através do prédio construído no final dos anos 1920:

Eu tinha apenas onze anos - isto em 1944 - quando fui buscar informações sobre ingresso, lá na Rua Monsenhor Andrade, esquina da Rua Oriente, no Brás.

Meus pais - descendentes de imigrantes europeus - achavam imprescindível continuar os estudos após o primário, porém, completados com a aprendizagem de um ofício que permitisse ganhar a vida honestamente. E os cursos dessa escola - exclusivamente feminina

na época - ofereciam essa possibilidade.

Aquele lindo prédio tão imponente me encantou de imediato. A partir daí, minha relação com essa escola foi forte e perene.

Uma escola muito diferente das outras, interessante e desafiadora para uma menina recém-saída do grupo escolar. O horário era integral, aulas teóricas e práticas o dia todo, formação para o trabalho nas oficinas e laboratórios, almoço no refeitório, um sem-número de atividades: canto orfeônico, ginástica, artesanato, educação doméstica, religião...

Depoimento de Neide Guadenci de Sá. Disponível em:

<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/4784/Carlos%2Bde%2BCampos%2B%2B-%2Bminha%2Bquerida%2Bescola%2Bcentenaria> (acesso em 18/10/2020)

A seguir uma foto do arquivo da professora Neide Guadenci de Sá em que é possível observar a coexistência das duas edificações: a que primeiro abrigou a Escola, a escadaria do antigo Colégio Azevedo Soares, e ao fundo caixilhos característicos do projeto de 1926 de Achilles Nacarato e Cesar Marchisio.

Figura 35 - A professora Neide Gaudenci de Sá na escadaria do prédio de 1911, com lateral para o prédio de 1930, em 1963



Fonte: Arquivo pessoal Neide Gaudenci de Sá, em 2016. (CARVALHO, 2017)

Outro depoimento, coletado por Carvalho (2013) apresentou a ex-aluna Arcelina Ribeiro, que se formou no curso de Auxiliares em Alimentação em 1950. Ela nasceu em São Paulo em 1928, filha de pais portugueses. Era moradora do bairro do Brás, em uma travessa da Rua do Hipódromo. Na Escola Profissional ela relatou que cursava dois meses cada disciplina: corte e costura, bordados, flores e chapéus, desenho e pintura e cerâmica e depois escolhia qual delas seguir. Na sequência, Arcelina seguiu para o curso de Mestría ou aperfeiçoamento, quando se

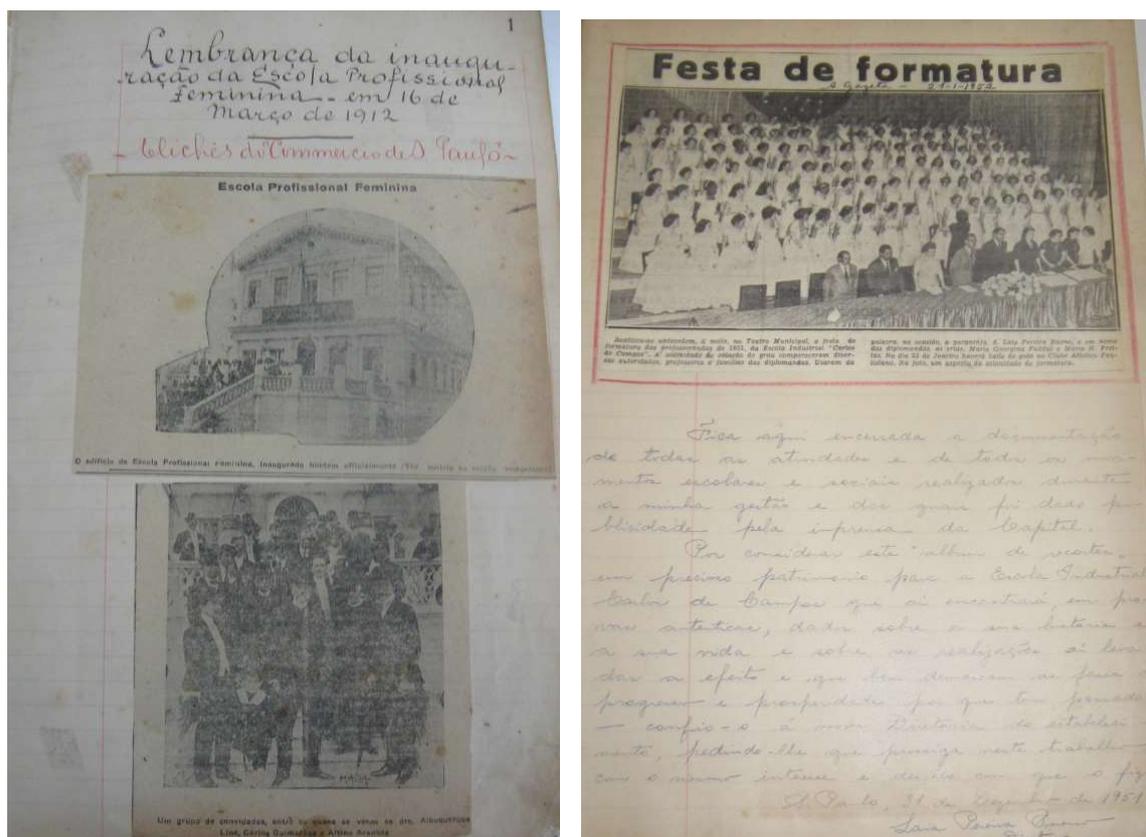
aprofundou em Desenho e Pintura o que lhe permitia ser professora em escolas profissionais e ginásios (CARVALHO, 2013, p.243).

Outra dedicada professora de tecnologia era Maria Vitorina de Freitas, com atuação na escola entre os anos 40 e 50. Ela foi responsável por ações significativas como a estruturação de um livro (1948) que detalhava os cursos ministrados relacionados a artes e ofícios femininos e pela montagem de espaços para exposições relacionadas a esse conteúdo.

Essas são algumas histórias das primeiras alunas que se tornaram professoras de ensino especializado, ou seja, diferentemente das Escolas Normais que formavam professoras para o ensino propedêutico, desde o final do século XIX, as primeiras mulheres paulistas diplomadas para lecionar no ensino profissionalizante saem desta Escola incumbidas de propagar novas possibilidades de trabalho feminino.

Por último, a consagrada professora Laia Pereira Bueno exerceu a função de primeira diretora mulher da instituição nos anos de 1939 a 1953, logo após Horácio Augusto da Silveira. Ela representava a maior autoridade feminina na trajetória da Escola Profissional. Uma mulher que inspirava alunas e professoras com sua elegância, eficiência, competência, polidez e a forma como conduzia assuntos escolares. Segundo levantamento com alunas realizado por Oliveira (1992), Laia mantinha a escola limpa, era firme, contava com mestras competentes e prezava por manter cursos prósperos. Exemplo dessa dedicação à Escola é o riquíssimo e promissor trabalho que deixou como legado histórico: um álbum de recortes que reúne reportagens relacionadas a instituição que vão desde 1912 até eventos do ano de 1951, com a reportagem da festa de formatura daquele ano. Ela deixou um legado de sua atuação através deste álbum de recortes que reúne importantes eventos que documentam a trajetória da escola no contexto de acontecimentos da cidade. Trata-se de um exemplar que serviu de embasamento para este e outros trabalhos de pesquisa da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos.

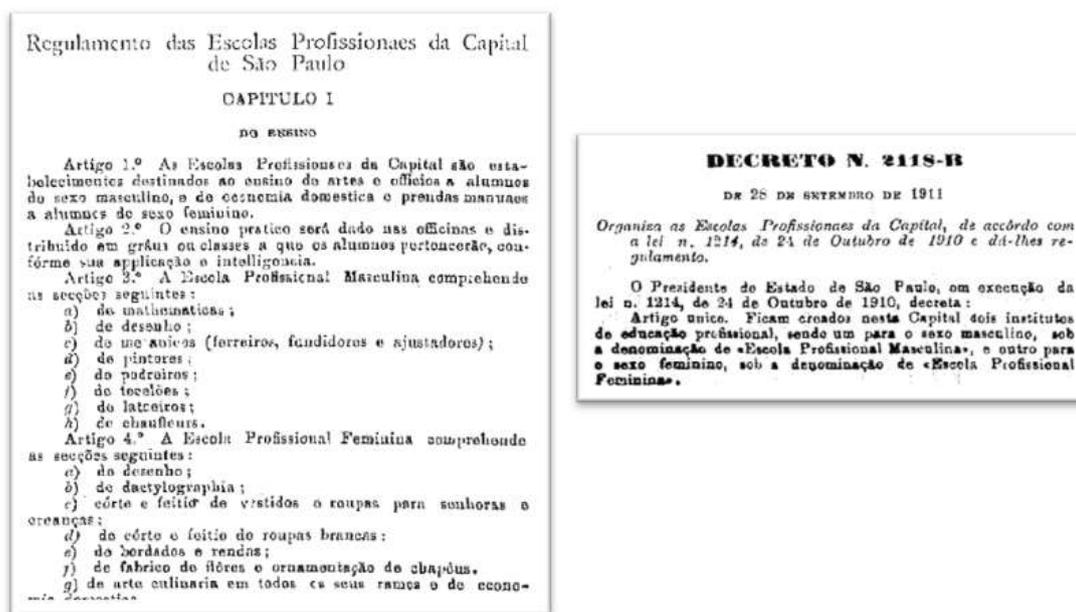
Figura 36 - Livro de recortes elaborado pela Diretora Laia Pereira Bueno - 1951



Fonte: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/livros/carloscampos/albumderecortes.pdf>. Acesso em: 26/04/2021

Sobre os cursos que eram ministrados nesta escola, através de seu instrumento de criação, o decreto N.2118-B, de 28/09/1911, ocorre a inauguração da então chamada Escola Profissional Feminina da Capital com as seguintes formações, vistas nessa época como essencialmente femininas: datilografia (comercial), desenho, feitiço de roupas para senhoras e crianças (industrial), bordados e rendas, fabrico de flores e ornamentação de chapéus, arte culinária e economia doméstica. Segundo descrito no decreto, para o sexo masculino estava destinado o ensino das artes e ofícios e, ao sexo feminino, economia doméstica e prendas manuais.

Figura 37 - Trechos do decreto que estabelece a abertura da escola em 1911



Fonte: Diário Oficial

<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19111105&Caderno=Diario%20Oficial&NumeroPagina=4216>

Confecção de flores e chapéus, costura, pontos de meia e todos os trabalhos de agulha, cozinha e prendas domésticas seriam tarefas próprias da condição de órfãs. Para mulheres que haviam perdido seus maridos, a costura por encomenda era uma atividade de subsistência para sua condição (BARRETO, 2007, p. 41, 93). Portanto o trabalho manual ou de agulha estava vinculado às mulheres, enquanto gênero de menor importância e principalmente àquelas mais pobres. A atribuição feminina a atividades do espaço doméstico assumia esse caráter com vínculo manual, enquanto associado a ações de limpeza, manutenção do lar e cozinha. Entretanto, no início do século XX, o curso de economia doméstica assumia um grau científico com trabalhos como o de Frederick (1912), ao pesquisar eficiência doméstica e associar o trabalho na cozinha à linha de produção.

A burguesia ainda enxergava como importante o ensino da economia doméstica às mulheres com o intuito de auxiliar no bom funcionamento das casas proletárias, evitando assim o desperdício e proporcionando a boa alimentação ao trabalhador. Além disso, a indústria têxtil começava a enxergar essas mulheres que já trabalhavam com a costura doméstica ou mesmo por encomenda, como mão de obra já capacitada e barata para confecções de maior porte e que abasteceriam o mercado da moda.

A professora Maria Vitoria de Freitas lecionou nessa escola quando era chamada de Escola Industrial Carlos de Campos na década de 1940. Ela escreveu o livro “Tecnologia: Artes e Ofícios” no ano de 1947, um manual de referência para o conteúdo profissional que é lecionado nessa Escola. O assunto principal do livro é relacionado à tecelagem: histórico dos trajés, tipos de fibras e fabricação de tecidos, corte e costura e noções gerais sobre o ofício de costureira. Outros assuntos de interesse das aulas e relacionados ao tratamento de tecidos são rendas, bordados, tapeçaria, fiação, flores e chapéus. Cerca de 70% do livro discorre sobre tópicos relacionados à tecelagem e afins e ao final desse manual faz pequenas considerações sobre a economia doméstica, higiene do trabalho e trabalho industrializado, incluindo o ensino da ética.

Em Paris, como visto anteriormente, as *Écoles Professionnelles* de Elisa Lémonnier do final do século XIX ofereciam como principal curso o desenvolvimento do ofício junto às máquinas de costura. Era um período de renovação da alta costura, que se fundia à maneira de fabricação industrial. Em São Paulo a indústria têxtil empregava em sua grande maioria mulheres e muitas alunas dessas escolas serviriam de mão de obra para atender a esse crescente mercado. Na Escola Profissional Feminina, considerando os cursos do decreto de abertura da instituição, metade deles poderiam atender a indústria da moda ou têxtil, um setor de crescimento significativo. (corte e feitura de roupas para senhoras e crianças, corte e feitura de roupas brancas, fabricação de flores e ornamentação de chapéus - figura 37).

As alunas trabalhavam com costura em suas casas com encomendas, em pequenas oficinas, ateliês de moda de médio porte com roupas sob medida. Eram contratadas por fábricas de roupas e oficinas de grande produção que abasteciam para a Mappin Stores e S.A. Fábrica Paulista de Roupas Brancas, que produzia roupas para homens (CARVALHO, 2013, p. 73, 74). A Mappin Stores era uma grande loja de departamentos que foi fundada em São Paulo no mesmo período da Escola, em 1913, e tinha como especialidade vender roupas femininas e infantis, produtos de armarinhos para elite paulistana. Há indícios, conforme levanta Carvalho (2013), de que alunas da Escola Profissional Feminina tenham trabalhado no abastecimento para a área de confecção do Mappin. Outro exemplo de loja inaugurada nesse período e que pode ter dado suporte ao tipo de especialização

que a escola fornecia são as Casas Pernambucanas, com primeira localização na Praça da Sé. Era um negócio de produtos têxteis, de cama, mesa e banho, além de vestuário feminino, em expansão graças ao mercado consumidor que se formava, principalmente configurando e possivelmente caracterizando as aglomerações urbanas que se formavam. Tornou-se rapidamente uma rede de loja, espalhada pelo interior de São Paulo, em cidades como Sorocaba, Tatuí e Jaú, o que demonstra o crescimento desse mercado e pertinência dos cursos oferecidos pela Escola ao público feminino.

As costureiras geralmente copiavam as tendências de moda criadas na França. Os moldes e ideias chegavam no Brasil através de revistas francesas, esse fato é confirmado pela existência de livros com figuras de moda francesa de 1911 no Centro de Memória da Escola Profissional Feminina (BARRETO, 2007, p. 160).

Figura 38 - Modelos de revistas francesas utilizados como inspiração para a produção de vestuários femininos



Fonte: (BARRETO, 2007, p. 161)

As alunas e professoras eram fortemente influenciadas pela estética de moldes que vinham da França, a moda atravessava o Atlântico e era contextualizada em assuntos de aula e na maneira de se portar de alunas. Uma demonstração disso é a foto de um álbum da Escola Profissional Carlos de Campos no final dos anos 1920 que mostra uma aula do curso de chapéus onde é possível observar que boa parte das alunas (senão todas) utilizava o corte “La garçonne”, com fios na altura do centro do rosto, usado pela Madame Charlotte Revil (FREITAS, 1948, p.739), enquanto aprendiam a fabricar um chapéu modelo Cloche, sino em francês dado seu formato, criado pela francesa Caroline Reboux.

Figura 39 - Aula do curso de chapéus da Escola Profissional Carlos de Campos



Fonte: Álbum fotográfico da III Conferência Nacional da Educação (7-9-1929)

No livro de Freitas (1948) o capítulo que expõe a história dos trajés deixa clara a inspiração francesa pelas moças que desejavam vestir-se bem, mas já aponta para a transição de um direcionamento para o perfil estadunidense que acontecia naqueles anos:

Paris ditava a moda para o mundo feminino, inclusive para nossas avós, pois toda a mulher brasileira que se ufanasse de vestir bem, guiava-se pelos figurinos e modelos importados da França. (...) De 1870 a 1940 a moda continuou a ser ditada por Paris, embora outros tentassem usurpar-lhe o direito. (...) Mais tarde antes da guerra os Estados Unidos tentaram quebrar a predominância da França, mas foi em vão; só quando começaram os primeiros rumores de guerra, é que valendo-se de seus recursos inesgotáveis, principalmente do cinema e jornais, eles conseguiram firmar a “moda Americana” para isto muito incluiu a sua simplicidade, comodidade, elegância e fácil aquisição. (FREITAS, 1948, p. 291, 296)

No início não era apenas ao ensino de ofícios relacionados à indústria têxtil que a Escola Profissional Feminina oferecia. Sobre os cursos oferecidos por esse modelo de escola havia uma divisão em três áreas: de Ofícios e Artes (Industrial), Doméstico e o Comercial. O curso de **Ofícios e Artes ou Industrial**, compreendia: costura e confecções, chapéus, rendas e bordados, Flores; o **Curso Doméstico** tinha como objetivo a especialização em trabalhos de cozinha, lavagem e engomagem de roupas; o **Curso Comercial** compreendia contabilidade, datilografia e estenografia (FONSECA, 1961, p. 240). A Escola Profissional

Feminina possuía todos esses cursos, exceto o curso de estenografia, presente nas escolas femininas do Rio de Janeiro.

Mas os cursos não foram bem delimitados desde o início, a discussão sobre quais deveriam ser oferecidos às mulheres foi alvo de polêmica, com a formação de duas correntes: os que achavam que a mulher deveria se dedicar mais intensamente aos cursos domésticos e os que defendiam a especialização de tarefas fora do lar. Vincula-se aos cursos da escola principalmente a confecção de artefatos utilizados dentro dos domicílios, já que a mulher era vista como uma extensão da própria casa e deveria ter conhecimento sobre os trabalhos manuais, independentemente de seu status social.

Se não era possível adquirir peças bordadas no exterior, podia se obtê-las no mercado nacional. Peças com rendas legítimas podiam ser mescladas com rendas industrializadas. Quem não tinha talento, mas dinheiro podia comprá-las em vez de fazê-las, quem não tinha dinheiro nem tempo podia adquirir um similar totalmente industrializado. Às mulheres que não podiam ostentar o melhor produto restava o consolo de conhecê-lo profundamente, afinando a percepção e o gosto para distinguir os diferentes pontos, estilos, procedências e principalmente, saber separar a peça legítima da imitação. (CARVALHO, 2020, p.76)

Na Escola Profissional Feminina as alunas, filhas de operários, aprenderiam o ofício de fabricação desses artefatos para reproduzi-los em maior escala e misturando ou substituindo materiais para torná-los acessíveis à realidade de um maior número de mulheres. Um olhar mais atento, com o suporte de referências internacionais que a Escola trazia com revistas, permitir-lhes-ia distinguir artefatos de peças mais nobres.

Aprígio Gonzaga, diretor da Escola Profissional Masculina entre 1911 e 1934 foi um dos que criticou o direcionamento de ensino nas Escolas de Mulheres, baseado apenas na mão de obra para o trabalho industrial. Segundo ele, a mulher não deveria descuidar-se, de uma formação voltada para que fosse boas donas de casa e mães, voltada para o ambiente privado (BARRETO, 2007, p.118). Aprígio escreveu texto sobre a “Finalidade da Educação Feminina” para sessão do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1920. Ele iniciou sua reflexão dando como exemplo um “lar modelo” que certa vez visitou e ficou impressionado. De vida patriarcal, a casa não tinha criados e as falantes filhas do sr. Martins, além de tocar piano, eram as responsáveis pelos tecidos de todas as colchas e toalhas da casa. “Por que às moças não se dá uma educação como vi nesses lares, onde a mulher

– mãe, esposa, filha, irmã – é o amparo, o anjo benfeitor, fonte de toda alegria e felicidade, que é possível encontrar na vida?”. (GONZAGA, in Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920, p.382)

Neste texto, Aprígio defendia que a escola profissional para artes e ofícios da mulher deveria chamar-se “Escola de Educação Doméstica e Profissional”, com a finalidade de “preparar a dona de casa e dar-lhe uma profissão e não formar operárias em detrimento de sua missão social.” Através de uma visão biologicamente determinista, defendia que a função da mulher deve estar voltada para a “educação dos filhos, orientação do esposo, governo do lar e preparação dos cidadãos para a pátria.” Aprígio não descartara a necessidade de a mulher contribuir com seu trabalho para a riqueza do país e sustento no lar, mas enxergava como uma função secundária. Para ele, o trabalho como operária serviria para aquelas mulheres que não fossem casadas, sem cuidados dos pais que não as prepararam adequadamente (para o casamento?). Para as mulheres ricas, os pais se imbuiriam de dar-lhes educação de salão (piano, canto, esporte etc.) e para a classe pobre, a escola profissional lhes daria um direcionamento, através da “ciência do lar”. (GONZAGA, in Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920, p.384)

Sobre o papel da mulher na sociedade, Aprígio apontou a mulher como aliada do governo na função de “aparar as arestas” do homem, evitar motins sociais ao impedir problemas caseiros, já que, ao conhecer a economia doméstica, direcionaria de forma eficaz o salário do marido, evitando desperdício no lar. Dessa forma, em uma visão muito semelhante à de Micheaux (1895) ao escrever sobre as Écoles Ménagères, a mulher evitaria que seu marido pedisse aumento ao chefe e que, ao ser negado, ele fosse demitido, acabasse nas ruas e se tornasse criminoso.

Com conhecimentos de Economia Doméstica, a escola, segundo Gonzaga (1920), daria à mulher conhecimentos científicos e chega a citar em sua reflexão diversos exemplos sobre como aproveitar restos de alimentos e ossos para fortalecimento da alimentação dos filhos, gorduras para a produção de sabão, preparo de alimentos para que o marido tenha uma dieta balanceada, dentre outros exemplos que ele conferiu o nome de “ciência do lar” e ao conhecimento de química para tal finalidade. Esse curso fornecido pela escola estaria dividido em cozinha (ou

química alimentar), higiene infantil e a casa. O curso de costura para a economia doméstica estaria voltado para ensinar a aproveitar retalhos, fazer remendos e serzir, mais uma vez, de forma a evitar gastos domésticos com desnecessárias roupas novas. Sobre o cuidar da casa, atribuiu à mulher a responsabilidade de trazer a felicidade familiar ao manter o ambiente doméstico bem cuidado:

(...) o trabalhador chega em casa; o chão brilha; a toska mobília bem limpa; a mesa coberta com uma toalha bem alva, de pano de sacco, onde a esposa abriu uma franja bem larga, desfiando-a, fazendo caprichosas aranhas. (...) Por toda parte, ordem e asseio. A esposa trajando um vestido limpo; os filhos penteados, tudo indicando o asseio e o capricho, que só a mão da mulher sabe dar.

O homem repara e deixa-se ficar. Sente-se bem; agrada a esposa; ralha daquele "luxo", como ele diz; mas, no íntimo do coração, agradece aquele desvello. (...)

Às escolas domésticas profissionais cabe a mais bela iniciativa brasileira – a redempção da mulher. (GONZAGA, in Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920, p.390; 393)

Em oposição a essas ideias, o relatório de 1922 do diretor da Escola Profissional Feminina, o Professor João Lourenço Rodrigues trouxe um olhar voltado para o real desejo das meninas com base no número de matrículas que cada curso recebia. Segundo ele, para esse tipo de ensino, existia o Seminário das Educandas. (SALVETTI, 2011, p. 233, 235)

(...) Mesmo havendo uma corrente que defende a formação profissional para as mulheres com a finalidade de não formar mulheres para o exercício de uma determinada profissão, mas para prepará-las para seu duplo destino de esposa e mãe, não se deve remodelar a atual escola profissional feminina dando-lhe uma organização análoga a das escolas "mènageres" existentes na Europa, sobretudo na Suíça e na Bélgica. (Relatório do Diretor da Escola Profissional Feminina da Capital ano de 1922 in SALVETTI, p.235)

O número de inscrições na Escola Profissional Feminina no início dos anos 1920 era crescente, como demonstrado anteriormente (Gráfico 1). O diretor João Lourenço reportou esse crescimento de interessadas com indiferença pelo curso de economia doméstica, demonstrando ambições femininas fora do ambiente do lar. Segundo levantado por Salvetti (2011) neste relatório o diretor precisou determinar a obrigatoriedade de presença em disciplinas do curso. As alunas evitavam as aulas de culinária pelo motivo de sujar as mãos e as mestras reclamavam não terem condições de se dedicarem ao ensino de costura e bordado na sequência sem danificar o trabalho (SALVETTI, 2011, p.233).

A direção seguinte da escola, também masculina, foi a do Professor Horácio Augusto da Silveira que atuou entre 1923 e 1939. Para ele era importante que os cursos fossem direcionados para a qualificação de mão de obra feminina fabril para que elas pudessem conquistar independência e conseguir recursos financeiros por si mesmas. A Economia Doméstica seria uma segunda vertente, inclusive com menor número de interessadas e não deveria ser incluído “no grupo das aulas essenciais”. A intenção era ampliar as atividades de oficinas para qualificar o maior número possível de interessadas (BARRETO, 2007, p.118).

Em Relatório dos Trabalhos Escolares em 1924, o diretor Horácio Augusto da Silveira explicou que a Escola Doméstica e a Escola Profissional eram duas instituições inteiramente distintas. Com 13 anos em funcionamento e sendo a escola como do tipo Profissional e não Doméstica ele acreditava que a ampla aceitação do seu modelo era um indício de que com a introdução dos ramos da Economia Doméstica que seriam arte culinária, lavagem, engomagem como disciplinas obrigatórias, a escola sofreria um golpe nas matrículas. Acreditava que o curso de Economia Doméstica deveria ser independente e não associado aos cursos profissionais e sugeriu inclusive que o Estado contratasse professoras das Écoles Ménageres na Bélgica e Suíça para ministrar aulas (SILVEIRA, 1924, p.11). O curso profissional tinha ampla procura do proletariado que buscava na Escola instrução técnica para suas filhas, o diretor Horácio Augusto da Silveira sugeriu a instalação de vertentes do curso de Economia Doméstica para a formação de cozinheiras e copeiras, que teriam adesão de “filhas de domésticas”, oferecendo um título de recomendação para moças pobres sem outra habilitação para ganhar a vida, em ocasião do que ele chamou de “crise da criadagem” (SILVEIRA, 1924, p.12).

Nem a sociedade reconhecia e valorizava o saber fazer doméstico construído nas vivências familiares, sendo as atividades e os afazeres de dona de casa e mãe de família encarados como habilidades que as moças adquiriam naturalmente em casa, passando de geração a geração de forma empírica. As meninas não tinham interesse nesse tipo de estudo e preferiram buscar a habilitação em ofícios que garantissem uma remuneração. Essa procura por cursos vinculados a um ofício que pudesse oferecer independência financeira coincidiu com um cenário de fortalecimento do movimento feminista, sufrágio, conquista do

voto feminino em 1920 nos Estados Unidos, Semana de Arte Moderna, eventos que criavam uma ruptura nas mentalidades. Aquelas meninas puderam vislumbrar um futuro de maior reconhecimento de suas capacidades intelectuais como forma de contribuição para a sociedade.

A discussão sobre a função da mulher e os cursos que a Escola Profissional Feminina deveria oferecer era polêmica, pendendo entre a Economia Doméstica fortalecido na era Vargas e com a ideia da mulher dentro do lar como gestora da casa e responsável pela criação dos filhos, e o surgimento de cursos como o de auxiliares de alimentação e dietistas, derivado do trabalho dentro do lar, mas que abre novas possibilidades de ocupação feminina fora do âmbito doméstico.

4.3 Da ocupação do antigo Colégio Azevedo Soares às deficiências do edifício chalé

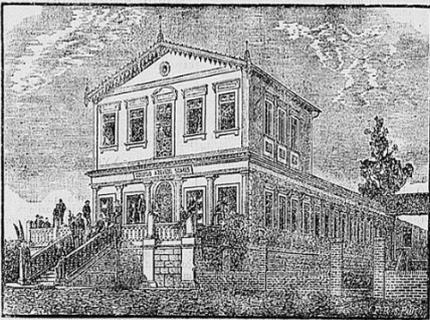
A primeira implantação da Escola Profissional Feminina com sua inauguração em 1911 ocorreu em uma edificação existente no Brás e a ocupação da escola se deu por 65 anos, até o ano de 1976. Antes já havia funcionado no mesmo endereço o Colégio Azevedo Soares, um internato para meninos, que ocupou o imóvel por um ano durante 1887. Sabemos, portanto, que essa edificação permaneceu construída por no mínimo 89 anos.

Para aprofundar a compreensão sobre a arquitetura da escola em seus primeiros anos, resgatamos o histórico do Colégio Azevedo Soares, instituição cuja ocupação se deu no mesmo local e pôde ser confirmada por um anúncio. Fundado em 1880 por Joaquim José de Azevedo Soares, esse colégio iniciou suas atividades na cidade de Petrópolis-RJ, mudou-se para a capital paulista onde foi abrigado por diversos endereços como Rua da Glória, que apresentou espaço insuficiente para as necessidades da escola e em seguida foi transferido para a Rua Monsenhor Andrade, 38, objeto desse estudo. Permaneceu por apenas um ano até seguir para a Rua Senador Queiroz, 20.

O sistema de numeração da cidade de São Paulo sofreu alteração nas primeiras décadas do século XX e o número do imóvel passou de 38 para o 798, permanecendo no mesmo endereço desde a inauguração. Apesar de ter funcionado nesse prédio por apenas um ano, um anúncio abaixo mostra

informações valiosas sobre os cursos e notáveis mestres que ali trabalhavam, bem como uma litografia da fachada do imóvel, a primeira imagem encontrada da edificação e que possibilitou a análise espacial e do estilo arquitetônico (NASCIMENTO, 2014).

Figura 40 - Anúncio do colégio Azevedo Soares



Collegio Azevedo Soares
Internato para meninos
 38—Rua do Monsenhor Andrade—38

O collegio Azevedo Soares toma a seu cargo a educação physica, moral e intellectual dos alumnos que lhe forem confiados, desde a instrução primaria até habilital-os para a matricula em qualquer academia do imperio.

Reabriram-se as aulas e acham-se funcionando com toda a regularidade.

As pensões devem ser pagas, por trimestre adiantado, pela tabella seguinte:

		AULAS FACULTATIVAS
Pensionista	130\$000	
Semi-pensionista	80\$000	Musica Instrumental 24\$000
Lavagem de roupa	20\$000	Piano 24\$000
Materiaes	30\$000	Desenho 24\$000

O pensionista pagará por uma só vez, no acto da entrada, a joia de 40\$000.

O trimestre será contado do dia em que entrar o alumno, e uma vez começado, considera-se vencido e deverá ser pago integralmente, ainda que o alumno esteja em férias, ou tenha faltado as aulas por qualquer motivo.

Melhores informações serão ministradas no proprio collegio ou, por especial favor, pelos exmos. srs. dr. Marcos de Oliveira Arruda, dr. João Ribeiro de Almeida Netto, dr. Clementino de Souza Castro, dr. João Pedro da Veiga Filho, José Eduardo de Macedo Soares e Emilio Rangel Pestana.

Os prospectos distribuem-se no collegio que pode ser visitado a qualquer hora.

30 13 O Director Joaquim José de Aguiar Soares

Fonte: (NASCIMENTO, 2014)

O referido prédio, construído antes do ano 1887, representou um exemplar do típico chalé paulistano, um estilo de construção de subúrbio comumente construído no final do século XIX. O chalé oitocentista teve referências nos chalés de duas águas suíço, porém foi remodelado pelos ingleses que com o desenvolvimento do ecletismo introduziram ornamentos à versão rústica original. Além das duas águas, foram embutidos nesses modelos de chalés o uso de lambrequins ou um ornamento em madeira rendilhada e decorativa nos beirais do telhado e os pináculos, elementos verticais instalados nas extremidades da cobertura. Na fachada esses telhados formavam oitões que passaram a ser ornamentados com óculos para a ventilação entre telhado e teto ou arranjos fitomórficos. Em geral eram construções implantadas no centro do lote e deveriam dispor de área para que jardins pudessem cercar o prédio, completando sua composição nostálgica (CAMPOS, 2008).

Fruto do Romantismo do século XIX, e muito popular no último terço do oitocentismo, o chalé assumiu alto valor simbólico - embora de significado ambíguo, por estar ligado tanto à noção de uma idealizada vida campestre, quanto à de modernidade técnica, que então se introduzia em São Paulo. Popularizou-se em razão da facilidade de importação de material de construção industrializado e expandiu-se durante a onda construtiva que atingiu a capital paulista a partir do ano de 1875. (...) na segunda metade do século XIX, esses exemplares se espalharam pelos subúrbios das modernas cidades estrangeiras, sempre associados aos mais diferentes estilos historicistas catalogados pelas academias, graças às facilidades oferecidas em virtude da fabricação industrializada de muitos de seus elementos construtivos. (CAMPOS, 2008)

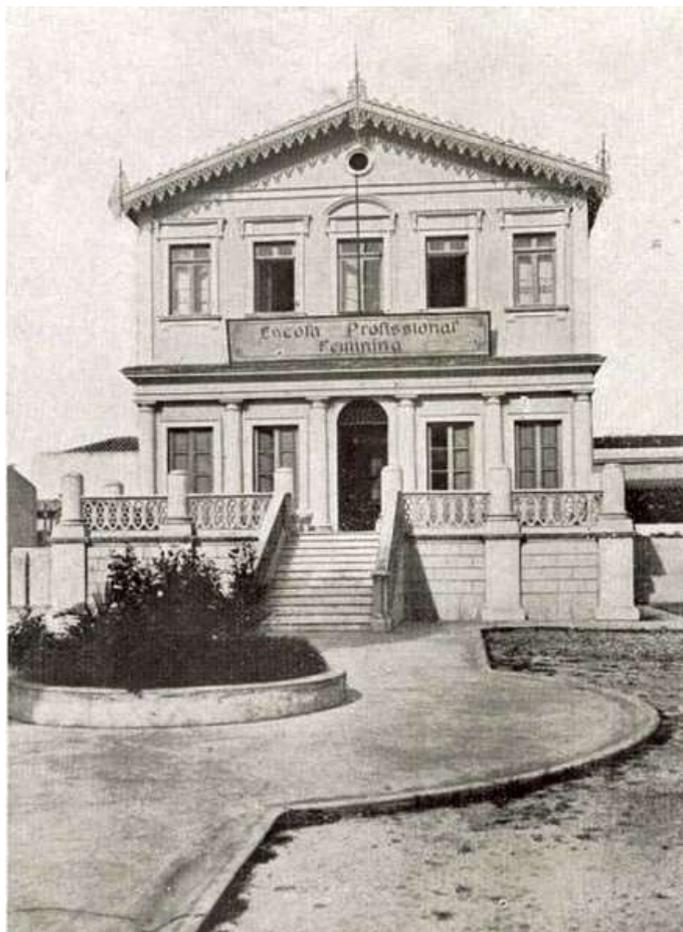
Em São Paulo, segundo levantado por Campos (2008), os chalés surgiram pela influência de engenheiros ingleses que trabalhavam na estrada de ferro de Santos-Jundiaí (1860-1867). O chalé que abrigou a Escola Profissional Feminina por tantos anos, pode ter relação com os ingleses que participaram da construção da estação da Luz e da linha férrea (1867). Além de sua existência coincidir com o período de influência dos chalés paulistanos, ficava localizado na Rua Monsenhor Andrade, perto de armazéns da ferrovia e há poucos metros de onde esse logradouro foi cortado pela linha férrea.

Figura 41 - Relação da quadra de implantação da Escola Profissional Feminina com a ferrovia que corta a rua Monsenhor Andrade, os armazéns ferroviários e a Estação da Luz



Fonte: Recorte e tratamento da autora sobre mapa da cidade de São Paulo de 1913

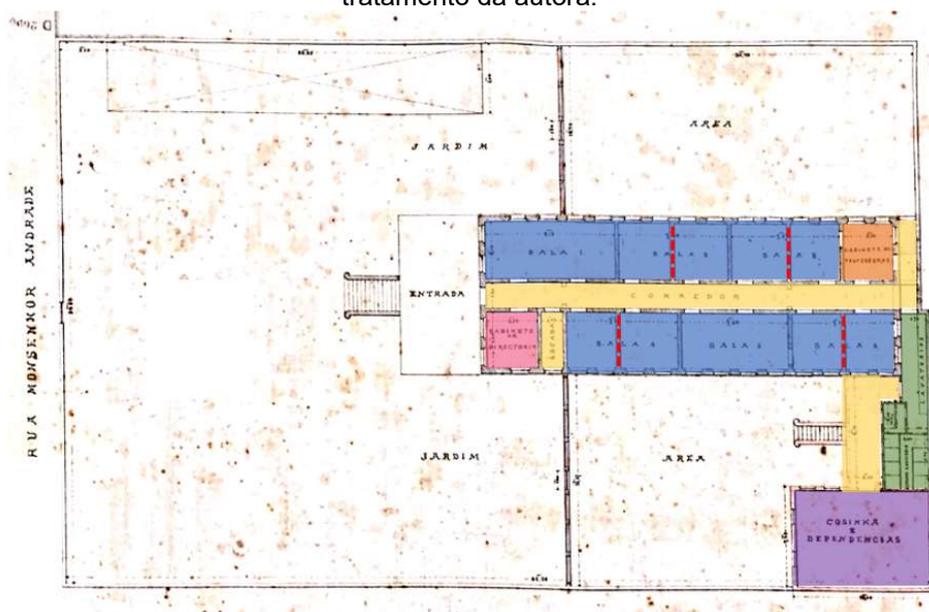
Figura 42 - Escola Profissional Feminina em 1915



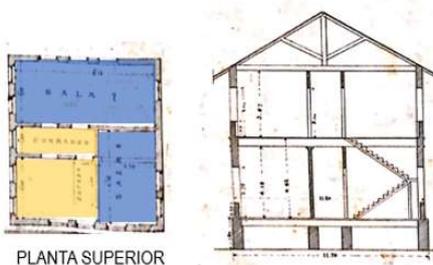
Fonte: <http://www.ibamendes.com/2011/12/fotos-de-escolas-antigas-viii.html>
Acesso em: 26/04/2021

O chalé da Escola Profissional Feminina possuía dois pavimentos sobre porão. Era composto de telhado de duas águas, lambrequins que circunscreviam o beiral, pináculos nas extremidades da cobertura, conferindo um efeito de verticalidade ao prédio. A cobertura resultava uma fachada com frontão com óculo para a ventilação entre telhado e teto, além de ornamentação com frisos, colunatas no pavimento térreo e janelas emolduradas. Uma escadaria no eixo de acesso ajudava a vencer o desnível do porão e criava um terraço protegido por balaústres. O acesso possuía um jardim circular e calçada que acompanhavam esse eixo e indicava mais uma característica do modelo de construção, que era a preocupação paisagística com o entorno. Era uma composição em edifício simples, mas que representava o ecletismo que estava por se fortalecer no início do século XX na cidade de São Paulo.

Figura 43 - Planta e corte do edifício escolhido para a Escola Profissional Feminina em 1911 com tratamento da autora.



PLANTA TÉRREO



LEGENDA

- SALAS DE AULA (8)
- CIRCULAÇÃO/ ESCADA
- DIRETORIA
- PROFESSORES
- COZINHA
- SANITÁRIOS/ LAVATÓRIOS
- DEMOLIÇÃO PARA SALAS

Fonte: Centro de Memória da ETEC Carlos de Campos

Figura 44 - Vista geral do edifício em publicação da ocasião em que a escola foi inaugurada



Fonte: (BUENO, 1951)

Figura 45- Alunas do 1o. ano de Confeções com a professora d. Henriqueta Caldas em frente ao acesso da Escola



Fonte: Revista A Cigarra, no. XIX, 1915

A implantação do chalé foi feita no centro do terreno e o térreo dispunha de uma área maior do que o pavimento superior e uma extensão ao sul do lote onde estavam dispostos cozinha e sanitários. Pelas dimensões das salas e da cozinha o prédio pode ter sido construído para abrigar uma pensão com moradores transitórios, no caso os imigrantes que chegavam pela estação e fazia deste bairro e arredores lugares intermediários até que encontrassem um destino para trabalhar e morar. A publicidade do Colégio Azevedo Soares já anunciava o regime de pensão ou semi-pensão com lavagem de roupas associado ao ensino situação comum para os alunos que desejassem morar nas instalações.

Os projetos referentes a este edifício foram encontrados no Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos e datam de 1911. Em um deles é possível identificar as demolições necessárias em algumas paredes para a configuração de 8 salas de aula com dimensões de cerca de 7,60X4,10m (figura 44). Um corredor central fazia a distribuição entre todas as salas do térreo, inclusive uma sala de diretoria, na frente da escola configurando a vigilância daqueles que adentavam a escola e uma sala de professores ao fundo onde existia outro acesso, posição que ajudaria a controlar a circulação de alunas no outro extremo do prédio.

Observamos alguns pontos nos Regulamentos Disciplinares de 1911 da Escola Profissional Feminina destinados a alunas e professoras que evidenciam a

rigidez no comportamento exigida pela Escola tanto de alunas quanto de professoras, o que pode justificar a posição da Diretoria no acesso e da Sala de Professoras ao final de um corredor que interligava os ateliês ao acesso dos sanitários e áreas externas. Era função das professoras acompanhar a circulação de alunas desde a entrada, momento de fluxo até o recreio e posteriormente até a saída de forma a garantir a ordem e disciplina. Foram destacados abaixo itens relevantes do regulamento para a compreensão dessa dinâmica de circulações nos períodos escolares, a relação com o espaço e como os setores foram distribuídos em uma edificação pré-existente:

13 – Durante o recreio as alunas podem conservar-se nas respectivas oficinas, não lhes sendo permitida a permanência nos corredores ou em outras oficinas que não a sua.

As alunas não podem sob pretexto algum entrar em officina que não a sua, quer durante as horas de trabalho, quer antes do início das aulas ou durante o recreio. (...)

16 – Durante as horas de funcionamento das oficinas é absolutamente proibido as alunas reunirem-se nos lavatórios, corredores ou qualquer ponto da Escola. (Diretoria da E. P. Fem 12-12-1911 apud OLIVEIRA, 1992, p. 186)

E para as professoras:

5 – As senhoras professoras devem acompanhar as alunas das respectivas oficinas até o recreio, assim como devem recebê-las após o recreio e acompanhá-las até a classe ou oficinas. Ao terminarem os trabalhos diários as senhoras professoras devem acompanhar as alunas até a escada de saída do terraço exterior, a fim de zelar pela disciplina e boa ordem de saída. (Diretoria da E. P. Fem 12-12-1911 apud OLIVEIRA, 1992, p. 187, 188)

Através do Regulamento, observa-se que o cotidiano das alunas na Escola era regido por controle e vigilância constantes, de maneira muito parecida com o que se instituíra nas fábricas da época. Assim como nas fábricas, o Regulamento ainda estabelecia limite de vezes que as alunas poderiam retirar-se da sala de aula ou ateliê, não podendo fazê-lo sem a autorização da professora. Além da formação profissional, Escola Profissional Feminina buscava uma formação moral e um direcionamento para a construção de operárias com postura direcionada para a obediência aos superiores, dessa forma os olhares vigilantes sobre circulações e área comuns também dependiam de uma distribuição estratégica para professoras e diretor.

Nos anos que prosseguem de sua inauguração, a procura por vaga na escola teve um considerável crescimento. Duas reportagens expressivas em revistas populares entre as meninas daquele período possivelmente contribuíram

para o avanço no número de matrículas da Escola Profissional Feminina na década de 1910, como apontam os gráficos das figuras 23 e 24. A primeira delas foi publicada na Revista “A Cigarra” em 25 de março de 1915 e introduziu o tema comentando sobre a difícil tarefa do operário na escolha da profissão de seus filhos, o que seria um último ato de autoridade paterna. Os institutos profissionais ajudariam a revelar nesses aprendizes aptidões que os tornariam operários hábeis e completos evitando que se tornassem más influências. Sobre o ensino profissional feminino a reportagem elogia o Governo do Estado de São Paulo no sentido de sua ação ao subtrair as jovens aprendizes operárias da “funesta influência de oficinas comuns”, lugares onde poderiam ser atraídas por ideias contrárias às condições de trabalho. A publicação ainda revela a função dupla que se esperava da mulher com a importância da Escola na formação consistente de operárias ao mesmo tempo que ajudaria na escolha de uma vocação que elas pudessem exercer no ambiente do lar. Após formadas as alunas trabalhavam em oficinas comuns ou particularmente.

Não basta preparar operárias hábeis— é necessário formar mães de família capazes de zelar pela educação de seus filhos. A operária que a Escola Profissional prepara não é uma machina de trabalho. A organização da Escola inspira-se neste princípio: — o valor do trabalho aumenta à medida que se eleva o nível moral e intelectual da operária. (REVISTA A CIGARRA, no. XIX, 1915)

A Revista se refere constantemente às alunas como operárias que ao passarem pela Escola representariam uma geração regenerada pelo trabalho, ao contrário dos chamados “degenerados”, ou seja, operários cuja integridade estaria corrompida e que representavam problemas ao empresariado. Além de apresentar aspectos gerais sobre a diferente proposta da instituição, as 8 páginas da reportagem trouxeram imagens reveladoras sobre alunas, professoras, as disciplinas e os ambientes externos e internos da Escola Profissional Feminina. A seguir foram selecionadas fotos das oficinas de Lingerie, Confecções, Rendas e Bordados, Flores e Chapéus e o primeiro ponto que se percebe em comum em todas elas é a grande quantidade de alunas ocupando espaços restritos para o desenvolvimento dos trabalhos manuais. Nas duas primeiras fotos não fica clara uma lógica na disposição de mesas e cadeiras, alunas ficam aglomeradas em alguns pontos e elementos de trabalho como a máquina de costura e o manequim aparecem em posições dispersas. Mesas de trabalho são divididas, mas há

também aquelas alunas que desenvolvem o trabalho manual sentadas e sem o suporte da mesa.

Figura 46 - Oficina de Lingerie (2º. ano) sob a direção da professora d. Maria Antonietta Furquim



Fonte: Revista A Cigarra, no. XIX, 1915

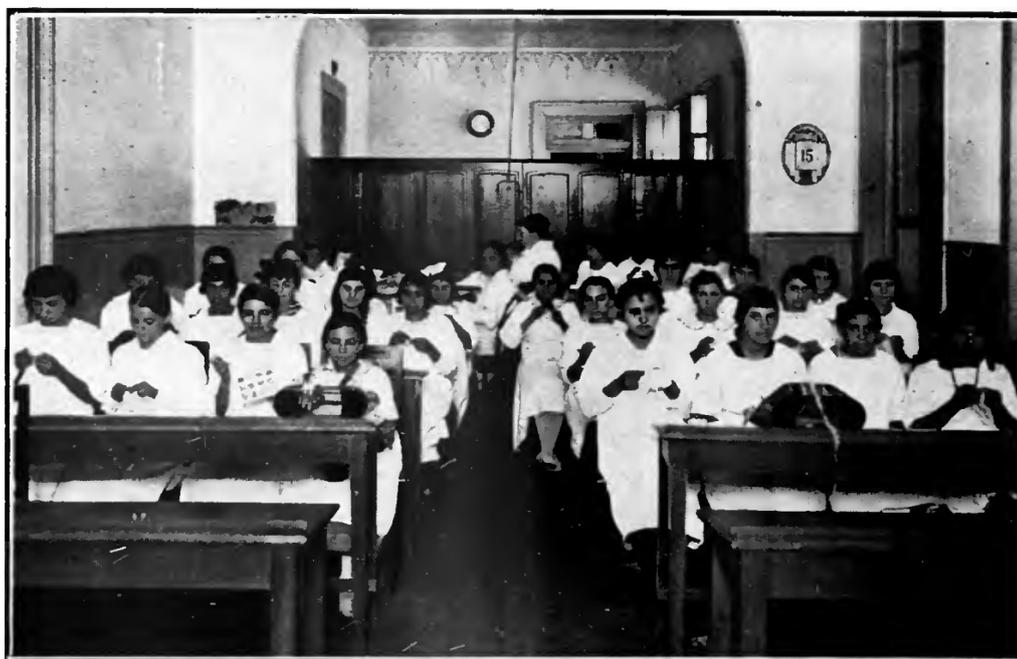
Figura 47 - Oficina de Confeccões (2º. Ano) sob a direção da professora d. Rosa de Castro Ferraz



Fonte: Revista A Cigarra, no. XIX, 1915

Nas duas próximas fotos há uma disposição mais clara dos assentos, com alunas em número de quatro para cada uma das estreitas bancadas, as salas possuíam circulação central, com grande número de meninas em uma acomodação similar ao de bancos de igrejas. As oficinas possuíam barrados nas paredes, pé direito, portas e janelas altos apesar do pouco espaço para a quantidade de alunas com evidente área insuficiente para o desenvolvimento de suas atividades, essencialmente manuais. Era comum na maioria dos ateliês o relógio e o que seria um calendário com o ano da fotografia “15”. Apenas em um desses ateliês aparece o armário de suporte às aulas. Na oficina de rendas e bordados a fotografia trouxe ainda o detalhe de uma pintura ornamentada junto ao forro, elemento decorativo possivelmente atribuído ao fato de ser uma escola feminina e a associação de arabescos e florais a esse universo. A foto mostra o ambiente de uma aula ministrada pela senhora Maria Rafaela de Paula Souza, irmã do engenheiro Antônio Francisco de Paula Sousa, um dos fundadores da Escola Politécnica.

Figura 48 - Oficina de Rendas e Bordados, sob a direção da professora d. Maria R. de Paula Souza



Fonte: Revista A Cigarra, no. XIX, 1915

Figura 49- Oficina de flores e chapéus (2º. Ano) sob a direção da professora d. Judith Silveira



Fonte: Revista A Cigarra, no. XIX, 1915

No ano de 1919 a Revista Feminina trouxe uma reportagem cujo conteúdo indicou os objetivos da Escola Profissional Feminina, os cursos disponibilizados, as necessidades expostas pelo então Diretor José Carneiro da Silva além de mais fotos dos ambientes internos da escola. A publicação apresenta como meta número um da instituição a preparação contra desvios morais e contra os crimes e em segundo lugar, o aumento do nível intelectual do operariado para que fossem desenvolvidas as faculdades de observação, reflexão e criação juntamente com a capacidade de compreensão de seus direitos e deveres sociais. O artigo informa a grande concorrência do curso de confecções, tanto que aconselha a instalação de mais uma oficina para esse curso, juntamente com o curso de datilografia e comércio, que ao contrário do que indica o decreto de inauguração da escola de 1911 não fora instalado (REVISTA FEMININA, 1919).

A Revista Feminina ainda transcreveu as medidas propostas pelo Relatório do Diretor da época, o Professor José Carneiro da Silva que indicou a importância desse modelo de ensino bem como sua ampliação. Um dos itens trazia a necessidade de construir dois pavilhões na espaçosa área em que estava o edifício da escola para que fosse possível absorver a demanda de alunas para o curso de confecções e na época, criar os cursos de datilografia e comércio.

10) construir na espaçosa área, em que está o edifício da Escola, dois pavilhões tendo quatro salas, com frente para a rua Mons. Andrade, onde poderão funcionar – a seção industrial, o curso de desenho profissional, o de dactylographia e commercio e mais uma oficina de confecções. (REVISTA FEMININA, no. 66, 1919)

A necessidade de ampliação e uso da área do terreno era clara e o diretor da Escola já vislumbrava a planta com o formato de dois pavilhões e quatro salas voltadas para a Rua Monsenhor Andrade. A implantação do curso de Economia Doméstica nesse ano de 1919 ainda não apresentava o enfoque que adquiriu quando a nova edificação foi efetivamente instalada, no final dos anos 1920, nota-se uma preocupação com a implantação de mais uma sala de confecções, que possuía alta procura e de dois cursos que poderiam levar aquelas meninas a trabalhar fora do ambiente doméstico: datilografia e comércio.

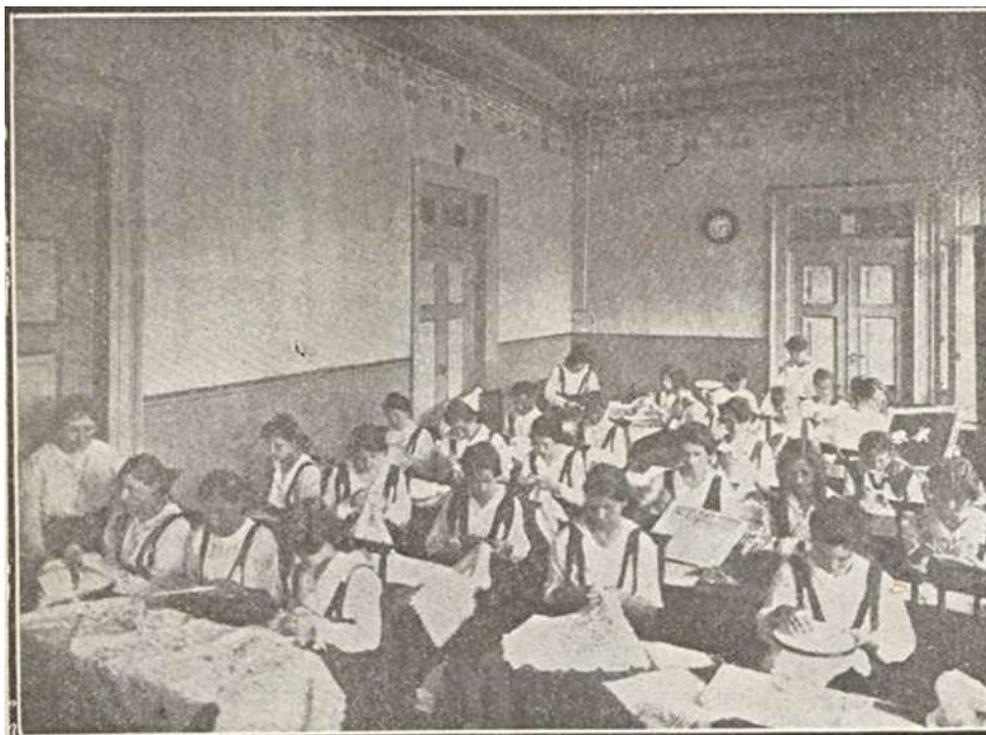
Na publicação há fotos do interior das salas de aula que reafirmam a ocupação extrema de meninas nas salas de aula. Fica evidente a pouca circulação disponível entre as mesas ou bancadas de trabalho dos ateliês. O trabalho com as mãos exigia boa iluminação desses ambientes.

Figura 50 - 3º. Ano do curso de Flores, Chapéus e trabalhos artísticos



Fonte: Revista Feminina, no. 66, 1919

Figura 51 - 3º. Ano do curso de Rendas e Bordados



Fonte: Revista Feminina, no. 66, 1919

A seguir é possível observar o ateliê do curso mais procurado na época - 1919, o de Confecções, com alunas trabalhando em máquinas de costura junto à parede interna e as demais com finalizações manuais junto às janelas. A procura por esse curso, o trabalho com a agulha e o tecido simbolizam a história do bairro do Brás, seu vínculo com as confecções e o comércio de roupas que se desenvolveu e permanece tão forte. É importante ressaltar que a via lateral da Escola é a Rua Oriente, que adquiriu uma identidade marcada pelas lojas de roupas, cuja fabricação se dá nos recônditos de edificações que abrigam as máquinas de costura, muitas vezes ainda sendo manejadas por condições de trabalho inadequadas. Uma questão de inobservância aos aspectos mínimos para a realização de atividades que parece ter sido enraizada na cultura local.

Figura 52 - 3º. Ano do curso de Confecções



Fonte: Revista Feminina, no. 66, 1919

Inadequado parece ser a palavra que assume uma semântica de normalidade ao que se relaciona não apenas ao bairro, mas também aos espaços da Escola desde sua inauguração. A próxima imagem demonstra alunas do curso de Desenho Profissional utilizando o que seria o porão da edificação, com pé-direito baixo e condições extremamente inadequadas para o abrigo das aulas.

Figura 53- Curso de Desenho Profissional



Fonte: Revista Feminina, no. 66, 1919

A confirmação do uso do porão para as aulas foi possível através da declaração que consta no Relatório do Diretor da Escola datado de 1922, o Professor João Lourenço Rodrigues. Três anos após a reportagem da Revista Feminina e com um crescente número de interessadas por vaga para estudar na Escola Profissional Feminina, ele reclama da qualidade da edificação que fora adaptada, mas que estava fora dos preceitos higienistas para edificações escolares.

Para adaptá-lo, foi preciso remover paredes, abrir portas, janelas, para melhorar as condições de arejamento e iluminação (...) havia, porém, defeitos insanáveis, sendo o principal deles a escassez do próprio prédio. Isto resultou que, com o desenvolvimento da escola, forçoso foi instalar as aulas no porão do prédio, à revelia dos preceitos mais elementares da higiene e da didática. (...) O governo de Dr Albuquerque Lins, valha a verdade, procurou suprir essa deficiência dando ao instituto a conveniente dotação de imobiliário e instrumentos de trabalho. Relatório do Diretor da Escola Profissional Feminina em 1922 (SALVETTI, 2011, p.233)

Com base nas fotos internas dos ateliês e relatos tanto em reportagens quanto em relatórios de diretores era urgente a necessidade de uma ampliação das instalações da instituição. No Relatório dos Trabalhos Escolares do ano de 1924, o Diretor Horácio Augusto da Silveira lamentou a redução de tempo dos cursos, que seria insuficiente para o desenvolvimento de programas como os de Confecções e Bordados. Chegou a fazer comparações com a Escola Rivadávia Correia do Rio de Janeiro, analisada no capítulo 3.4.2, onde as alunas tinham 6 horas por semana de desenho técnico para 500 alunas, distinguindo da 1 hora por semana da Escola Profissional Feminina com 800 alunas no período diurno.

O diretor Horácio Augusto da Silveira afirmou que por ser o prédio “muito acanhado” havia muitas candidatas que ficavam sem colocação. No Relatório de 1924 já estava estabelecido que essa lacuna seria sanada em pouco tempo pela construção de prédio próprio que regularia o funcionamento da Escola implantada em um prédio com instalação precária. *“Uma vez construído o prédio, de acordo com as necessidades técnicas e com os preceitos de hygiene, todos cursos ficarão convenientemente instalados e poderão ter horário muito mais folgado”* (SILVEIRA, 1924, p.7). Outro motivo para a ampliação da escola e para que se iniciassem os projetos para a nova edificação foi a Reforma da Instrução Pública de 1921, que determinava a disciplina de Economia Doméstica, um curso anteriormente

independente, como obrigatória para todas as alunas. Era o Decreto 3.356, de 31 de maio de 1921:

§ único - O governo escolherá, entre estes officios, para cada escola, ou que forem mais apropriados às necessidades da vida operária e meio industrial, onde ella estiver installada.

Artigo 346. - Simultaneamente se ministrarão aulas de desenho profissional, accrescento às escolas femininas, economia doméstica e puericultura.

Artigo 349. - É obrigatório a todas as alumnas o ensino de lavagem engommado, puericultura e economia doméstica e, nas masculinas, a todos os alumnos, o desenho profissional e a plástica.

Artigo 350. - A economia doméstica se praticará em todos os annos da escola.

Fonte: Decreto 3.356, de 31 de maio de 1921 disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html>. Acesso em: 01/11/2021

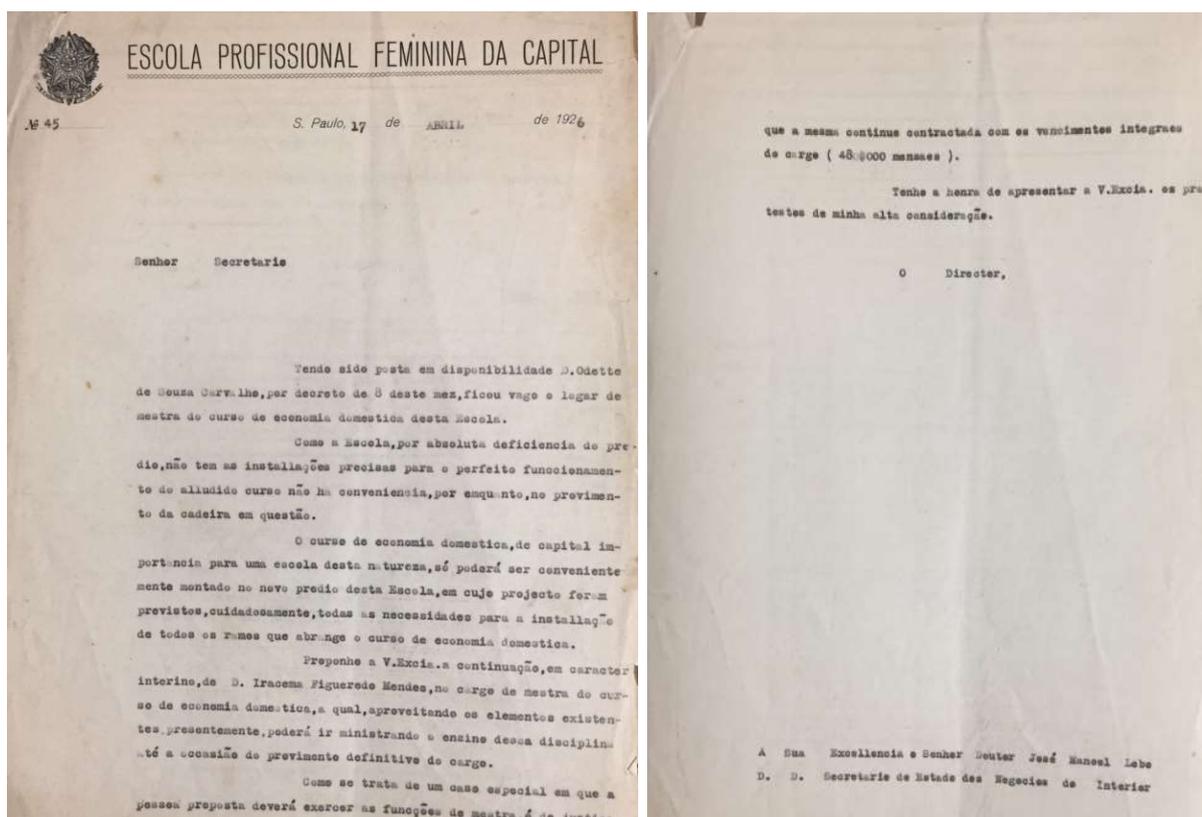
As instalações do edifício no estilo chalé paulistano no qual a Escola Profissional Feminina havia sido implantada eram insatisfatórias para acolher tamanha demanda de meninas em busca de uma especialização para o trabalho desde os primeiros anos de sua inauguração. As circulações eram restritas, o espaço tomado por demasiado número de alunas, oferecia pouca mobilidade às professoras. Além da falta de espaço, as diversas intervenções com aberturas de paredes, portas e janelas foram insuficientes e a ocupação do porão, de forma insalubre, que fica evidente pelo menos desde 1919 com o artigo da Revista Feminina, o que demonstra um descaso de autoridades com uma escola que dava oportunidade a mulheres e que clamava por mais atenção. O desinteresse pela formação profissional feminina fica mais claro quando comparamos a agilidade com que a Escola Profissional Masculina recebeu seu prédio, apenas seis anos depois da inauguração ocorrida no mesmo ano da Escola Feminina, que precisou aguardar dezenove anos, a reclamação de muitos diretores e uma legislação que exigia a implantação do curso de Economia Doméstica para que fosse possível conquistar uma edificação nova que ainda assim não seria totalmente concluída.

4.4 Edifício Monumento e as transformações no espaço para a dinâmica da Escola Profissional Feminina

A necessidade de salas que pudessem atender ao curso de Economia Doméstica foi mais um dos motivos que desencadearam ações para a implantação de um novo prédio para a Escola Profissional Feminina. No ano de 1926 uma carta do diretor endereçada ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior indicou

que a vaga de mestra para o curso de Economia Doméstica havia sido ocupada, porém que a escola não possuía espaço suficiente para abrigar o curso. Nesse documento, já se falava sobre o projeto do novo prédio da escola, onde os requisitos para a instalação do curso seriam atendidos. “Por absoluta deficiência de prédio” o diretor solicitava que na impossibilidade de exercer o cargo e já disponível para ele, a D. Iracema Figueiredo Mendes recebesse seus vencimentos mensais.

Figura 54- Carta do Diretor ao Secretário sobre a deficiência de espaço para curso de Economia Doméstica – abril de 1926



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

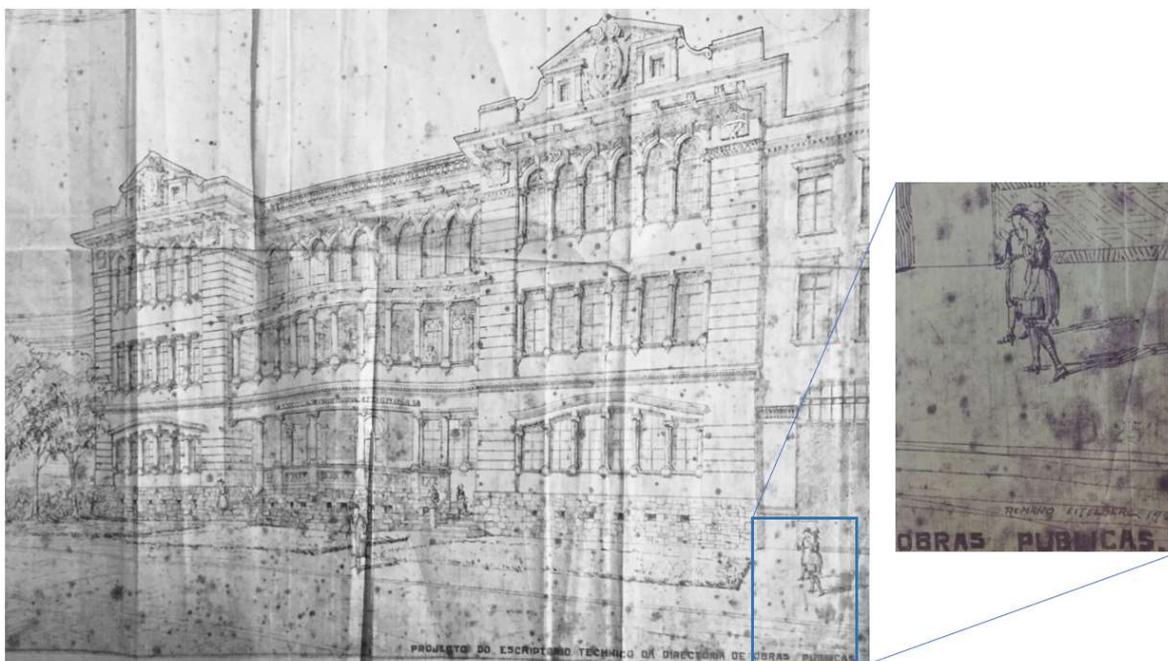
Os projetos para a nova edificação datam dos anos de 1925 e 1926 e foram assinados pelo arquiteto Cesar Marchísio e pelo engenheiro Achilles Nacarato, ambos do Escritório Técnico da Diretoria de Obras Públicas.

O arquiteto César Marchísio trabalhou no serviço público no período entre 1917 e 1924 e foi professor do curso de Tecnologia e Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Além da Escola Profissional Feminina também foi responsável pelos projetos da Escola Normal de Guaratinguetá, Escola Normal de Campinas e Escola Normal de Casa Branca (WOLFF, 2010, p. 358).

Achilles Nacarato era filho de italianos e formou-se engenheiro civil no ano de 1906 na Escola Politécnica. Por conta de seu bom desempenho acadêmico, obteve estágio na Cia. Paulista de Vias Férreas. Trabalhou na Diretoria de Obras Públicas a partir de 1911 até sua aposentadoria. Achilles Nacarato participou de outros projetos escolares como o grupo Escolar do Carmo e a Escola Normal de Pirassununga, ambos com Carlos Rosencrantz, arquiteto da Escola Profissional Masculina (WOLFF, 2010, p. 357).

Outro engenheiro cujo nome aparece em uma perspectiva e uma planta estrutural é o de Romano Eitelberg, natural da Polônia, naturalizado brasileiro em 1928 segundo o Diário Oficial de novembro desse ano. Romano Eitelberg fazia parte da equipe que trabalhava no Departamento de Obras Públicas. Ressalta-se que apesar da autoria do projeto ser atribuída a ele em algumas bibliografias, observou-se um número considerável de plantas e detalhamentos assinados por Achilles Nacarato e César Marchísio, que tiveram maior atuação no projeto apesar da contribuição do engenheiro Romano.

Figura 55 - Perspectiva do novo prédio da Escola Profissional Feminina: uma das poucas folhas do projeto assinadas pelo engenheiro Romano Eitelberg



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos com tratamento pela autora

4.4.1 Plantas na proposta para o novo edifício da Escola Profissional Feminina

O projeto de César Marchísio e Achilles Nacarato constitui uma edificação de planta configurada em pátio central com térreo mais dois pavimentos em “U”. No pavimento térreo o pátio é envolvido por toda a edificação, que se desenvolve por um claro sistema de simetria no qual as compartimentações da ala direita se espelham em relação às da ala esquerda. Em geral esse eixo de simetria que configurava em duas alas em escolas do período da Primeira República eram comuns e possibilitavam a distribuição de acessos independentes para cada sexo. “Cabia pela moral e pedagogia vigentes que as instalações para meninos e meninas fossem separadas” (WOLFF, 2010, p. 121), premissa que não precisaria ser considerada uma vez que essa era uma escola exclusivamente feminina, em que apenas o diretor e um professor eram do sexo masculino. Sobre o pátio central, essa já era uma solução que vinha sendo adotada em projetos escolares desde 1905.

A solução em torno de um pátio foi uma conquista feliz da arquitetura escolar paulista. Esta, em dimensões reduzidas, reencontra seu padrão ancestral – o espaço dos claustros religiosos, tradicionalmente ligados ao conhecimento e ao estudo. (...) A recorrente questão do número adequado de salas de aula para elas primárias manifesta-se em 1905. Entre as escolas com esquema distributivo em torno de um pátio, houve a de dez salas, mas houve também as de oito (...) (WOLFF, 2010, p. 235).

O acesso é elevado do solo, um artifício que era usado para melhoria da ventilação e acontece por um terraço em colunatas coberto por uma varanda em linha curva. Esse deslocamento da edificação em relação ao solo estava previsto tanto no Código Sanitário de 1911 (Decreto 2.141) que pedia para escolas um porão mínimo de 1,0m quanto no Código Sanitário de 1925 (Decreto 3.876) com um mínimo de 0,5m. A distribuição da Escola seria feita a partir de um vestíbulo que permitiria a verificação das alunas que entravam na escola por uma portaria. A circulação principal foi chamada de “galeria” e com 4m de largura teria a intenção de abrigar os móveis para a exposição de trabalhos das alunas. Essa circulação estaria encarregada de receber o usuário e apresentar-lhe os trabalhos profissionais desenvolvidos pelas alunas enquanto o direcionava para os demais setores da Escola.

A galeria levaria a três salas de aulas maiores, duas de 11X7m e uma central, na linha do eixo de acesso, que “invadia” o pátio e com dimensões de 10X7m. Havia

dois acessos ao pátio, um de cada lado dessa sala de aula. Em cada uma das alas ainda eram propostas as circulações verticais através de escadas e o que seria um elevador ao centro de cada escada. Nas extremidades da galeria foram propostos corredores de distribuição para duas salas de aula de cada ala, essas com dimensões inferiores, de 9X6,5m. Segundo o Código Sanitário (Decreto 3.876/1925), estabelecia-se a forma retangular como preferida para as salas de aula, com relação de 2 para 3, e verifica-se que para o desenvolvimento do projeto existe a busca para que essa proporção fosse seguida no dimensionamento das salas, todas com duas portas. Outro ponto observado no mesmo Código Sanitário é um artigo que pede a iluminação natural das salas unilateral esquerda, possivelmente para que não houvesse sombra das próprias mãos quando os alunos destros estivessem escrevendo. Nas plantas analisadas não é possível verificar a posição de lousas ou carteiras, mas atualmente a forma como estas lousas estão dispostas na ala construída deste projeto seguem essa orientação, exceto as salas de aula da extremidade esquerda da fachada, onde houve a paralisação da construção. Essas salas ficaram apenas com uma porta de acesso e hoje dispõe de iluminação unilateral direita.

CAPÍTULO VI - Das escolas

Artigo 371. - As escolas terão um pavimento apenas, sempre que possível, e porão de cinquenta centímetros, no mínimo, convenientemente ventilado.

Artigo 372. - As escadas das escolas serão de lanço recto e seus degraus não terão mais de 16 centímetros de altura nem menos de 28 de largura.

Artigo 373. - As dimensões das salas de classes serão proporcionaes ao número de alumnos; estes não excederão de 40 em cada sala e cada um disporá, no mínimo, de um metro de superfície, quando duplas as carteiras, e de um metro e trinta e cinco decímetros, quando individuais.

Artigo 374. - A altura minima das salas de classe será de 4 metros.

Artigo 375. - A illumination das salas de classe será unilateral esquerda, tolerada, todavia, a bilateral esquerda direita diferencial.

Artigo 376. - A illumination artificial preferida será a electrica, tolerada, todavia, a illumination a gaz ou álcool quando convenientemente estabelecidas.

Artigo 377. - As janellas das salas de classe serão abertas na altura de um metro, no minimo, sobre o soalho e se aproximarão do tecto tanto quanto possível.

Artigo 378. - A superficie total das janellas de cada sala de classe corresponderá, no minimo, á quinta parte da superficie do piso.

Artigo 379. - A forma rectangular será a preferida para as salas de classe e os lados do rectangulo guardarão a relação de 2 para 3.

Artigo 380. - Haverá uma latrina para cada grupo de vinte alumnas ou de trinta alumnos e um lavabo para cada grupo de trinta alumnos ou alumnas.

§ único. - O assento das latrinas será de preferência em forma de

ferradura aberta na frente.

Artigo 381. - Revogam-se os arts. 170 a 173, 175 a 179, 182 e prg. do Código Sanitário.

Fonte: Decreto 3.876/ 1925

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3876-11.07.1925.html>

Acesso em 06/11/2021

Como a circulação para essas salas de aula ficava no perímetro da planta, e não junto ao pátio como na maioria dos grupos escolares do período, pode-se dizer que o arquiteto encontrou limitações junto a fachadas laterais já que nenhuma abertura foi proposta constituindo empenas cegas, ao menos nesses primeiros projetos. Através de uma foto que data de 1940 (figura 56) é possível verificar a existência do que seria uma residência térrea ao lado direito do terreno e uma outra edificação na esquina da Rua Monsenhor Andrade com a Rua Oriente, com empena voltada para o recuo da escola. Ao observarmos a implantação do edifício chalé (figura 43) essa edificação na esquina sem recuos também se encontra demarcada. É possível que o arquiteto, buscando utilizar as limitações máximas de área que o terreno oferecia, tenha se deparado com o impedimento dessa edificação existente na esquina quando não propôs uma segunda fachada, janelas ou mesmo um acesso para a Rua Oriente no projeto de 1925.

Figura 56- Instituto Profissional Feminino em 1940



Fonte: site <https://ribeiraopretoculturaljaf.blogspot.com/2019/06/instituto-profissional-feminino-bras.html> - Acesso em 03/11/2021

Ainda sobre o térreo ou planta do rez do chão, apenas nesse pavimento havia uma ala aos fundos, cercado o pátio. Nela estariam os sanitários e os setores que fariam parte do programa para o curso que teria alavancado a necessidade de um novo prédio, o de Economia Doméstica, com a Cozinha e a Engomagem, os únicos laboratórios que se diferenciam em planta de disciplinas específicas dessa formação conforme mencionado no Relatório dos Trabalhos de 1924 de Horácio Augusto da Silveira. Essa ala concentraria a hidráulica e áreas molhadas da edificação.

Figura 57 - Planta do Pavimento Térreo (1925) assinada por Cesar Marchísio e Achilles Nacarato – Projeto edifício monumento – foto da cópia heliográfica e imagem tratada pela autora

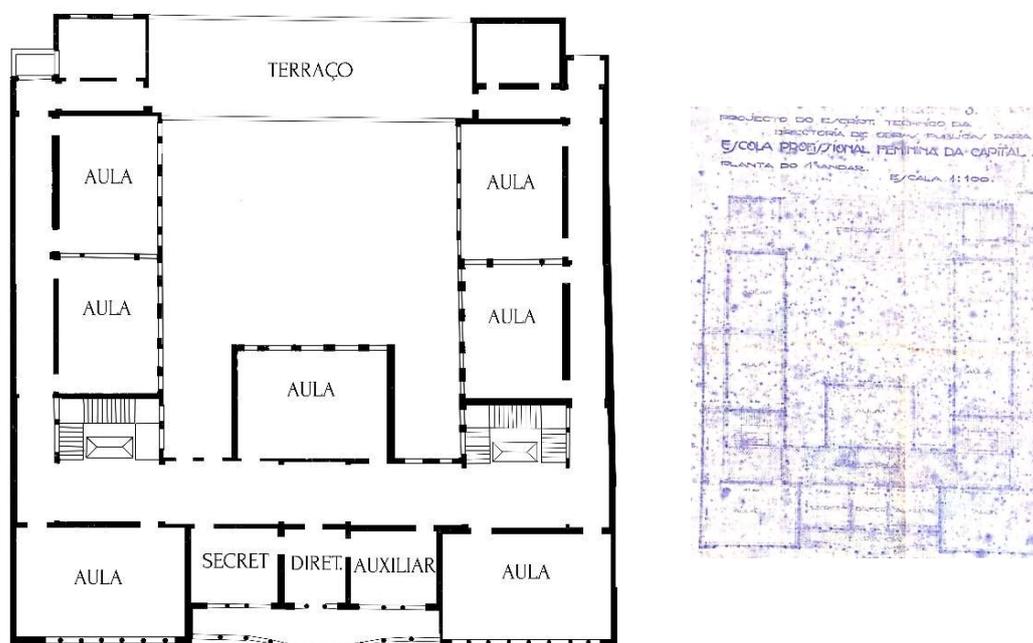


Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

A partir do primeiro andar a planta se desenvolve em “U” com um terraço aos fundos, configurando duas alas com salas de aula de dimensões 9,0X6,5m com janelas voltadas para o pátio central e circulações no perímetro da planta. O espaço para um terraço nesse pavimento abriria a possibilidade para mais uma área de recreação e a descontinuidade do corpo do prédio potencializaria a iluminação natural do pátio interno e de salas de aula cujas janelas foram projetadas para esse ponto. Quanto à orientação da edificação, ressalta-se que a abertura do terraço foi projetada na face leste, possibilitando uma insolação de qualidade no sentido da nascente.

Nesse primeiro andar a circulação principal com 4 metros de largura também servia como espaço para exposição dos trabalhos das alunas e dava acesso à secretaria, direção e sala de auxiliar da direção. Esses três ambientes seriam a parte nobre da edificação, fazendo uma interface entre a galeria na área interna e uma varanda em linha curva e colunatas, uma área restrita que permitiria a visualização da área externa e acesso de alunas e professoras, ponto estratégico de controle tanto da entrada quanto da circulação interna da Escola. Além da vista privilegiada para o centro da cidade essa varanda ainda possibilitaria momentos de descanso ao diretor e funcionários da administração escolar.

Figura 58 - Planta do Primeiro Pavimento (1925) assinada por Cesar Marchísio e Achilles Nacarato – Projeto edifício monumento – foto da cópia heliográfica e imagem tratada pela autora



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

Para o projeto do segundo e último pavimento a planta em “U” se mantém com sanitários seguindo a prumada dos demais andares na extremidade de cada ala. Salas de aula e circulações também seguem a mesma configuração e dimensões do primeiro andar. Em planta a circulação de 4 metros não foi denominada de “galeria” e uma exposição permanente foi proposta no ambiente que estaria sobre a direção e secretaria, localização também nobre dada sua posição em planta, com vista para o centro da cidade emolduradas por colunatas e dez janelas em arco pleno com orientação voltada para o poente.

Figura 59 - Planta do Segundo Pavimento (1925) assinada por Cesar Marchísio e Achilles Nacarato – Projeto edifício monumento – foto da cópia heliográfica e imagem tratada pela autora



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

O projeto de César Marchísio e Achilles Nacarato para a Escola Profissional Feminina, elaborado entre 1925 e 1926 demonstra algumas premissas. Uma delas seria a criação de salas de aula que pudessem atender a um maior número de alunas dada a procura por vagas e área insuficiente da do edifício chalé. A proposta ofereceria uma área de cerca de 3700m². Outro ponto é a busca por iluminação natural dentro da edificação, item imprescindível nos códigos sanitários e mesmo com a edificação voltada para um pátio central, criando empenas cegas laterais, o arquiteto buscou o uso das orientações com o recurso de abertura com o terraço no primeiro andar a leste para maior qualidade de iluminação natural do pátio e salas de aula e grandes vãos com janelas separadas apenas por colunatas na fachada oeste.

Segundo Relatório dos Trabalhos Escolares de 1924, no momento da elaboração do projeto os cursos disponíveis na Escola Profissional Feminina eram os seguintes:

- ✓ Confeções (noturno e diurno);
- ✓ Roupas Brancas;

- ✓ Rendas e Bordados;
- ✓ Flores e Chapéus;
- ✓ Chapéus (noturno e diurno);
- ✓ Desenho Artístico e Pintura (noturno e diurno);
- ✓ Curso Comercial (Correspondência, Datilografia e Taquigrafia) – Noturno.

Esses cursos juntamente com a implantação de Economia Doméstica e Puericultura teriam feito parte do programa de necessidades para o projeto da Escola Profissional Feminina. Os cursos noturnos indicavam o pleno funcionamento da escola, com meninas que estudavam nesse período possivelmente por trabalharem durante o dia. Não foi possível observar algum cuidado específico nas plantas além dos ambientes de Cozinha, Copa, Engomagem do curso de Economia Doméstica aos fundos do terreno e Exposição Permanente. As demais salas de aula aparecem em planta com essa nomenclatura sem qualquer indicação de uso específico, o que pode sugerir que nenhum tratamento especial como mobiliário, equipamento ou circulação foi previsto para as atividades desempenhadas nos demais cursos profissionais, com espaços previstos dentro dos mesmos preceitos de higiene e dimensionamento de salas de aula de escolas convencionais.

4.4.2 Fachada e cortes na proposta para o novo edifício da Escola Profissional Feminina

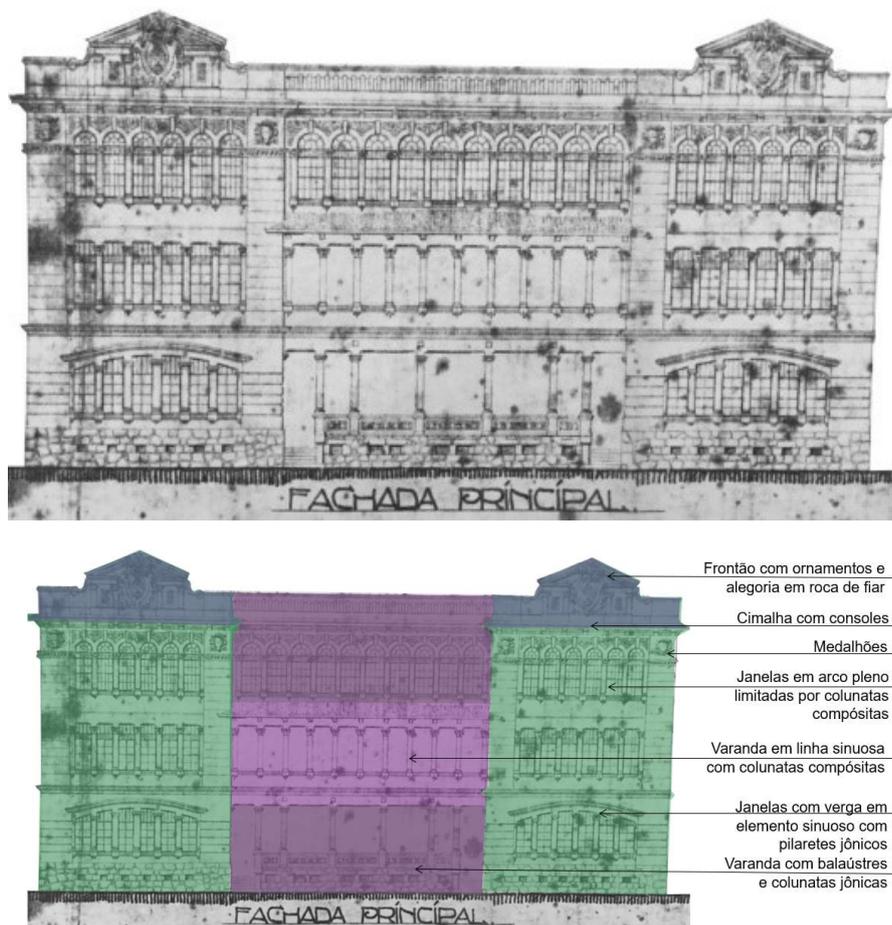
A fachada projetada para a Escola Profissional Feminina no ano de 1925 é assinada novamente pelos dois profissionais, o arquiteto César Marchísio e o engenheiro chefe Achilles Nacarato. Foi concebida seguindo os princípios de monumentalidade que regiam para edificações escolares da Primeira República, com 3 pavimentos com pé-direito de 5m, o que se encaixaria na dimensão mínima de 4m estabelecida pelo Código Sanitário (Decreto 3.876/ 1925).

A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações [...] Um dos atributos que resultam desta busca é a monumentalidade, consequência de uma excessiva preocupação em serem as escolas públicas, edifícios muito “evidentes”, facilmente percebidos e identificados como espaços da esfera governamental. (WOLFF, 2010, p.57)

O prédio da Escola Profissional Feminina da Capital foi concebido em um momento de amadurecimento do conceito de monumentalidade. Sua fachada é complexa e reflete a busca por novas soluções e tecnologias através de janelas

entremeadas apenas pelos pilaretes, diferente das massas de alvenaria das edificações do período, o que configurava uma possível transição para os grandes panos de vidro que o ainda embrionário movimento moderno buscava.

Figura 60 - Fachada – Projeto edifício monumento com tratamento pela autora



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

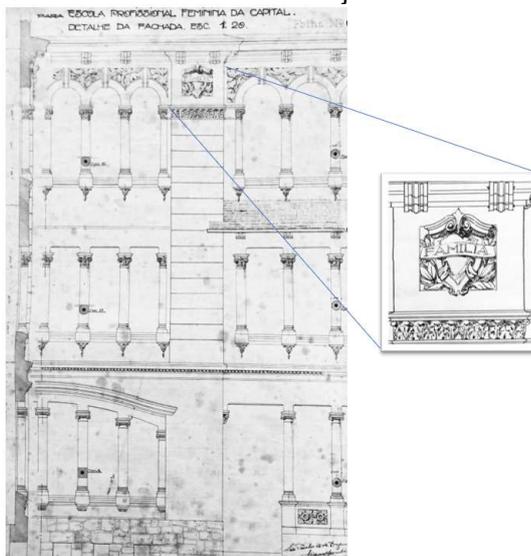
A fachada possui um corpo central recuado em relação a dois volumes um em cada extremidade. O acesso das alunas foi previsto para ocorrer nessa ala central através de degraus dispostos em “L” na planta, que atingem o pavimento térreo, desnível que configura um porão com pedras de cantaria de cerca de 1,50m e aberturas que serviam para a ventilação do prédio. A sutileza no emprego de algumas linhas curvas na fachada contribui para a elegância da edificação, como é o caso da sinuosidade desenhada para os frisos que delimitam a parte superior das janelas das salas de aula que estariam nos dois volumes da extremidade da fachada no primeiro pavimento. São janelas em ferro separadas por pilastras de seção quadrada e capitéis da ordem jônica e uma base com ornamentação fitomorfa.

A área central e recuada forma um terraço projetado para receber alunas e professoras com um parapeito em balaústres intercalados pela base de seis colunas jônicas de seção circular de revestimento em granilite na cor salmão. Esse terraço é coberto por uma varanda em linha sinuosa do pavimento superior. A fachada recuada, possui janelas separadas com a mesma configuração de colunatas e uma elegante porta de acesso principal em arco pleno e ferro forjado.

Uma linha de frisos foi utilizada para separar o pavimento térreo do primeiro andar. As salas de aula das extremidades nesse pavimento receberam janelas separadas por colunatas de seção circular e capitéis de ordem compósita, com vergas em linha reta configurando um alinhamento e a mesma altura. A varanda é outro diferencial dessa fachada, o ritmo das colunatas e a configuração em linha sinuosa, atribuem uma graciosidade e emolduram a vista de uma forma delicada, solução de projeto que pode ter sido associada ao público feminino que frequentaria a Escola.

Para o segundo andar foram projetadas janelas em ferro em arco pleno com decoração intercaladas novamente por colunatas compósitas. Acima desses arcos foram previstos ornamentos fitomorfos bem como consolos para as cimalkhas que fazem a transição do corpo do prédio com a platibanda. O recuo na parte central fica mais evidente nesse pavimento já que não dispõe de varanda com cobertura. Nos cantos superiores dos corpos que sobressaem na fachada foram propostos medalhões com a palavra “Família”.

Figura 61 – Detalhe Fachada – Projeto edifício monumento



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

O coroamento da fachada ocorre com dois frontões nas extremidades e uma platibanda no volume central recuado, elementos cujo uso na arquitetura eclética visavam esconder as águas do telhado. A platibanda é vazada com componentes em concreto, e esconde a calha que recolhe as águas pluviais do telhado que cobre a área recuada do prédio. Nas extremidades da fachada foram propostos frontões que serviriam como fechamento para o telhado de duas águas que cobria cada uma das alas da planta em “U”. Os frontões foram ricamente decorados com ornamentos como pequenas pilastras com arquitraves suportando um adorno triangular com volutas, folhas de acanto, festões e um medalhão com a alegoria de uma roca de fiar, símbolo do trabalho manual com agulha desenvolvido na Escola Profissional Feminina.

Figura 62- Detalhe frontão com alegoria de roca de fiar –Tratamento projeto e foto pela autora



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos e foto da autora em 09/10/2021

Neste trabalho foi possível verificar em outras edificações o uso de alegorias, como é o caso da *École Ménagère* de Bruxelas com coruja, galo e galinha representando o conhecimento e fases da vida (Figura 16), na Escola Profissional Masculina, com ornatos de compasso e engrenagens e na Escola Profissional Feminina Rivadávia Correia com a escultura “A ciência” (Figura 26). A linguagem da alegoria era usada em fachadas da primeira República com ornamentos e símbolos que representassem e divulgassem o papel daquela instituição na sociedade. Assim como as mensagens de estabilidade e imponentia do serviço público transmitidas pelo edifício monumental, as alegorias serviriam como uma forma didática de propagar e destacar através de imagens adornadas, brasões ou esculturas na fachada as práticas que a edificação hospedava.

Os grandes edifícios civis do século XIX não foram apenas funcionais, confortáveis e opulentos, eles queriam honrar as funções que sediavam dotando-as de uma fachada propagandística. O triunfalismo e o didatismo arquiteturais não foram apenas católicos. (...) Nós vimos quanto esse alegorismo era, na sua forma, timidamente tradicional, e quanto esse conformismo de fachada era incômodo por sua frequente discordância com a modernidade das estruturas dos edifícios. Mas se o alegorismo durava, é também um pouco porque a necessidade de divulgar uma mensagem ainda era sentida. (CRUBELLIER apud WOLFF, 2010 p.60)

A roca de fiar presente na fachada foi um símbolo muito forte para a trajetória da Escola Profissional Feminina pela representatividade que assume no cotidiano daquelas mulheres e em assuntos traduzidos para diversas disciplinas.

A prática do artesanato pressupõe como ponto de partida uma relação orgânica entre corpo e objeto, em que o sujeito, produzindo técnicas e padrões transmitidos de geração a geração um, exerce pleno domínio sobre cada etapa de seu trabalho, sendo a agulha, o tear ou a tesoura de costura meras extensões do próprio braço. O trabalho manual doméstico insere a mulher nesse universo simbólico que guarda raízes com mundo telúrico, nostálgico, estável, que vai estar agora representado pela casa e serve de contrapeso a fluidez da experiência urbana. (CARVALHO, 2020, p.78)

Por representar os trabalhos manuais com agulha na maioria dos cursos oferecidos pela instituição por muitos anos, ela aparece com símbolo em um dos logotipos da escola, que envolve mãe, criança e o trabalho com a roca de fiar (Figura 63). A logomarca exposta na figura a seguir foi retirada de um panfleto de comemoração dos 75 anos da escola. Trata-se de uma imagem com características simbólicas com os dizeres “Per laborem ad honorem” que significa “Através do trabalho a honra” e atribui a função dupla de trabalho e maternidade à mulher. Existiu ao longo de sua história uma roca de fiar em madeira, objeto que participava de eventos como símbolo da formação profissional feminina (figura 76) e mais recentemente em uma obra elaborada por alunos no evento de seus 90 anos, em 2001, que se encontra hoje na galeria do térreo da escola (Figura 90-10).

Figura 63- Logomarca da Escola no evento de seus 75 anos



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

Os volumes que sobressaem nas extremidades da fachada com o frontão e alegoria da roca de fiar já fizeram parte de diversas logomarcas e continua sendo marca da ETEC Carlos de Campos como as que foram demonstradas na figura abaixo com arcos, colunas, frontão com medalhão estilizados.

Figura 64- Logomarcas com fachada da Escola



Fonte: MORALES, 2012 - <https://guilhermep.carbonmade.com/projects/4329750> Acesso em 20/11/2021. Logomarca criada pelo aluno Renato. Fachada em camiseta criada pelo curso de Comunicação Visual – Foto da autora em 11/11/2021

A composição dessa fachada, com sua sinuosidade de elementos, ritmo de colonatas, ornamentos e expressividade dos frontões adquiriu um admirável significado para a comunidade escolar. O tema do universo feminino pode ter contribuído para a singeleza na escolha de recursos arquitetônicos ecléticos pelo arquiteto César Marchísio e engenheiro Achilles Nacarato, mas muito além da materialidade ou de sua complexa composição, a identidade motivada pela fachada é porque está impregnada nessas paredes toda uma trajetória de lutas e resistências com dificuldades com espaço, cursos que eram designados ao gênero sem outras possibilidades. Essa fachada representa uma história construída por cada abelha dessa gigante colmeia, demonstrando que a capacidade feminina vai além de ser mãe, dona de casa ou manter-se reclusa no ambiente doméstico, mas em atuar profissionalmente e desenvolver novos percursos científicos.

4.4.3 História das propostas, a flexibilização de usos e reformas

No ano de 1929 o Relatório da 3ª. Conferência Nacional da Educação, de 7 de setembro refletia a ocasião em que o edifício monumento estava em plena construção. Esse relatório confirmava o crescimento da procura dos cursos da escola pela população paulistana e lamentável necessidade de sacrificar e adequar de cursos por conta da ineficiência da edificação estilo chalé. Mesmo adequado

para a implantação dessa modalidade de ensino, o relatório reportou que o prédio possuía defeitos de construção e seria “acanhado” e impróprio para o seu objetivo. Através desse relatório fica clara a “crise de espaço” pela qual a Escola passava, afetando diretamente a qualidade de ensino oferecida.

A instalação do novo instituto teve início nos primeiros dias de novembro de 1911.

A matrícula inicial foi de 176 alunos. O prédio em que funcionou, até o ano passado, a Escola, e em que ainda funcionam, presentemente, muitas classes não obstante a adaptação porque passou, logo que o Governo o adquiriu, tem defeitos de construção. É acanhado e não se presta para o fim a que foi destinado.

Com rápido desenvolvimento da Escola, dentro de poucos anos, tornou-se de todo insuficiente para atender às necessidades da população. Como medida de emergência, os cursos foram desdobrados, com sério sacrifício para a eficiência do ensino.

Esse recurso resolveu a crise de espaço, momentaneamente. O intenso trabalho das oficinas e a extraordinária afluência de candidatas a matrícula vindas de todos os pontos da nossa grande metrópole dentro de pouco tempo, mostraram ser o velho prédio exíguo demais para poder atender aos reclamos da população paulistana, sempre há vida de progresso.

Foi quando o nosso governo resolveu, em boa hora, construir um grande prédio dotado ter todos os requisitos pedagógicos e de higiene para servir esta Escola.

Pouco mais da metade da obra está concluída. No próximo ano ficará terminado o restante. O novo edifício permitirá a São Paulo ter uma das maiores escolas, se não a maior, no gênero, de toda a América, pois que acomodará, confortavelmente, perto de 2000 alunas. (Relatório da 3ª Conferência Nacional da Educação – 7/9/1929)

A data de conclusão real da obra da primeira etapa da edificação não é evidente. O próprio relatório citado se contradiz ou evidencia que uma meta não havia sido alcançada ao trazer uma foto da obra do edifício monumento, ainda com estrutura em concreto e alvenarias aparentes, sem revestimento, seguida de uma nova versão da perspectiva elaborada por Romano Eitelberg com os dizeres: “Projeto do prédio em construção a ser concluído na data deste Congresso”. A perspectiva trazia o resultado almejado, mas o fato ou a foto, demonstravam que ainda estava em obras, ainda não havia fotos da fachada concluída em 1929. Esse Relatório indicava que pouco mais da metade da obra estaria finalizada e anunciava que no ano seguinte, ou seja, 1930 o restante da edificação seria entregue. O enquadramento da foto não revela com clareza os limites laterais da edificação, mas é possível identificar que ao lado esquerdo ela possuía como perímetro a colunata e não o trecho final de alvenaria proposto.

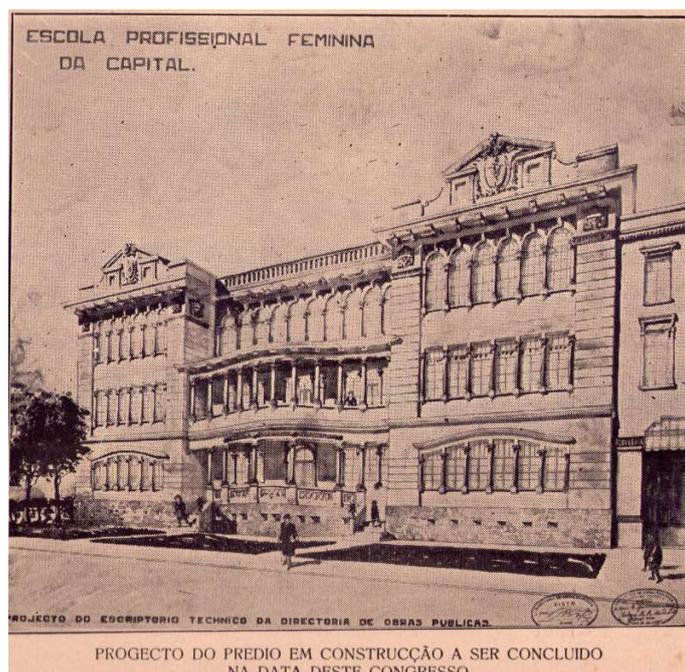
Figura 65- Fachada do edifício monumento em obras



FACHADA DO PREDIO EM ACABAMENTO

Fonte: Relatório Nacional de Educação (07/09/1929)

Figura 66- Perspectiva produzida pelo Escritório Técnico da Diretoria de Obras Públicas

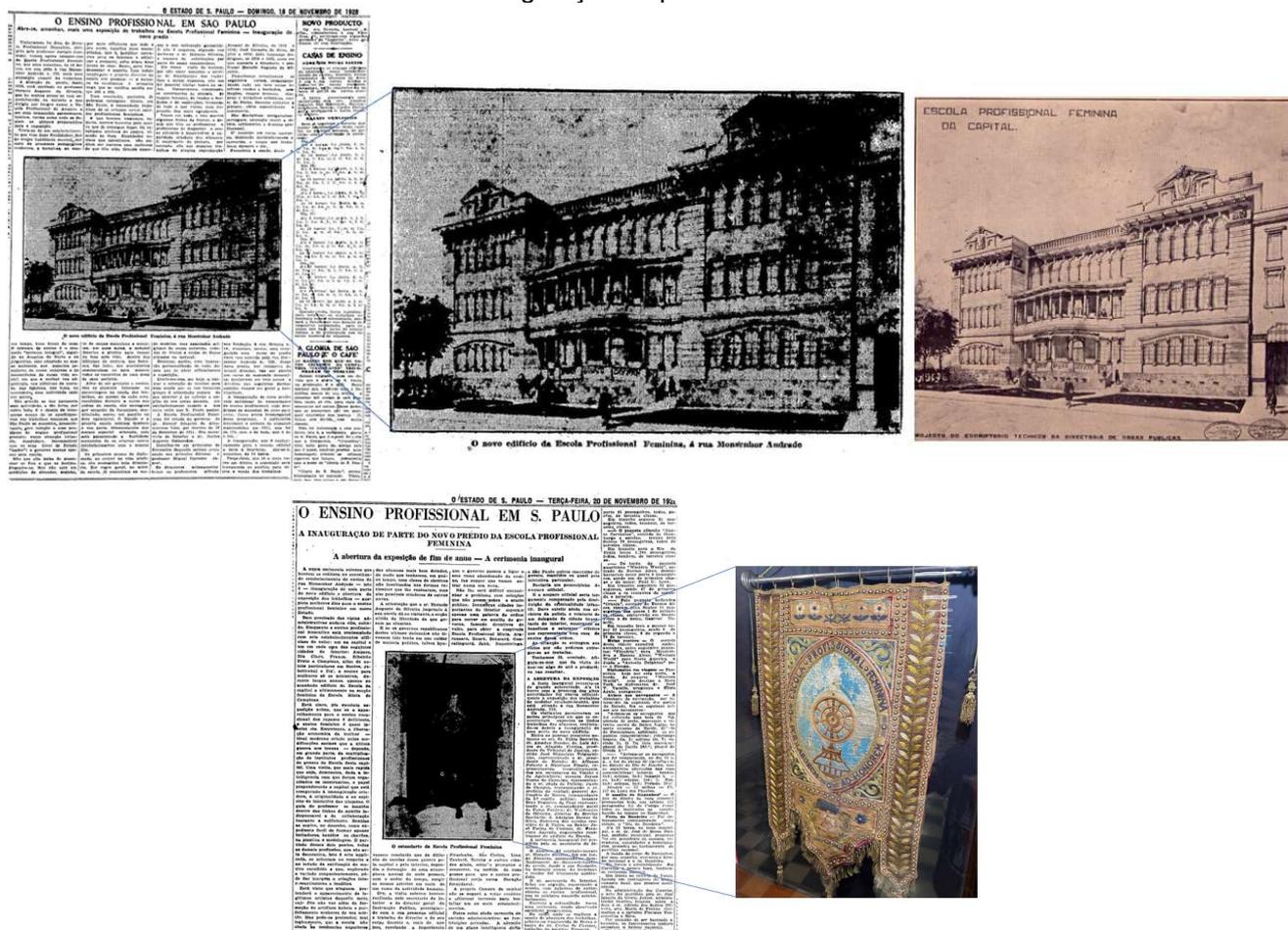


Fonte: Relatório Nacional de Educação (07/09/1929)

Foi possível encontrar ainda duas reportagens de novembro de 1928, ano anterior ao Relatório em questão, que anunciaram a inauguração do prédio novo juntamente com uma exposição de trabalhos das alunas. O jornal “O Estado de São Paulo” de 18 de novembro de 1928 informava que no dia seguinte, portanto 19 de novembro de 1928 às 14 horas, aconteceria “mais uma exposição de trabalhos na

Escola Profissional Feminina” e a “Inauguração do Prédio Novo”. O registro trazia a descrição do modelo de ensino e a necessidade do Estado em se criar escolas no modelo, fala de uma visita realizada e que não teria sido possível o acesso a todas as salas “por não estar completo o serviço de distribuição dos trabalhos a serem expostos”. Em um olhar mais atencioso sobre aquilo que seria uma fotografia da fachada da escola na citada reportagem, constatou-se que se tratava de uma reprodução da perspectiva produzida pela Escola pelo Escritório Técnico da Diretoria de Obras Públicas. À princípio pela semelhança da posição e aspectos físicos da escala humana em ambas as imagens e posteriormente pela presença de árvores ao canto esquerdo, inexistência de postes que ficam claros na foto da obra (Figura 67) e por último a ausência do muro de divisa com o passeio, presente no momento da obra.

Figura 67- Reportagens do jornal O Estado de São Paulo de 18/11/1928 e de 20/11/1928 anunciando inauguração do prédio



Fonte: Jornal O Estado de São Paulo de 18/11/1928 e de 20/11/1928, foto do estandarte pela autora em 28/09/2021 com tratamento pela autora

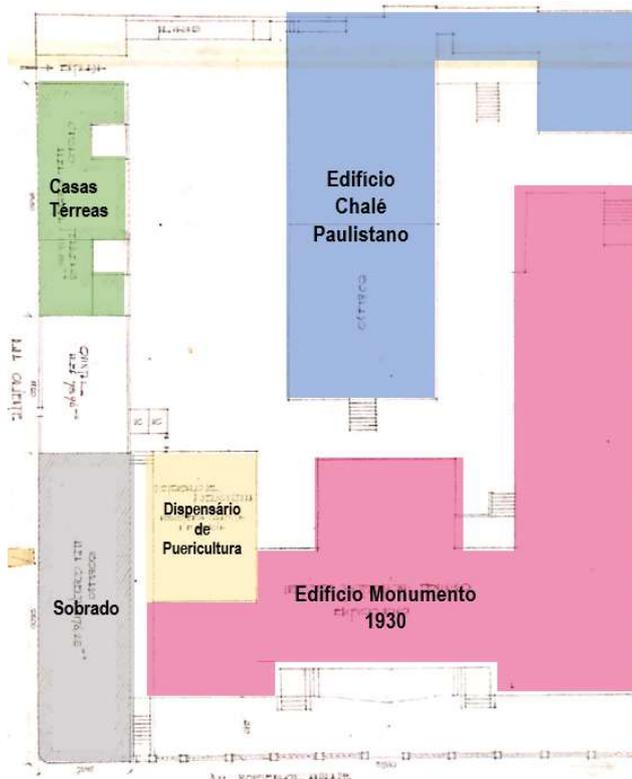
Em 20 de novembro de 1928 o Jornal “O Estado de São Paulo” anunciava a inauguração de “parte do prédio da Escola Profissional Feminina”. Mais uma vez sem trazer foto da edificação, mas de um estandarte da escola com a imagem da roca de fiar, existente ainda hoje como parte do acervo do Centro de Memórias. A reportagem trouxe uma reflexão sobre a existência de seis estabelecimentos de ensino profissional para o sexo masculino (Amparo, Rio Claro, Franca, Ribeirão Preto e Campinas) enquanto o sexo feminino contava apenas com um acanhado edifício paulistano e seção na Escola Mista de Campinas. Essa reportagem já expõe que a inauguração era de uma parte do novo edifício da escola, mas a ausência de fotos da edificação deixa dúvidas sobre qual seria a parte da escola inaugurada naquela data. Teria sido uma solenidade com direito a orquestra e a presença autoridades representando o presidente do Estado (governador), e presidente do Tribunal do Justiça, secretários da Viação e agricultura, dentre outros. Foi possível identificar no nome do engenheiro construtor do edifício da Escola, também presente na solenidade, o senhor Francisco Azevedo. O salão de abertura da exposição dos trabalhos contava com o busto do senhor Carlos de Campos, presidente do Estado e falecido em 27 de abril de 1927, que daria o nome à Escola, um trabalho elaborado pelo escultor Ximenes.

Por algum motivo o edifício monumento não fora concluído em sua totalidade conforme o projeto de Cesar Marchísio e Achilles Nacarato, sendo executados apenas a ala direita e o corpo central com a fachada. Permaneceu ao centro do terreno o edifício chalé juntamente com o trecho em “L” construído do edifício monumento. Um levantamento de 1937 confirma na divisa com a escola a existência de um sobrado com área de 176,25m² na esquina com a Rua Oriente, construção que aparece na figura 69 e casas térreas com 116,86m² na Rua Oriente, essas edificações eram separadas por um quintal de 11,20m. Logo após as casas térreas observa-se um segundo acesso para a escola através da Rua Oriente, uma entrada que não aparecia na planta de 1911, mas que faria sentido para que professoras e alunas pudessem fazer uso do edifício antigo enquanto o novo era construído.

Esse levantamento também revela a posição do Dispensário de Puericultura, em trecho do que seria o início da construção da ala da esquerda, que não fora terminada. Observa-se um corredor lateral entre o prédio novo e o sobrado com

dois sanitários ao fundo configurando mais um acesso que seria dado ao público externo, às mães da comunidade em busca de atendimento.

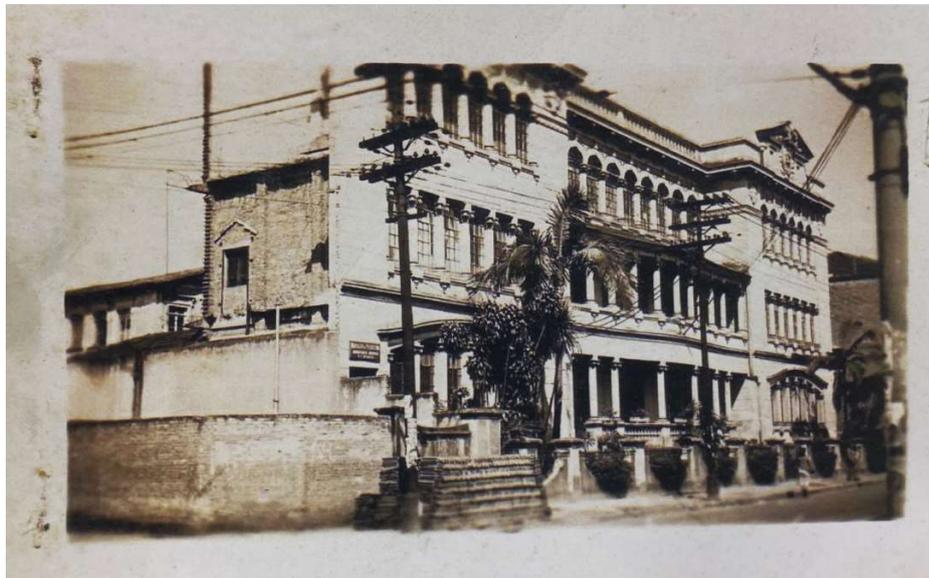
Figura 68- Levantamento de 1937



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos, imagem tratada pela autora

Dentre tantas fotos com perspectivas limitadas da fachada do edifício monumento, foi encontrada no Centro de Memórias da Escola uma cujo ângulo mais aberto permite identificar um momento de coexistência de edificações. A foto não traz uma data específica, mas mostra a fachada do edifício monumento completa com a lateral que restava ser construída na obra foto da obra. Junto a ela restos de alvenaria com uma porta de segundo pavimento de alguma edificação poderia ser parte integrante do sobrado localizado na esquina da Rua Monsenhor Andrade com a Rua Oriente, que teria sido parcialmente demolido. Nessa foto percebe-se a presença do edifício chalé, uma água do telhado, uma janela da fachada e três janelas laterais, prédio que estaria mais ao fundo, no centro do lote.

Figura 69- Foto com a coexistência de edificações – Esquina Rua Monsenhor Andrade com Rua Oriente



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos, imagem tratada pela autora

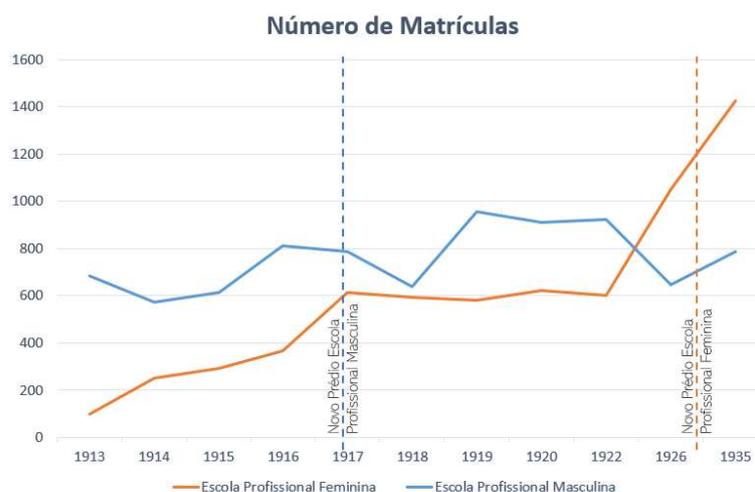
O período em que a Escola estava em construção era de intensa movimentação política. Em 1929 além da crise econômica mundial que ocorreu com a quebra da bolsa de Nova Iorque, a política do “Café com Leite” ou aliança entre a oligarquia paulista e mineira foi rompida. Em 1930 as eleições realizadas apontaram para a presidência da República o governador de São Paulo Júlio Prestes, porém foi impedido de tomar posse. Getúlio Vargas então assumia o Governo Provisório em 3 de novembro de 1930 e promoveria uma série de mudanças em diversos setores, inclusive na educação, como detalhado anteriormente.

Não foi possível encontrar comprovação sobre os motivos que teriam implicado na paralisação da construção da ala esquerda da escola, mas algumas hipóteses puderam ser levantadas por este estudo. A primeira, mais simples, seria a falta de verba para a conclusão da edificação, dada a crise econômica e cenário de transição política que levaria o governo da Primeira República ou República Velha para o Governo provisório. Essa situação também pode indicar uma mudança, ou mesmo ruptura na maneira de pensar que esse momento representava: na arquitetura o movimento moderno começava a surgir na cidade com o projeto de uma residência do arquiteto Gregori Warchavchik, construída em 1928; a educação fervilhada com ideais da Escola Nova. Além disso, o Governo

Vargas trazia modificações na estrutura do ensino profissional, com o fortalecimento de disciplinas relacionadas à economia doméstica para o ensino feminino com o objetivo de formação de uma população forte e apta ao trabalho, incrementada com a promoção de disciplinas relacionadas à educação física e desenvolvimento do corpo. Essas alterações na maneira de pensar poderiam ter paralisado as obras em seu transcorrer para que fosse repensado o programa de necessidades do projeto de 1926.

Um fato é que a procura por vagas na Escola não parava de crescer e ainda que apenas parte do projeto tenha sido construído, o número de matrículas chegava a 1424, representando um aumentando cerca de 40% com o uso do edifício monumento. A busca por instrução feminina e atuação no mercado de trabalho refletia em tamanho sucesso na proposta dessa Escola, que ao compararmos com a Escola Profissional Masculina, na inauguração ocorrida no mesmo ano, a masculina tinha um número de matrículas 74% superior à feminina e observamos um gráfico com curva sempre ascendente e impulsionado pelo aumento de classes no ano de 1935 a Feminina já contava com um número superior de matrículas em quase 45% em relação à masculina. Esse considerável interesse da população feminina paulista pela Escola Profissional teria sido um forte motivo para que o projeto fosse revisto na metade de sua construção, pensando a possibilidade de agregar a área da faixa junto à Rua Oriente.

Figura 70 - Gráfico de número de matrículas Escola Profissional Feminina X Escola Profissional Masculina relação com a construção dos edifícios



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base em Anuários de Ensino e Silveira (1935)

A inauguração parcial do prédio possibilitou efetivamente um avanço em projetos de melhoria de alguns cursos e abertura de outros. Fora um período áureo da instituição. No ano de 1931, o diretor Horácio Augusto da Silveira instalou no novo prédio o primeiro Dispensário de Puericultura em uma escola com consultório médico e cozinha dietética para a fabricação de leite para as alunas. Eram realizados concursos de robustez, em que as mães disputavam entre si quais crianças teriam melhor desenvolvimento físico, assim como ocorria no Dispensário de Campinas, este inaugurado em 1933. Uma foto mostra mães, crianças e alunas posicionados em frente à escola na ocasião de um desses concursos, um momento muito similar ao concurso do Instituto Bento Quirino em Campinas (figura 14).

Figura 71 - Concurso de robustez infantil no Dispensário de Puericultura do Instituto Profissional Feminino



Fonte: Silveira (1935)

Na cozinha do Dispensário na nova edificação, as alunas dispunham de espaço para a acomodação de equipamentos e bancadas de maneira que fosse possível distribuir uma linha de produção para a fabricação e envasamento do leite que era o leite fabricado e que seria fornecido à comunidade.

Figura 72- Cozinha de dietética do dispensário de Puericultura



Fonte: Silveira (1935)

No mesmo ano de 1931 ocorre na Escola uma alteração de nome e passava a se chamar Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios de São Paulo, isso porque começaria a oferecer o curso de Aperfeiçoamento para Formação de Mestres em Educação Doméstica (CARVALHO, 2017, 40). Uma transformação em sua estrutura que aumentaria a qualidade no ensino através de especialização de docentes para o ensino profissional.

A cozinha principal da Escola continuava situada no antigo prédio, aos fundos do terreno. Reportagens revelam a intenso uso desse ambiente para promover refeições. Em 14 de julho de 1932, o jornal “O Diário da Noite” anunciava que a Escola Normal Feminina fornecia diariamente refeições para quatro mil voluntários das tropas constitucionalistas. Era a Revolução de 1932, situação na qual a escola prestou auxílio ativamente. Foram constantes as celebrações, festividades e tardes de chá na escola e a cozinha, ainda localizada nas antigas instalações foi mantida com o oferecimento de salgados e doces finos pelas alunas. Na fotografia a seguir, observa-se essa cozinha com bancadas de trabalho, que também armazenavam utensílios, um fogão simples e um fogão industrial, lousa,

relógio e uma inscrição que foi cortada pela foto, mas que trazia uma motivação progressista em relação à educação feminina.

Figura 73- Curso de arte culinária na cozinha do antigo prédio da escola, mantido após a nova edificação



Fonte: Silveira (1935)

Em 1934 fora criada a Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo e ocupou o mesmo prédio da Escola na Rua Monsenhor Andrade. Fervilhavam ações para a crescente modalidade de ensino. Uma notícia do ano de 1938 trazia o título: “Escolas sem professores” e anunciava mais uma novidade que levaria a escola a ser um piloto de implantação. Era a adoção de um sistema de rádio telefonia e a Escola estaria recebendo um aparelho receptor e os transmissores estariam localizados na Superintendência de Ensino Profissional (CARVALHO, 2005, p.3). Em reportagem a ideia de escolas sem professores seria o que foi chamado de uma “interessante iniciativa” que Hitler adotava em principais bairros operários da Alemanha. A proposta seria a de que com a instalação dos transmissores fosse retirado o lugar para os mestres nas salas de aula. Novamente nesse ambiente aparece uma frase motivacional (incompleta na foto) e de incentivo ao progresso com alguma referência às mulheres.

Figura 74- A esquerda a reportagem do jornal “A Gazeta” noticiando a aplicação do rádio na escola, à direita uma sala da escola com um receptor



Fontes: Reportagem (LAIA, 1951, p. 53) Foto (CARVALHO, 2005, p.5)

No ano de 1939 a escola foi notícia dos periódicos novamente com a criação do curso de “Dietética para donas de casa” para o preparo de alunas que poderiam se tornar Auxiliares de Alimentação. Tratava-se do primeiro curso de dietética do país, com princípios da chamada alimentação racional, fortalecendo o conhecimento feminino na classificação de alimentos com suas características nutritivas. Esse é um curso tradicional da escola que existe ainda hoje com o nome de “Nutrição e Dietética”, mais uma ação daqueles anos que sucederam a construção parcial do edifício monumento. Com a criação do curso começaram a ocorrer eventos como jornadas com almoços de acordo com os preceitos da alimentação racional oferecidos a operários. Cursos derivados da dietética para atendimento imediato de necessidades sociais também surgiram como é o caso do Curso de Alimentação de Guerra em 1943, na ocasião da Segunda Guerra Mundial (LAIA, 1951, p.128).

O espaço da Escola ainda era utilizado para diversas exposições de trabalhos de alunas, uma sala reservada para essas exposições já havia sido projetada e teria sido construída mantendo essa função. Era comum que as exposições fossem noticiadas por periódicos como uma reportagem de novembro de 1938 que anunciava desfile musicado para a exposição de vestidos além de flores, bordados e demais artefatos de economia doméstica produzidos pelas alunas (LAIA, 1951, p.67). Seriam exposições realizadas anualmente e por isso não apenas as galerias dos dois primeiros andares cumpriam essa função, mas também

a sala do terceiro andar, um espaço flexível onde seria possível algumas transformações para demonstrar o material.

Figura 75 - Exposição da seção de confecções e flores e artes aplicadas em sala do edifício monumento



Fonte: Silveira (1935, fotografias do anexo 2)

Em 1945 a Escola ainda hospedou o que o jornal chamava de “o único Museu Feminino do Brasil”. Não se tratava de uma exposição convencional de trabalhos anuais de alunas, mas de peças e artefatos selecionadas a partir do trabalho da professora Maria Vitorina de Freitas que, na falta de material didático, escreveu um manual sobre os ramos lecionados na escola (corte e costura, rendas, bordados, flores e chapéus). O museu trazia peças que resumiam história e cultura decorativa, de roupas e de artefatos de diversas nações. Essa exposição teria sido realizada na galeria do primeiro andar, conforme indica a reportagem que ainda confirma a presença do sobrado na esquina da Rua Monsenhor Andrade com a Rua Oriente ao indicar a localização do Museu Feminino.

Na rua Monsenhor Andrade, pouco depois da esquina com a rua Oriente, há um velho casarão em que se localizava o antigo Instituto Profissional Feminino e que hoje, além da moderna Escola Industrial Carlos de Campos, abriga um museu, como provavelmente não há outro no Brasil. Instalado no vasto saguão do primeiro andar suas mostras ocupam dezenas de quadros, onde o visitante, admirado, não sabe o que mais o fascina se é o trabalho que adivinha por trás da organização metódica ou se é a coleção fantástica de objetos multicoloridos representando a história e tecnologia dos ofícios femininos. A tarefa foi levada a cabo por d. Maria Vitorina de Freitas, professora do estabelecimento, e sugerida por sua diretora, d. Iaiá Pereira Bueno, em companhia das quais o repórter percorreu os mostruários. (LAIA, 1951, p.137)

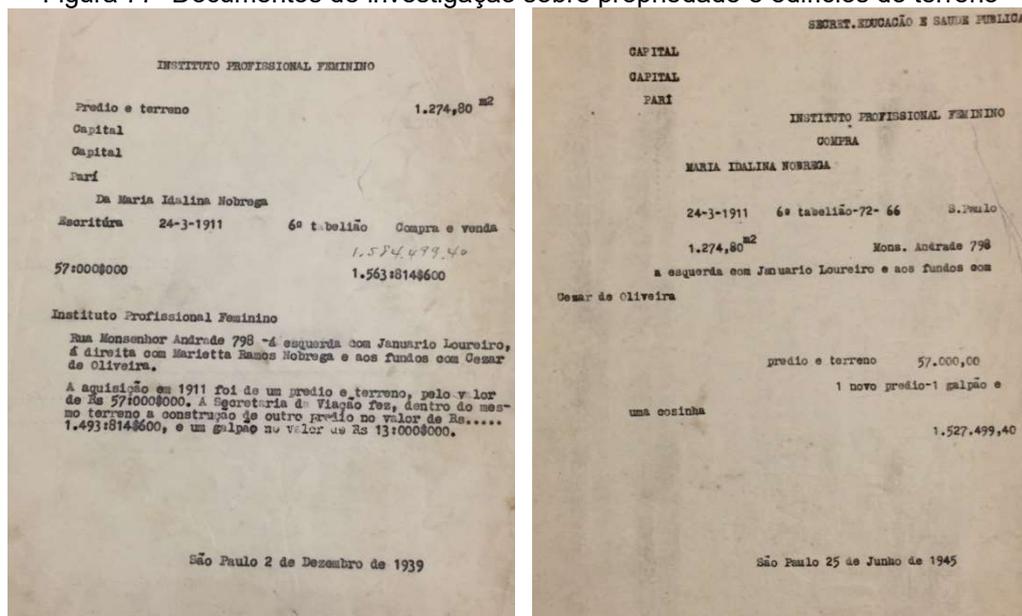
Figura 76- Museu Feminino nas instalações da Escola Industrial Carlos de Campos



Fonte: (LAIA, 1951, p.137)

Diante de tantas transformações, a parte não construída da escola configurava novas necessidades. Documentos que datam de 1939 e 1945 indicam uma investigação quanto aos objetos de compra de prédio e edifício, ocorridos em 1911 de propriedade de Maria Idalina Nóbrega. Na Rua Monsenhor Andrade o terreno fazia divisa a esquerda com uma propriedade de Januário Loureiro, sobrado que se confirma na planta de 1911. O documento de 1939 traz uma informação de que a Secretaria da Viação teria feito dentro do mesmo terreno a construção de um prédio, que poderia ser a construção em verde do levantamento de 1937 (figura 68) inexistente na primeira planta. Ainda que não fique claro, negociações desse sobrado e demolições teriam motivado a mudança do projeto e adiado a construção complementar do edifício monumento.

Figura 77- Documentos de investigação sobre propriedade e edifícios do terreno

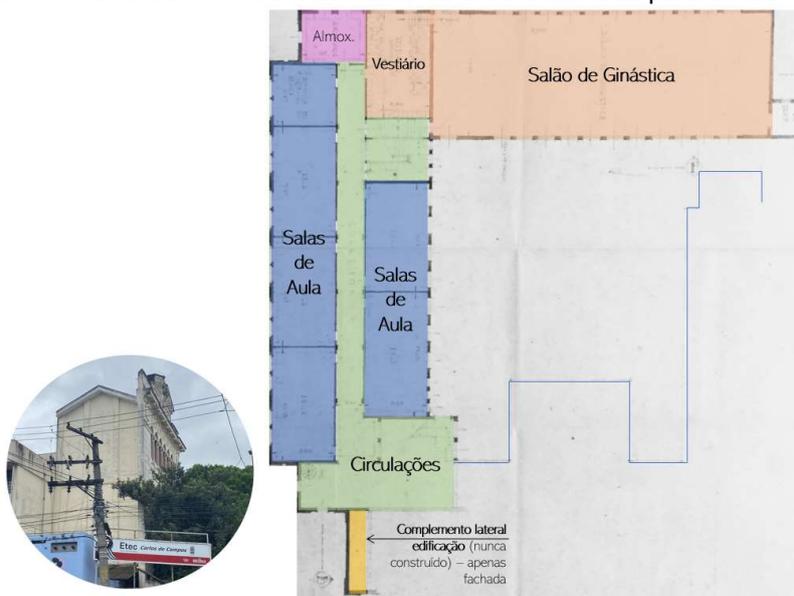


Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

Um projeto datado de 1943 pode conduzir ao caminho para uma possível resposta sobre paralisação da construção na ala esquerda: a incorporação do terreno onde estavam localizados o sobrado e as casas da Rua Oriente. A planta do que seria o 2º. pavimento, elaborada 18 anos após a primeira versão, traz a assinatura do engenheiro Achilles Nacarato, ainda pela Diretoria de Obras Públicas. Em análise observa-se a mesma posição de salas de duas salas de aula voltadas para o pátio central e corredor, mas, o que seria acrescentado ao projeto anterior era mais uma linha com três de salas de aula com janelas incorporando a área indisponível de terreno no momento do primeiro projeto. Junto à fachada, a planta demonstra a necessidade de um complemento de cerca de 2,40m, que seria o trecho que falta na figura 78 da obra da edificação. A construção foi executada até a linha de pilaretes mais externa, apenas com a alvenaria da fachada, porém sem o alinhamento da construção com ela. Situação que se mantém até hoje.

Além da ampliação de área da Escola seria possível a constituição de uma fachada com janelas, voltada para a Rua Oriente com as mesmas características do edifício monumento, completando de forma harmônica a edificação. Outro fator importante sobre essa planta é a inclusão de uma grande Sala de Ginástica coberta no local onde o primeiro projeto previa uma abertura com terraço e vestiário. Seria a adequação da edificação ao programa para aulas de fortalecimento físico da era Vargas.

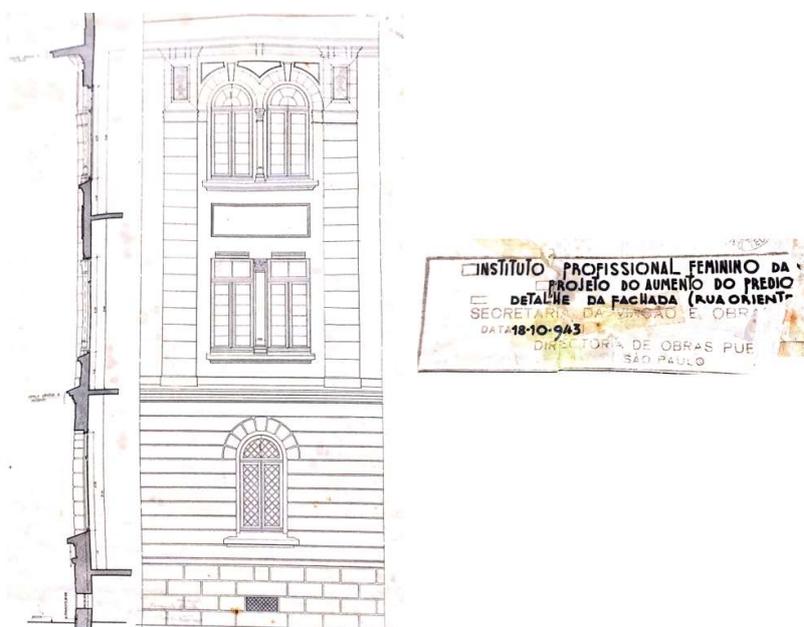
Figura 78- Planta de 1943 com aumento de área e fachada para a Rua Oriente



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos, foto da autora em 09/10/2021 e imagem tratada pela autora

De acordo com plantas encontradas no Centro de Memórias, nesse projeto de ampliação outra proposta de alteração do projeto original teria sido prevista. No pavimento intermediário, aos fundos da edificação no lugar do terraço, seria criado um Salão de Festas. A proposta para a fachada trazia janelas que conversavam com a fachada da Rua Monsenhor Andrade: em duplas no primeiro e segundo andares elas traziam o mesmo detalhe de verga e desenho de caixilho, reto no primeiro andar em arco pleno no segundo e janelas simples em arco pleno na linha do térreo. Linhas de cimalkhas e frisos obedeciam ao mesmo alinhamento da fachada existente. Os projetos de 1943 e 1944 com a mesma autoria de Achilles Nacarato, traziam a chance de um complemento harmônico com a edificação existente, porém mais uma vez não foi executado.

Figura 79 - Projeto de 1943 com detalhe da fachada para a Rua Oriente



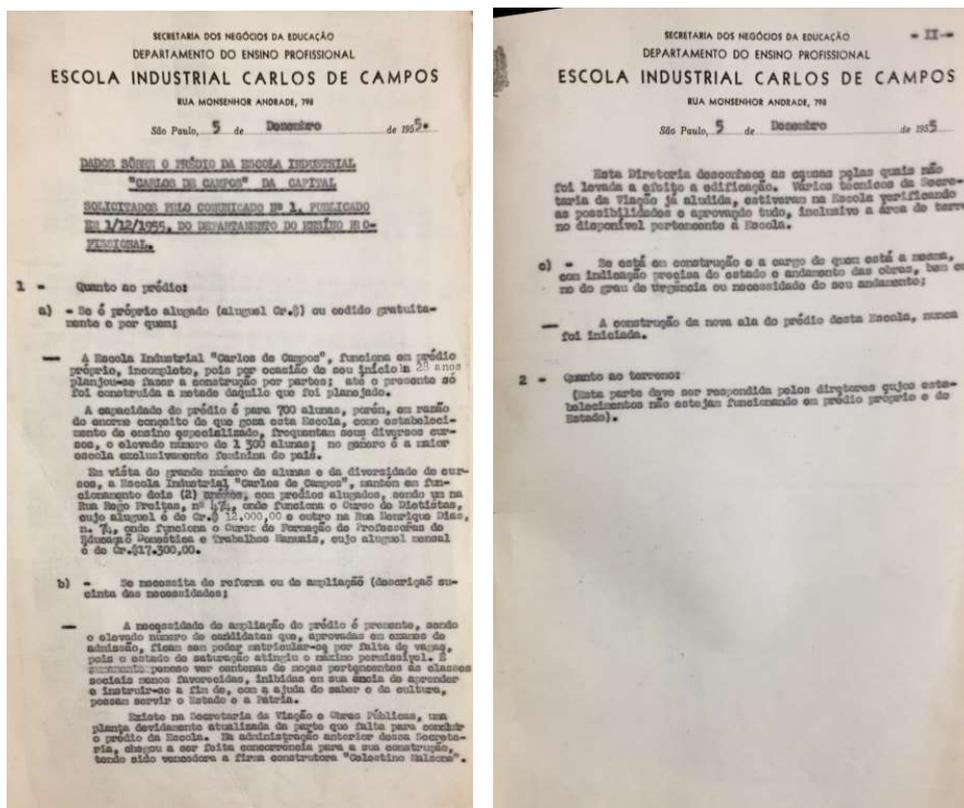
Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos, foto da autora em 09/10/2021 e imagem tratada pela autora

Mais alguns anos se passaram até que em 1955 foram solicitadas informações sobre o prédio da escola ao Departamento do Ensino Profissional. O documento reporta que até aquela data apenas metade do que havia sido planejado fora construído e que a edificação funcionava muito acima de sua capacidade, que seria de 700 alunas. Ainda revelava que a escola mantinha outros dois imóveis alugados para alocar o curso de dietistas e de Formação de Professoras, um na Rua Rego Freitas, 474 e outro na Rua Henrique Dias, 74. O ano era 1955 e a escola continuava lutando pela ampliação do prédio por conta do elevado número de

candidatas e encontrava-se em um estado de saturação. O documento confirmava a existência de uma planta devidamente atualizada para concluir o prédio da Escola, que provavelmente seria o projeto de 1944 e que na administração anterior àquela Secretaria, inclusive com concorrência na qual a construtora “Celestino Malzone” havia vencido, mas desconhecia-se as causas pelas quais a obra não teria sido levada adiante. Ressalta-se a parte em que naquele momento as causas para a continuidade da construção já eram desconhecidas.

Esta diretoria desconhece as causas pelas quais não foi levada a efeito a edificação. Vários técnicos da Secretaria da Viação já aludida, estiveram na escola verificando as possibilidades e aprovando tudo, inclusive a área do terreno disponível pertencente à Escola. (...) A construção da nova ala do prédio dessa escola, nunca foi iniciada. (Documento da Secretaria dos Negócios da Educação, Departamento do Ensino Profissional, Centro de Memórias da Etec Carlos de Campos)

Figura 80 - Documento com dados sobre o prédio da Escola Industrial Carlos de Campos

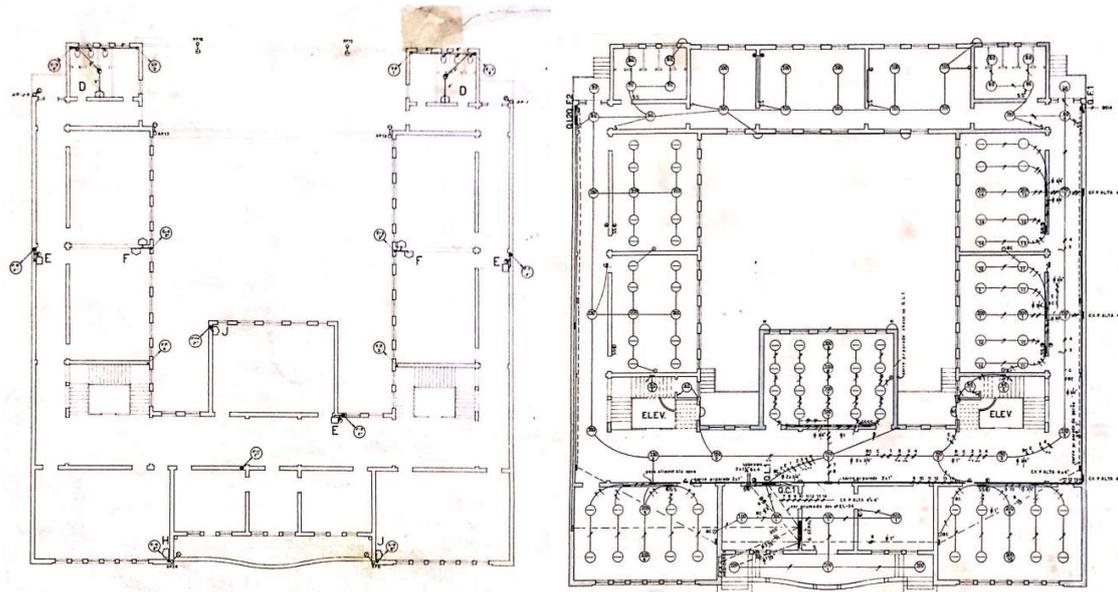


Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

Encontramos alguns projetos de elétrica e hidráulica datados do ano de 1960 e elaborados sobre o projeto arquitetônico de 1960, aquele em que não havia acesso para a Rua Oriente e que a ala esquerda terminava com a empena cega e um corredor em planta. No projeto hidráulico foram encontrados pontos de água

fria em cada uma das salas. Possivelmente mais uma vez o projeto de construção do complemento da edificação fora retomado sem sucesso.

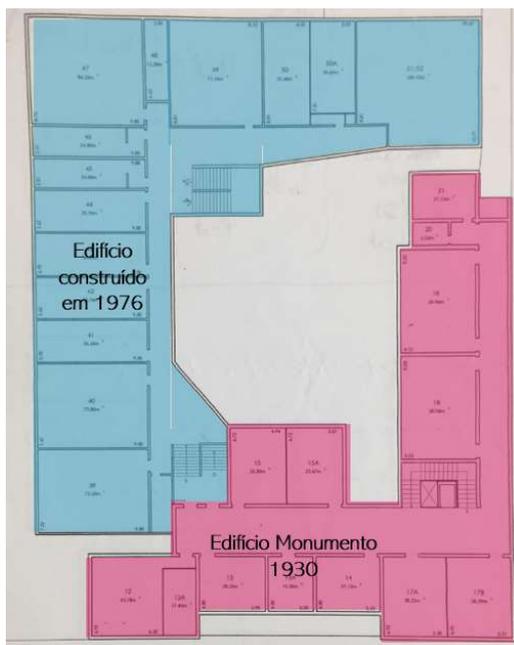
Figura 81- Plantas de elétrica e hidráulica datadas de 1960 sobre projeto arquitetônico de 1925



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

No ano de 1971 finalmente o projeto que seria efetivado estava em andamento sob a autoria do arquiteto Walter Saraiva Kneese através do Fundo Estadual de Construções Escolares. Era um outro momento na história e na arquitetura e obviamente as demandas sociais eram muito diferentes já que a escola estava prestes a receber novos cursos e inclusive alunos do sexo masculino. Com uma linguagem simples, orientado para a racionalidade do movimento moderno o prédio novo seguiu o padrão de construção que vinha sendo aplicado aos grupos escolares. Fachada sem ornamentos, longas janelas horizontais com caixilharia padrão, pé direito reduzido para cerca de 2,60m. Não houve uma premissa de buscar alinhar as lajes aos níveis do edifício monumento e foi projetada uma escada no encontro entre o novo edifício e o edifício monumento que atendia aos desníveis criados, mas que não atingia o 2º andar do edifício monumento.

Figura 82 - Projeto de 1971 do arquiteto Walter Saraiva Kneese



Fonte: Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos com tratamento pela autora

Em planta a solução foi a de manter o pátio central e prever algum distanciamento do edifício monumento. As salas de aula foram direcionadas para que as janelas ficassem direcionadas para a Rua Oriente e fundos do terreno e a circulação acontecesse junto ao pátio. O programa de necessidades contava com Anfiteatro, Laboratório de Economia Doméstica, Sala de Desenho, Pranchetário, Laboratório de Artes Aplicadas, de Artes industriais e nova cozinha e refeitório. Fora previsto um pátio coberto e acesso para a rua Oriente.

No ano de 1974 uma reportagem trazia o estado de calamidade em que se encontrava o edifício chalé paulistano, ainda existente no centro do terreno. As fotos da edificação demonstram um edifício maltratado pelo tempo, prédio que acolheu a Escola Profissional Feminina em 1911, já existia antes da apropriação pelo Colégio Azevedo Soares em 1887. Sem a devida manutenção, com reboco caído e rachaduras, a edificação fora interditada pela prefeitura, pela *Light*, antiga empresa de fornecimento de energia elétrica, e pelo Corpo de Bombeiros. A reportagem trazia a informação de que nenhuma reforma havia ocorrido na edificação e que seus melhoramentos eram custeados pelos professores e pela Associação de Pais e Mestres (LAIA, 1951, p.107). Era a dura realidade de um espaço que serviu para a formação de tantas profissionais, mas que obteve poucos cuidados do governo.

Figura 83 - Reportagem sobre a interdição do prédio com o edifício estilo chalé paulistano que permanecia do lote em 1974



Fonte: (LAIA, 1951, p.107 – complemento de outros diretores)

A interdição desse prédio teria sido um fato consistente que motivou ir adiante com o projeto elaborado em 1971. O edifício estilo chalé, em péssimo estado de conservação teria sido demolido finalmente e daria lugar ao complemento do edifício monumento. As obras aconteceram no ano de 1976 conforme panfleto de 28 de setembro desse ano, na ocasião em que a escola comemorava seus setenta e cinco anos.

Figura 84 - Obra do edifício complementar de 1976 vista da Rua Oriente para o acesso



Fonte: Panfleto de comemoração dos 65 anos da escola no Centro de Memórias da ETEC Carlos de Campos

Apesar do recorte deste trabalho estar definido entre os anos de 1910 e 1945, da inauguração da Escola Profissional Feminina à criação do Museu Feminino e data do segundo projeto para o complemento do edifício monumento mantendo sua linguagem arquitetônica, as informações foram estendidas com menor detalhamento até o ano de 1976, quando a escola pôde finalmente contar com a área que clamava há setenta e cinco anos. Buscou-se ressaltar o grande interesse despertado por meninas da comunidade, que lutaram incansavelmente um espaço para aprendizagem de uma profissão dentro daqueles prédios adaptados, não finalizados, desconectados. Alguns fatores que este trabalho verificou teriam levado à paralisação da construção do edifício monumento, tais como a existência de imóveis em terreno da rua Oriente, necessidade de negociação e desejo de alteração no escopo do programa de necessidades original. De acordo com a documentação muitos foram os momentos em que se buscou a concretização de tal prédio, demonstrando o interesse de diversos diretores em melhorar o espaço da escola e oferecer ambientes adequados às alunas. Ainda com essas dificuldades muitas ações pedagógicas estabelecidas por professores e diretoras foram capazes de elevar o nome de uma instituição que contribuía de maneira efetiva com a sociedade, demonstrando a persistência e força de cidadãs em busca de exercer uma profissão.

Julgou-se, portanto, importante pincelar com um complemento de informação sobre a interdição do edifício chalé em 1974 para elucidar a situação a que chegaram as instalações de uma escola destinada a mulheres, chegando ao ponto de, pela falta de manutenção professores e alunos precisarem ajudar com a conservação dos prédios.

A escola ainda passou por outras reformas, de restauro e manutenção de telhado, forro e portas com problemas de cupins no início dos anos 2000 e de acessibilidade no início dos anos 2010. Atualmente é uma instituição mista que conta com os cursos de Design de Interiores, Cozinha, Design Gráfico, Edificações, Enfermagem, Modelagem do Vestuário, Nutrição e Dietética, distribuídos em uma área de cerca de 5830m².

4.4.4 Reconhecimento do bem e tombamento do edifício

O edifício da ETEC Carlos de Campos foi tombado pelo Condephaat, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo em 2010 através da Resolução 60 de 21/07/2010 com inscrição no Livro do Tombo histórico no. 377 de 05/09/2011. Segundo resumo encontrado em site do Condephaat, foi reconhecido porque “destaca-se qualidade do conjunto caracterizado pela técnica construtiva simples, consolidando o uso de alvenaria de tijolos por uma linguagem estilística que simplificou os atributos da tradição clássica acadêmica.” Trata-se de uma descrição atribuída a outras 125 escolas que foram tombadas em conjunto através da mesma Resolução SC – 60 com referência ao trabalho da arquiteta Silvia Wolff. Todas elas construídas na Primeira República, no período entre 1890 e 1930, foram escolhidas pela representatividade cultural, histórica e arquitetônica e com base nesses três pilares, buscou-se desenvolver também este trabalho.

A descrição da Resolução SC 60, mais generalizada ainda traz as características comuns encontradas na composição de plantas dos edifícios desse conjunto de escolas, como a simetria e salas de aulas distribuídas ao longo de eixos de circulação, embasados em conceitos de higiene, insolação e ventilação. Seu tombamento se deu como parte desse conjunto de escolas com características arquitetônicas em comum, com projetos “padronizados que se repetiam com pouca ou nenhuma variação em mais de um município”.

Apesar dos conceitos básicos similares entre o conjunto de edifícios tombados, através de uma investigação sobre a história da escola, as condições locais e premissas de projeto que foram sendo alteradas com o tempo, um olhar mais aprofundado possibilitou verificar algumas particularidades arquitetônicas na antiga Escola Profissional Feminina que podem contribuir com alguns pontos que a façam se distinguir das demais escolas do período. Em primeiro lugar, por ser uma escola apenas para que mulheres pudessem aprender um ofício que, seja ele doméstico, industrial ou comercial era o que a sociedade daquele contexto enxergava como condizentes ao gênero. Isso diferenciou parte do programa de necessidades da planta de 1926 da escola como Cozinha, Engomar, Sala de Exposições, áreas específicas de uma escola feminina. Além disso, a grande procura por vagas demandou um projeto com grandes proporções, que limitações de edificações vizinhas direcionaram uma proposta de planta com empenas laterais

e salas de aula voltadas para o pátio central. Essa foi uma concepção cuja relação sala de aula versus corredor era invertida em relação à maioria das escolas do período em que corredor era disposto para o pátio ou área central, no caso de plantas em “U” e as salas de aula eram projetadas para áreas externas, através de recuos. Essa comparação é possível através do rico trabalho de Wolff (2010) que traz a evolução de plantas de grupos escolares paulistas do período da Primeira República.

A fachada simétrica como as escolas do período, mas com uma composição de janelas com menor espaçamento entre elas, sendo apenas intercaladas por colunatas. Como não havia tratamento de fachadas laterais no primeiro projeto, a dedicação a essa fachada principal trouxe a novidade de composição no que diz respeito às janelas, com uma proximidade entre essas aberturas que não se observa nos demais projetos escolares do período. A fachada destinada à formação de meninas ainda traz elementos que poderiam ser associados à mulher como a sinuosidade de vergas das janelas do térreo e da linha da laje da varanda, que forma um movimento e ritmo nos pilaretes desse ambiente, além da ornamentação com florais e as alegorias de roca de fiar representando as profissões femininas.

Sobre as limitações acerca de intervenções no bem tombado, a Resolução 60 estabeleceu a proteção de características originais de espaços do prédio principal, elementos de composição de fachadas, materiais e ornamentação. Possibilita alterações através do uso de recomendações de cartas internacionais de preservação desde que justificadas por uma melhor utilização do espaço. A resolução ainda recomenda a demolição de anexos e ampliações que desconfigurem os partidos arquitetônicos originais, especialmente aqueles anexos que foram executados em áreas externas.

1. Devem ser respeitadas as características originais e dimensões dos espaços do prédio principal e dos galpões de recreio, assim como os vãos e envazaduras; os elementos de composição de fachadas e materiais de vedação, acabamento e ornamentação;
2. Serão aceitáveis, dentro de critérios das recomendações das cartas internacionais de preservação, alterações de alguns destes elementos, desde que justificadas por uma melhor adequação e atualização do espaço;
3. Serão permitidas e até recomendáveis demolições de anexos e ampliações que tenham desfigurado os partidos arquitetônicos originais sem contribuir para a melhor adequação do espaço escolar, especialmente os anexos feitos nas áreas externas;

Sobre o entorno dessas escolas o artigo 5º. permite obras de simples conservação e reforma impedindo publicidade e equipamentos urbanos ao redor do prédio original.

1. São permitidas, independentemente de aprovação do Conselho, obras de simples conservação ou reforma em edificações existentes no entorno das escolas tombadas nesta Resolução.
2. Não será permitida a colocação de antenas de telefonia, cartazes, painéis luminosos ou faixas publicitárias em qualquer área dos lotes em que se situem as escolas tombadas, bem como a utilização de seus muros de fecho como apoio.
3. Não serão aprovadas instalações de bancas comerciais, painéis publicitários, pontos de parada de transporte coletivo ou de táxi nas calçadas frontal e laterais do prédio escolar, quando estas últimas delimitarem seu terreno, no trecho que vai da esquina, em frente ao edifício escolar, até o alinhamento predominante da fachada frontal do prédio original.

Por fim a Resolução SC 60 ainda separa por grupos: de escolas ao redor das quais são permitidas novas construções, independentemente da análise do Conselho (grupo 1); as que dependem de aprovação do Conselho e de diretrizes de edifícios tombados do município por estarem em centros históricos tombados (grupo 2); as que além do parecer do Conselho, fica estabelecido um limite de 10m de gabarito para terrenos situados no mesmo quarteirão da escola (grupo 3); as que dependem de aprovação do Conselho com gabarito máximo de 16m para terrenos situados no mesmo quarteirão da escola (grupo 4). A escola em questão, a ETEC Carlos de Campos faz parte do grupo 1, um conjunto de 94 escolas em que novas construções são permitidas no entorno, sem grandes restrições quanto ao gabarito ou a obras novas.

Na visão do Plano Diretor Estratégico vigente, Lei nº 16.050/14 o imóvel da escola é considerado um BIR – Bens Imóveis Representativos e está localizado em uma Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana em uma quadra classificada como ZDE – Zona de Desenvolvimento Econômico, que estabelece o gabarito máximo de 28m. O terreno em sua frente, fica entre o Rio Tamanduateí e a quadra da Escola era um antigo pátio pertencente à São Paulo Railway Company, que abrigava os Armazéns do Pari e hoje é uma Zona Central, classificada como Zona Central com limitação de 48m de gabarito, conforme quadro 3 da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Nº 16.402, de 22 de março de 2016.

Ainda que o entorno da ETEC Carlos de Campos composto principalmente por lojas de roupas e confecções se mantenha com um gabarito baixo, de acordo

com a legislação vigente a presença desta edificação não é limitadora de altura nem traz grandes restrições para edificações novas. Em frente à escola está sendo construído um Centro de Compras Feira da Madrugada na área em que existia o Armazém do Pari, com certo distanciamento da Escola dadas as proporções do terreno. É preciso que legislações como o plano diretor estejam sempre atentos a possíveis alterações na paisagem que venham a prejudicar um bem que reconhecidamente faz parte da história do bairro e da cidade de São Paulo.

5 Considerações finais

Entre agulhas e livros viveram as meninas e mulheres que fizeram parte da história dos primeiros anos da Escola Profissional Feminina e futura Etec Carlos de Campos. Uma escola profissional como nunca havia existido na história de São Paulo, misturada às fábricas e à dinâmica operária do Brás. Ingressar nessa escola era uma oportunidade para que essas meninas encontrassem tímidas possibilidades que extrapolassem os limites da vida doméstica, aprendessem um ofício, estudassem e contribuíssem de outras formas na sociedade urbana.

Esse trabalho não seria possível através de uma análise focada apenas na arquitetura. O entendimento da sociedade e dinâmicas econômicas que movimentavam o contexto do recorte temporal se fazia extremamente necessário para a compreensão do uso e propostas para o espaço de aprendizagem dos ofícios femininos. A arquitetura não trata apenas de materialidade, mas é a tradução de expressões, opiniões, reflexões, necessidades de uma época e por isso buscou-se primeiramente contextualizar as transformações sociais e políticas pelas quais o país passava com o advento da República para posteriormente buscar uma compreensão dos reflexos na Escola Profissional Feminina.

O intervalo de 35 anos, de 1910 a 1945 não apenas São Paulo, mas o mundo passou por intensas transformações: foi o período em que aconteceram duas guerras mundiais, o Brasil se estruturava para a República, a busca por modernização frente ao cenário internacional, transformações que desencadearam mudanças de mentalidades, a visão sobre o papel da escola na sociedade e a disseminação de ideias higiênicas e eugênicas, o movimento operário se intensificou com o crescimento urbano e do parque industrial paulistano, a busca

por direitos e espaço no mercado de trabalho feminino. Esses foram alguns eventos que contribuíram para a inauguração de uma escola profissional feminina no bairro do Brás e a intensificação na procura por vagas.

No Brasil ensino profissional se transformou passando de um caráter assistencialista para uma visão de mão de obra qualificada que ajudaria a construir a nação. Buscou-se nesse trabalho compreender como esse modelo de escola para mulheres funcionava na Europa, com *Écoles Professionnelles* e *Ménagères* e verificam-se as mesmas dicotomias de trabalhos atribuídos à mulher: trabalho com as mãos em ateliês ou o aperfeiçoamento no cuidado com a casa e a família. Na Escola Profissional Feminina os cursos adquiriram esses dois caracteres já que a linha de ensino ao mesmo tempo que atribuía uma profissão à mulher também reforçava que ela não poderia descuidar dos afazeres domésticos. Eram principalmente as filhas de imigrantes vindos principalmente da Europa que formaram o corpo discente do período, mulheres trabalhadoras, interessadas em aprender, ensinar e contribuir com a comunidade, seja com a alimentação infantil, seja com a produção de refeição em períodos de revoluções e guerras. Sob esse perfil de habitantes, uma miscigenação com imigrantes que vieram para essas terras em busca de oportunidades que se formou povo paulistano, uma cidade que se caracterizou pela força de trabalho.

Uma Escola que mesmo feminina fora projetada, construída e dirigida (por muito tempo) por homens. Eram eles quem determinavam o que elas deveriam aprender, articulando currículos que evitassem que as mulheres se desvinculassem das suas funções, vistas como primordiais, de esposa e mãe, dando suporte ao homem. Eram cursos de aperfeiçoamento das tarefas que elas já aprendiam com as mães e voltados para atender às necessidades masculinas, mantendo a casa adequada e cuidando de seus filhos. As mudanças que ocorreram em sua grade de cursos entre 1910 e 1945 foram significativas, porém ainda enfatizavam o caráter determinista de incapacidade da mulher para desenvolver o trabalho masculino. Greves de homens no período expressavam esse temor de que as mulheres “roubassem” os empregos masculinos.

Através de análises comparativas entre as Escolas Profissional Feminina e a Masculina, ambas inauguradas pelo mesmo decreto no mesmo bairro do Brás,

foi possível verificar ainda que o interesse em aprender um ofício seria maior na Escola Feminina, que apresentou um crescente número de matrículas e maior frequência. A partir desse ponto foi possível compreender certa diferenciação na importância que era dada entre as duas escolas: para a implantação pós inauguração, ambas foram instaladas em edificações pré-existentes com limitações de espaço que os ensinamentos profissionais demandariam. Ocorre que a Escola Profissional Masculina foi transferida a um ponto mais central do bairro e ganhou um prédio novo após seis anos de sua inauguração, enquanto a Escola Profissional Feminina recebe seu prédio novo, parcialmente construído, após dezenove anos e com uma situação de sacrifício de cursos, salas superlotadas e ocupação de porão.

O projeto de 1925 assinado por César Marchísio e Achilles Nacarato teve uma fachada monumental, com alegorias e ornamentos vistos como femininos e programa para atender grande número de meninas, eram 21 salas de aula distribuídas em 3 andares. Era o projeto para um curso profissional para mulheres, um novo modelo de escola pública, mas na maior parte das salas de aula não havia diferenciação das demais escolas da época, com boa iluminação, dentro dos conceitos higienistas e das proporções delineadas pelo Código Sanitário. No pavimento térreo, aos fundos, os ambientes da Copa, Cozinha e Engomar eram os únicos que se distinguiam de outras escolas, definidos em planta para atenderem ao programa de necessidades para os cursos profissionais para mulheres.

A arquitetura da escola ficou marcada por decisões que possivelmente não priorizavam as necessidades da Escola Profissional Feminina. Através de projetos e documentos, buscou-se compreender acontecimentos que teriam levado a uma construção parcial do projeto de César Marchísio e Achilles Nacarato, se seria falta de verba, negociações junto a imóveis existentes junto à rua Oriente, novas premissas de ensino e mais áreas demandadas pelas mudanças do Governo Vargas, traduzidas em um projeto de complemento de 1944. Seja qual for a explicação para uma construção incompleta, documentos demonstram uma série de tentativas nos anos subsequentes para que a Escola tivesse seu edifício concluído. A Escola Feminina precisou aguardar outros quarenta e seis anos, com a primeira edificação ainda implantada no centro do lote, desabando e interditada para que a construção do complemento fosse finalmente efetivada. O edifício

possui um complemento dentro de uma linguagem sem ornamentos, as escolas construídas nos anos 1970 eram padronizadas, dentro de uma visão de produção em massa. O resultado foi um projeto com pé direito simples de acordo com aquela temporalidade, mas com problemas de articulação e comunicação de níveis entre eles. A arquitetura da escola deixa hoje evidente essas rupturas, as longas esperas podem evidenciar um descaso com uma instituição que formava mulheres.

A história da arquitetura dessa escola está intimamente ligada à trajetória de dificuldades que as mulheres enfrentaram ao longo desses anos, ainda que com cursos que lhes eram determinados, as conquistas vieram aos poucos e com base em considerável perseverança. A resistente e escondida fachada da Escola Profissional Feminina, atual ETEC Carlos de Campos, juntamente tantos itens de valor histórico no seu interior trazidos por esse trabalho constituem, portanto, uma representatividade arquitetônica, histórica e cultural que reflete a trajetória de formação profissional das trabalhadoras de São Paulo. Trata-se de uma referência para a comunidade, para São Paulo e para o bairro do Brás que permanece essencialmente voltado ao comércio têxtil, vinculado ao trabalho com as mãos e presente desde os primeiros cursos da Escola Profissional Feminina. É um edifício vivo, timidamente implantado na cidade, que representa a luta de tantos anos das mulheres pelo direito de existirem.

Finalmente apresentamos o acesso para um vídeo e uma linha do tempo que resumem com as datas marco da história e da arquitetura da ETEC Carlos de Campos.

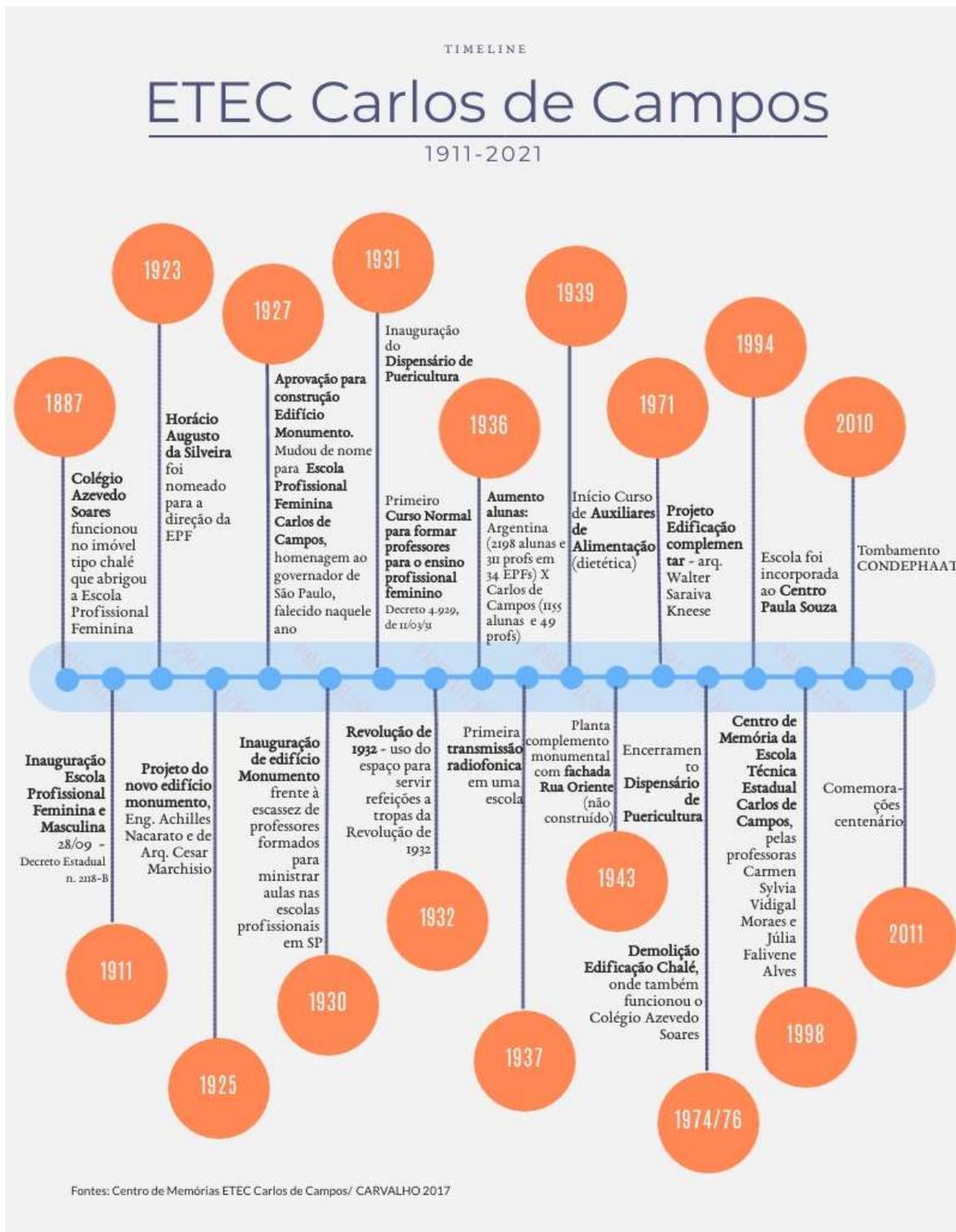


QR Code para acesso ao vídeo resumo com a trajetória da arquitetura da ETEC Carlos de Campos. Também disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=t4Wl_FeqVzI

Acesso em 10/08/2022

Figura 85- Linha do tempo da ETEC Carlos de Campos



Referências Bibliográficas

A ESCOLA Profissional Feminina de São Paulo. **Revista Feminina**, São Paulo, v.VI, n. 66, p. 39-41, nov. 1919. Mensal.

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras UFRJ, Rio de Janeiro, p. 77-97, 1998. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ARTIGAS, Vilanova. Sôbre Escolas... **Acrópole**, São Paulo, no. 377, p. 10 – 13, set.1970.

BARRETO, Carolina Marielli. **Profissionalização Feminina e ensino de arte: um diálogo com a Escola profissional Feminina de São Paulo**. São Paulo, 2007.

BESSE, Suzan K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira – São Paulo: EDUSP, 1999.

BIERNATH, André. **Febre Amarela: como Oswaldo Cruz derrotou a doença há um século**. Veja Saúde, São Paulo, 02 fev. 2018. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/tunel-do-tempo/febre-amarela-como-oswaldo-cruz-derrotou-a-doenca-ha-um-seculo/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **A segunda escola profissional para o sexo feminino (Rivadavia Corrêa) do Distrito Federal ou a trajetória de sua diretora – Benevenuta Ribeiro (1913-1961)**. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da Ucdb, Campo Grande, n. 25, p. 85-102, jan. 2008.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **A Escola Profissional para o Sexo Feminino através da imagem fotográfica**. Campinas, 2003.

BUENO, Laia Pereira. **Álbum de Recortes da Escola Profissional Feminina**. 1951. <http://www.cpscetec.com.br/memorias/livros/carloscampos/albumderecortes.pdf>. Acesso em: 26/04/2021

CAMPOS, Eudes. Chalés paulistanos. **Anais do Museu Paulista: História e cultura material**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-1, jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 mar. 2021.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de; CARVALHO, Beatriz Chiavini Mendes de. **A ligação entre o rádio e a educação por meio da análise da historicidade da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos**. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 9 set. 2005.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de; GRANATO, Marcus. **Centro de memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP), Brasil: da arquitetura escolar aos seus artefatos e possibilidades de musealização: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos: da arquitetura escolar aos seus artefatos e possibilidades de musealização**. In: JORNADA RIDPHE, 1., 2016, São Paulo. Artigo. São Paulo: 2016.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. **Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza**. 2013. 485 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Agrícola, Unicamp, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/256781>. Acesso em: 09 jan. 2020.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. **Patrimônio Cultural da química e da dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP): catálogo da pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/publicacoes/arquivos/CatalogoPCQDC MCACA.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2021.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. Dispensário de Puericultura da Escola profissional Feminina: Reflexões sobre histórias de vida e cultura escolar. **Ridphe_R**, Campinas, v. 5, n. 5, p. 1-23, dez. 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9789>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material**. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2020.

Catálogo da 3ª. Conferência Nacional de Educação sobre a Escola Profissional “Carlos de Campos”. São Paulo. Disponível em: http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/album_fotografico1929.pdf.

Acesso em: 26/04/2021

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

COSTA, Rodrigo das Neves; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. Espaços Históricos como Formadores de Memória e Identidade: Estudo de Caso do Ginásio Experimental Carioca Rivadávia Corrêa. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo.

CRUZ, Lúcia Pedroso da. **Cento Quirino e Cotuca: os passos do Ensino Profissional em Campinas**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CRUZ, Lúcia Pedroso da. **A trajetória de um dispensário de puericultura em Campinas nas décadas de 1930 e 1940**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253958>. Acesso em: 09 jan. 2021.

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (São Paulo) (org.). **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1922 e 1926. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino Acesso em: 09 jan. 2021.

DUMONT, Marie-Jeanne. **Si les femmes font les maisons: la croisade de Paulette Bernège**. *Criticat*, Paris, n. 10, p. 55-63, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/criticat/docs/criticat10>. Acesso em: 07 fev. 2021.

ESCOLA Profissional Feminina. **A Cigarra**, São Paulo, v. 1, p. 56-63, 25 mar. 1915.

FREITAS, Maria Vitorino de. **Tecnologia: Artes e Ofícios Femininos**. São Paulo, 1948.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917 – 1937)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

HAGIO, Camila Polido Bais; CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. **Os edifícios ocupados pela centenária escola técnica estadual Getúlio Vargas (SP) e sua história contada por um personagem**. In: XIV ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL, 2018, Campinas. Artigo. p. 1-15. Disponível em: https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1523636817_ARQUIVO_ArtigoCompletoCamilaMLucia10abr18.pdf. Acesso em: 02 mai. 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. 2014.

JARDIM, Isabela; SILVA, Perseu; MOTTA, Renata; CUPELLO, Simone. **Propostas e Apostas pedagógicas em educação infantil**. 2012. Disponível em: <http://apostasemei.blogspot.com/2012/05/adolphe-ferriere.html>. Acesso em: 20 mar. 2021.

LAURINDO, Arnaldo. **50 anos de Educação Profissional. Estado de São Paulo. 1911 a 1961**. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A, 1962.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Editorial Estampa. Lisboa, 1995.

LOBO, Mara/ GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2006.

LOURO, Guacira Lopes; MEYER, Dagmar. **A escolarização do doméstico. A construção de uma Escola Técnica feminina (1946-1970)**. Caderno de Pesquisa, UFRGS, v. 87, p. 45-57, nov. 1993.

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. **História da saúde pública no Estado de São Paulo**. Revista Saúde Pública 2006. Artigo.

MAYER, Christine. **Éducation professionnelle et genre: le cas de l'Allemagne (1865-1913)**. Histoire de L'éducation, Hamburgo, n. 136, p. 111-140, out. 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/histoire-education/2592>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares:** revista brasileira de história. Revista Brasileira de História. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **História, cativa de memória?:** Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182921/mod_resource/content/2/Meneses%2C%20Ulpiano%20Bezerra%20de-AHistoriaCativadaMemo%CC%81ria%3F.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

MICHAUX, Edouard. **Les écoles ménagères: leur utilité pour améliorer le sort des travailleurs... travail suivi d'une méthode facile et [...].** Paris, Librairie GUILLAUMIN et Cie, 1895.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo:** uma história em imagens - álbum fotográfico. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MOURA, Lígia Carolina Silva. **O Papel da mulher no suplemento feminino entre 1945 e 1964.** 2020. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. **Ramos de Azevedo.** Campinas: Arte Escrita, 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

NASCIMENTO, Douglas. **Colégio Azevedo Soares.** 2014. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/colégio-azevedo-soares/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, Sueli Teresa de. **Uma colmeia gigantesca: Escola Profissional Feminina de São Paulo - 1910/ 20/ 30.** São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, História, 1992.

OLIVEIRA, Sueli Teresa de. **Escolarização Profissional Feminina em São Paulo dos anos 1910/ 20/ 30.** São Paulo, 1994. Artigo.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Arquitetura Escolar Paulista nos anos 30**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Patrimônio Escolar: para além da Arquitetura, a materialidade do Patrimônio Histórico nas escolas paulistas**. 2015. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAILLET, Adolphe. **Institut communal technique Frans Fischer, anc. École professionnelle et ménagère Frans Fischer**. 1916. Disponível em: https://monument.heritage.brussels/fr/Schaerbeek/Rue_General_Eenens/66/22535. Acesso em: 04 out. 2020.

PELLICCIOTTA, Mirza. **Inventário Patrimonial do bem arquitetônico – Cotuca**. Campinas, 2015. Disponível em: <https://iabcampinas.org.br/wp-content/uploads/2015/10/09-Cotuca.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890 – 1930**. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

RÉMY. **Ecoles Elisa Lemonnier**. 2015. Disponível em: <https://www.cparama.com/forum/ecoles-elisa-lemonnier-t25623.html>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A educação sanitária como profissão feminina**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 24, n. 24, p. 69-104, jan. 2005.

SALVETTI, Xenia Miranda. **Imprensa e Publicidade em São Paulo dos Anos 20: cotidiano das mulheres pobres**. 2011. 371 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27092011-102542/pt-br.php>. Acesso em: 09 jan. 2021.

SAITO, Mario Izumi. **Os egressos da “GV” do Brás: Escola Técnica Getúlio Vargas (1911 – 1963)**. São Paulo, 2010.

SANTOS, Simoni Adriani dos. **Senhoras e Criadas no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)**. 2015. 324 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHNEIDER Et Cie. **Les Établissements Schneider**: économie sociale. Économie sociale. 1914. Disponível em: http://www.lecreusot.com/site/decouvrir/histoire/litterature/economie_sociale/economie_sociale_ecoles_menageres.php. Acesso em: 25 abr. 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SILVEIRA, Horácio Augusto da. **O Ensino Technico-Profissional e Doméstico em São Paulo**. Empr. Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935.

SYMONS, Fernand; CRESPIAN, Adolphe. **Jardin d'Enfants N° 4 et anc. Ecole Ménagère N° 1**. 2016. Inventaire du patrimoine monumental de la Belgique. Disponível em: https://monument.heritage.brussels/fr/Bruxelles_Pentagone/Rue_Locquenghien/16/32695. Acesso em: 04 out. 2020.

TOLEDO, Edilene. **Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917**. 2017. Artigo.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **O bairro do Brás**. São Paulo, Gráfica Municipal de São Paulo, 1985.

TOUSSAINT, Julie. **Lemonnier (madame Elisa)**. Disponível em: <http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=3044>. Acesso em: 25 abr. 2021.

VREUGDE, Christian. **La professionnalisation de l'enseignement ménager. Le cas de Bruxelles de 1888 à 1960**. Cahiers Bruxellois – Brusselse Cahiers, Bruxelles, n. XLIX, p. 463-495, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-bruxellois-2017-1-page-463.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Escolas para a República: os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010

APÊNDICE - Situação atual e levantamento de elementos significativos no interior do edifício

A partir de um levantamento realizado na ETEC Carlos de Campos em 09 de outubro de 2021 buscou-se um reconhecimento dos principais pontos existentes hoje no edifício monumento. O material complementar trará a situação atual da arquitetura e elementos significativos no momento do desenvolvimento dessa pesquisa para complementar esse trabalho como forma de elucidar o *status quo* da materialidade da Escola de forma a contribuir com sua preservação. A fachada da foi tomada por lindas árvores, uma delas um ipê roxo, que apesar de esconder sua arquitetura enriquece o ambiente das aulas ministradas na sala 11 da Escola.

A volumetria da escola hoje é o reflexo de momentos tão distintos na arquitetura, entremeados em uma única edificação cuja mistura de formas somente pode ser explicada por sua história. Onde o moderno, modular e simples abraça o monumental, ornamentado e delicado.

Figura 86 - Fachada atual da Etec Carlos de Campos



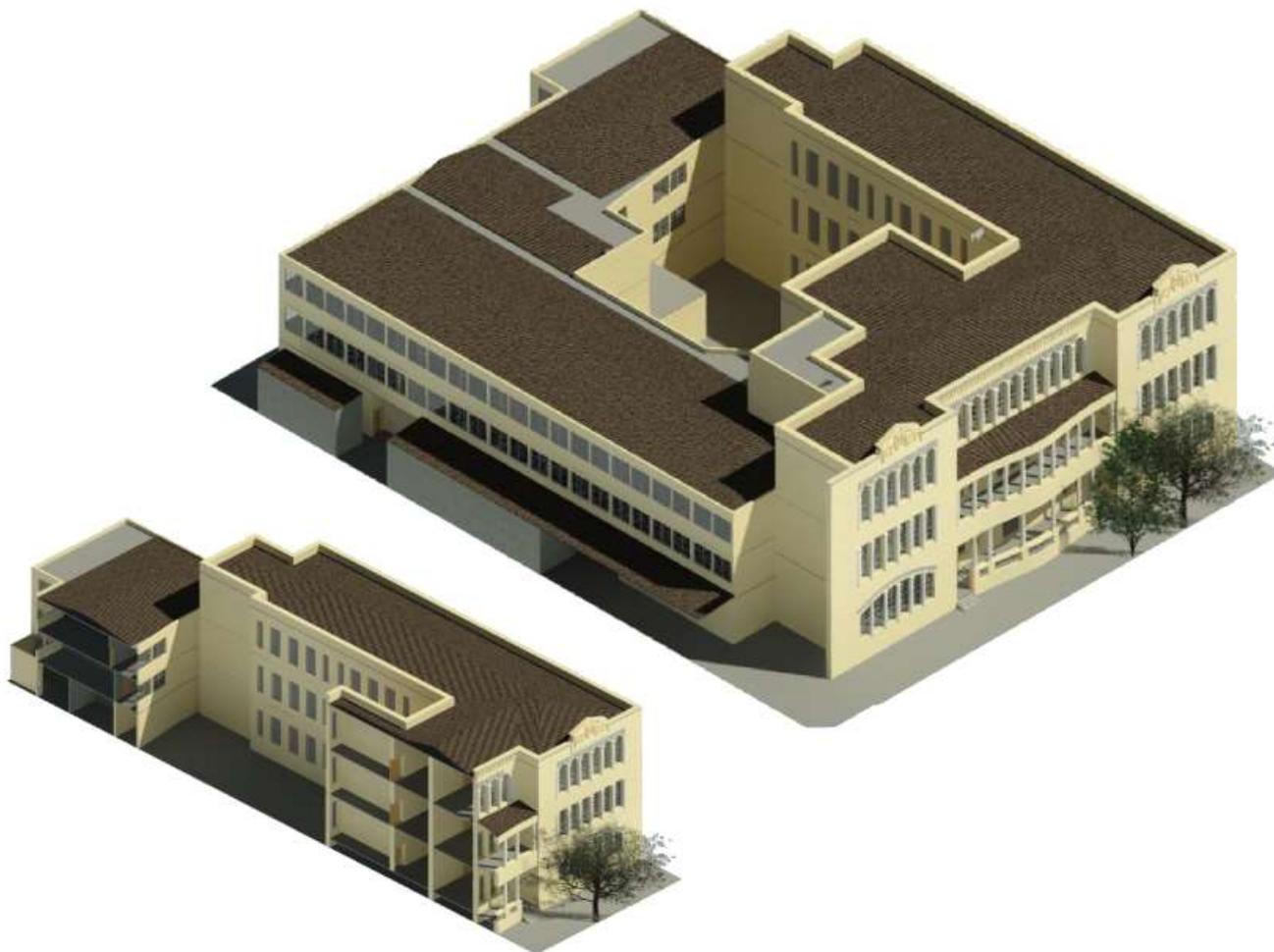
Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

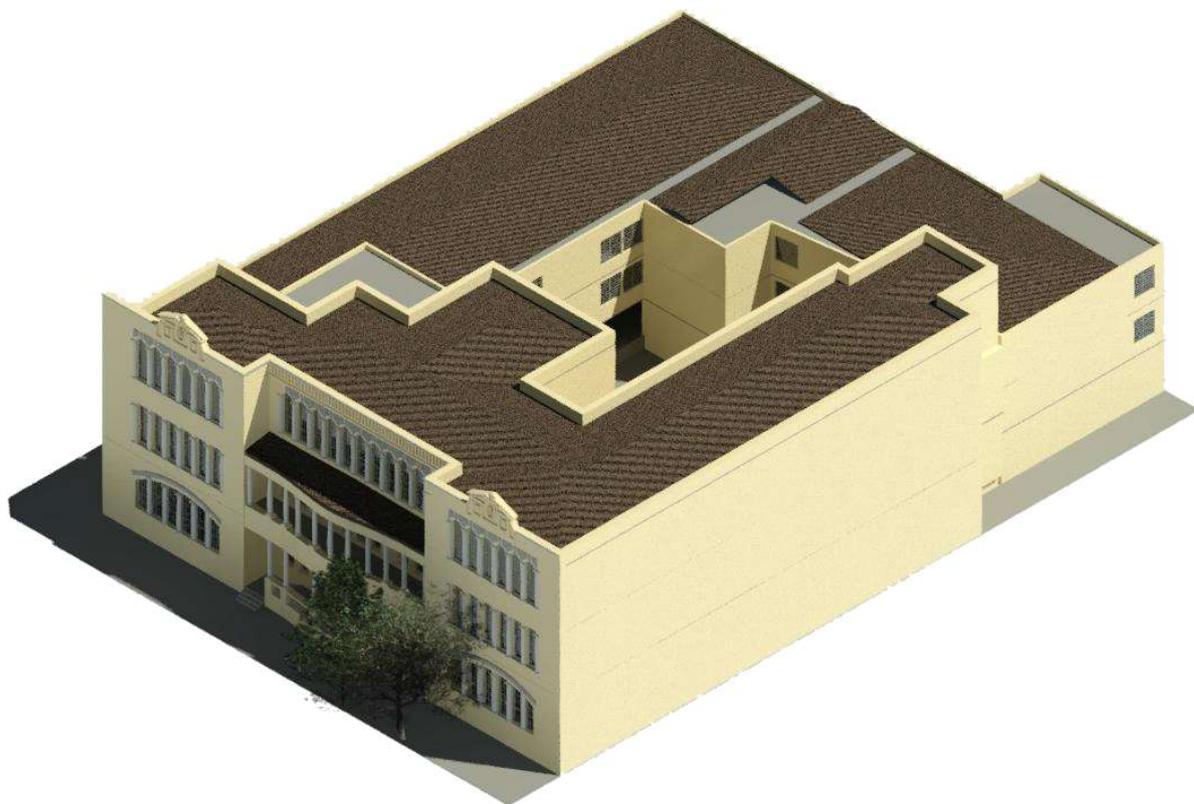
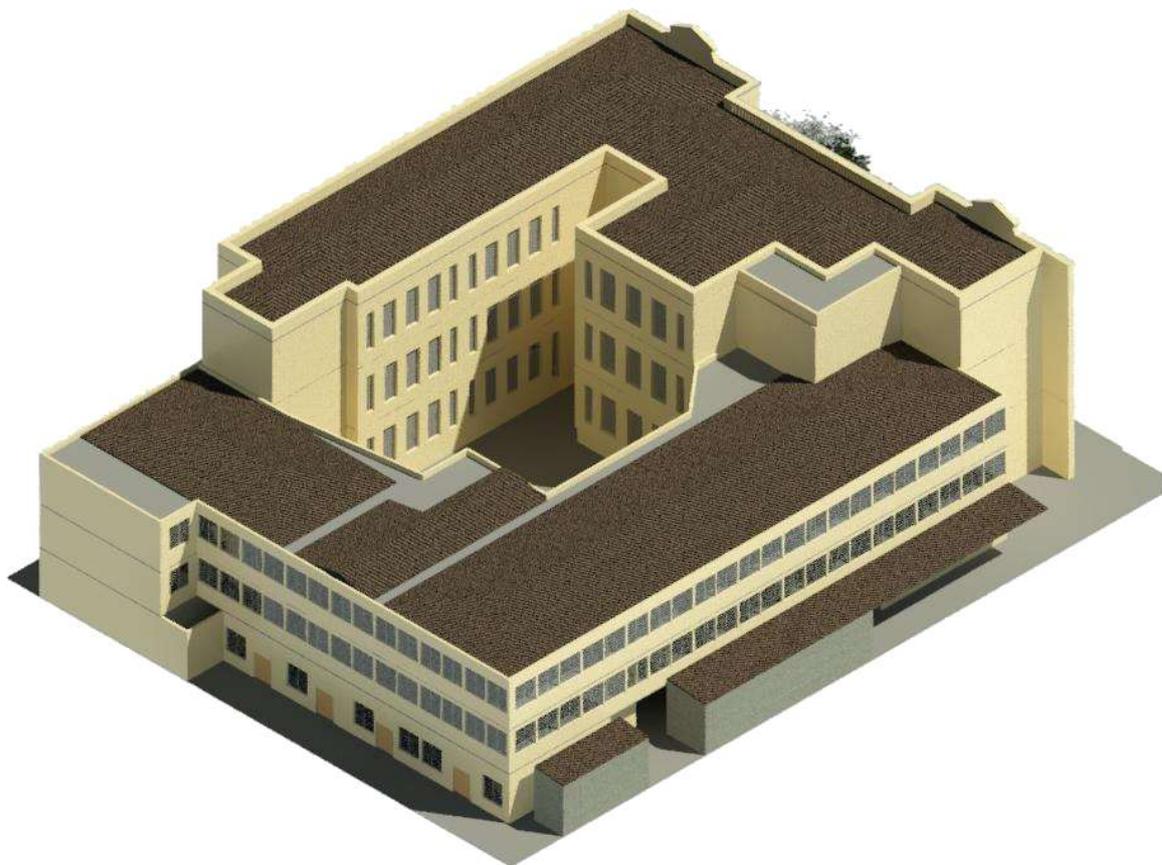
Figura 87- Interior da Sala 11, com janelas da fachada principal da Escola



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Figura 88 - Perspectivas da Escola Técnica Carlos de Campos





Fonte: Perspectivas elaboradas pela autora

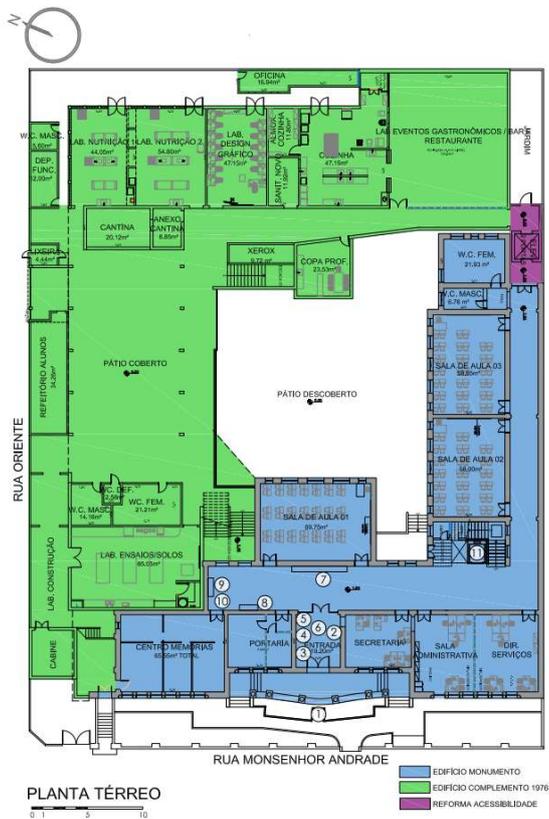
Além da fachada significativa, é importante para que seja possível promover a valorização da materialidade, ressaltar que existem outros elementos sejam eles arquitetônicos, mobiliários, artefatos ou artísticos que merecem destaque no edifício monumento. Foram selecionados objetos, lugares e materiais que fazem parte da memória da Escola e como muitos deles permanecem vivos, em pleno uso em corredores-galerias da escola, servindo às vezes de espaços expositivos precisam de atenção especial para sua preservação.

Quanto aos espaços expositivos, muito fortes até os dias de hoje, verificou-se ao longo de todo este trabalho a importância de armários vitrines para as Escolas Profissionais Femininas, sejam elas europeias, com uso comum nas *Écoles Ménagères* e *Écoles Professionnelles* ou mesmo na Escola Profissional Feminina Rivadavia Correia, pontos de semelhança encontrados através de fotografias e postais.

A seguir esses elementos foram pontuados em plantas atualizadas da Escola, gentilmente cedidas pelo Centro Paula Souza e tratadas pela autora.

Andar Térreo

Figura 89- Planta do térreo com situação atual da Escola



Fonte: Planta cedida pelo Centro Paula Souza e tratada pela autora

Figura 90 - Conjunto de fichas descritivas de objetos do andar térreo



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Busto de Carlos de Campos: presidente do Estado de São Paulo entre 1924 e 1927. Viabilizou a construção do novo edifício para a Escola Profissional Feminina

1



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Placa inaugural da Escola Profissional Feminina

2

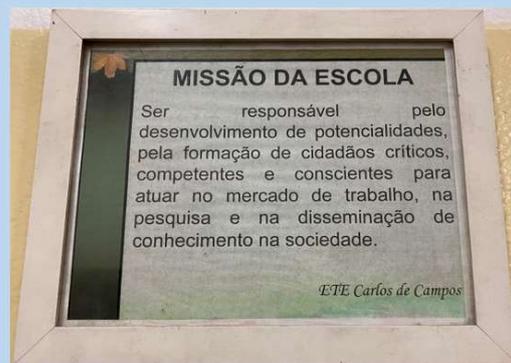


Exposições, apresentações, workshops, mostras, oficinas, jogos e bem mais! Dia 28 de Setembro W as 13 horas. Rua Monsenhor Aparício, 111-105 - Biritiba

Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Quadro de comemoração pelos 102 anos da escola com foto da varanda

3



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Quadro com a missão da Escola: ser responsável pelo desenvolvimento de potencialidades, pela formação de cidadãos críticos, cometentes e conscientes para atuar no mercado de trabalho, na pesquisa e na disseminação de conhecimentos para a sociedade.

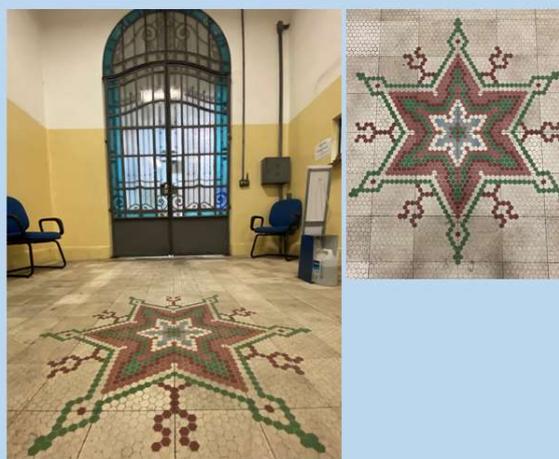
4



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Quadro de comemoração pelos 100 anos da escola com foto da varanda

5



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Piso em pastilha do acesso – detalhe estrela

6



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Armário Expositivo para trabalhos

7



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Armário médio

8



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Piano

9



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Obra "A arte se manifesta através do tempo" homenagem aos 90 anos na conquista do saber

Professora Fátima Cardoso de Almeida Ribeiro e alunos
Fernando França, Diego Pereira, Ariane Pereira, Fernanda de Holanda,
Carolina Girau, Juliana Viana, Leandro Hiroshi, Julio de Souza, Kaline
Zenaro, Alessandra Lang – 28/09/2001

10



Fonte: Fotos tiradas pela autora em 09/10/2021

Elevador Atlas com capacidade para 9 pessoas: elevador desativado encontra-se estacionado no 1º. Andar da escola, não pode voltar ao uso por restrições de acessibilidade.

11

1º. Andar

Figura 91- Planta do primeiro andar com situação atual da Escola



Fonte: Planta cedida pelo Centro Paula Souza e tratada pela autora

Figura 92- Conjunto de fichas descritivas de objetos do primeiro andar



Fonte: Fotos tiradas pela autora em 09/10/2021

Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Armário Expositivo com detalhe de fechadura

12

Painéis Expositivos (parede e mesa)

13



Fonte: Fotos tiradas pela autora em 09/10/2021

Painéis Expositivos (parede e mesa)

14



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Cômoda para armazenamento de trabalhos/
instrumentos de desenho

15



Fonte: Fotos tiradas pela autora em
09/10/2021



Cômoda para armazenamento de trabalhos/
instrumentos de desenho

16



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Painéis Expositivos (parede e mesa)

17



Fonte: Foto tirada pela autora em
09/10/2021

Cômoda para armazenamento de trabalhos/
instrumentos de desenho

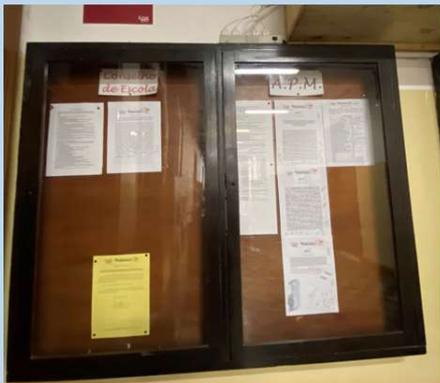
18



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Cômoda para armazenamento de trabalhos/
instrumentos de desenho

19



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Painel de recados

20



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Painéis Expositivos (parede e prateleira)

21



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Trabalho de aluno – fachada da escola papel cortado a laser

22



Fonte: Fotos tirada pela autora em 09/10/2021

Piso preto e branco em ladrilho hidráulico

23



Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Piso da escada em mármore carrara (gasto com o uso)

24



Fonte: Fotos tiradas pela autora em 09/10/2021

Cadeiras em ferro forjado com arabescos, assento almofadado e apoio de braço em madeira (modelo 1) – 7 unidades

25



Fonte: Fotos tiradas pela autora em 09/10/2021

Cadeiras em ferro forjado com arabescos e florais, assento almofadado e apoio de braço em ferro com assento almofadado (modelo 2) – 4 unidades

26



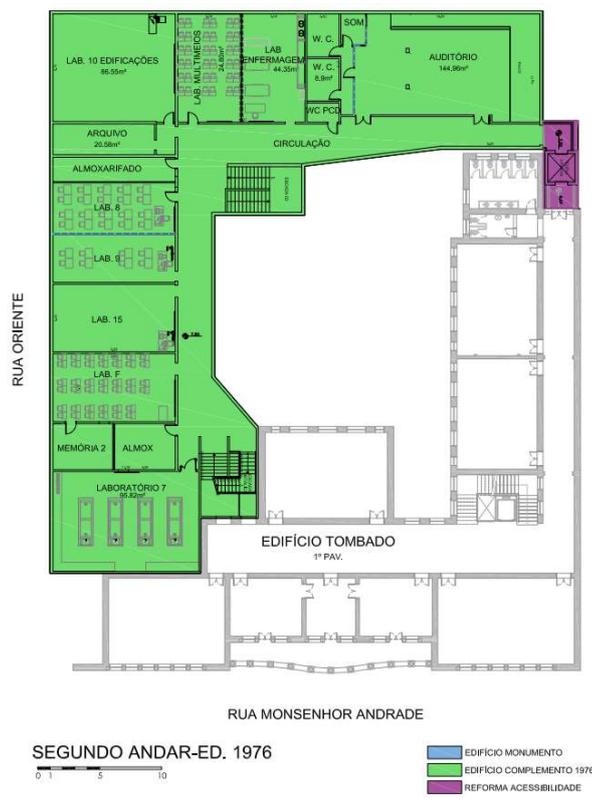
Fonte: Foto tirada pela autora em 09/10/2021

Mesa em ferro com arabescos e tampo de vidro (1 unidade)

27

Segundo Andar

Figura 93- Planta do segundo andar (ed. 1976) com situação atual da Escola



Fonte: Planta cedida pelo Centro Paula Souza e tratada pela autora

Figura 94- Planta do segundo andar com situação atual da Escola



Fonte: Planta cedida pelo Centro Paula Souza e tratada pela autora